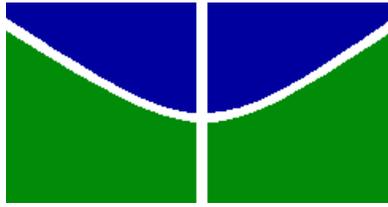


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

O EU NO TRABALHO  
UM ESTUDO TEÓRICO-CLÍNICO ACERCA DA NEGAÇÃO

Mestranda:  
Fernanda Maria de Lacerda  
Orientador:  
Prof. Dr. Francisco Martins

Brasília - DF  
Dezembro, 2011



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

O EU NO TRABALHO  
UM ESTUDO TEÓRICO-CLÍNICO ACERCA DA NEGAÇÃO

Mestranda: Fernanda Maria de Lacerda

Dissertação apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Martins

Brasília – DF  
Dezembro, 2011

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Francisco Martins – Presidente - UnB**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Deise Matos do Amparo – Membro Interno do Programa - UnB**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria do Rosário Dias Varella – Membro Externo do Programa - UNIP**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Simone Ribeiro – Suplente - UNIP**

Sem trabalho eu não sou nada  
Não tenho dignidade  
Não sinto o meu valor  
Não tenho identidade

Mas o que eu tenho  
É só um emprego  
E um salário miserável  
Eu tenho o meu ofício  
Que me cansa de verdade  
(...)

Mas quando chega o fim do dia  
Eu só penso em descansar  
E voltar pra casa pros teus braços

Quem sabe esquecer um pouco  
De todo o meu cansaço  
Nossa vida não é boa  
E nem podemos reclamar

Sei que existe injustiça  
Eu sei o que acontece  
Tenho medo da polícia  
Eu sei o que acontece

Se você não segue as ordens  
Se você não obedece  
E não suporta o sofrimento  
Está destinado a miséria

Mas isso eu não aceito  
Eu sei o que acontece  
Mas isso eu não aceito  
Eu sei o que acontece

E quando chega o fim do dia  
Eu só penso em descansar  
E voltar pra casa pros teus braços

Quem sabe esquecer um pouco  
Do pouco que não temos  
Quem sabe esquecer um pouco  
De tudo que não sabemos  
(Renato Russo)

## **AGRADECIMENTOS**

Essa dissertação é oriunda de vivências compartilhadas no cotidiano do trabalho como psicóloga clínica e como servidora pública. Discussões, atendimentos, supervisões e leituras estão presentes nas próximas páginas e, para mim, juntamente com seus rostos: amigos, colegas, pacientes e professores. Agradeço especialmente as minhas queridas mãe e irmã e àqueles que puderam estar mais próximos: Caroline Quináglia, Débora Lopes, Lúcia Pimental, Maria do Rosário Varela, Melissa Kern, Renata Arouca e Simone Ribeiro. Agradeço também ao meu orientador Francisco Martins, a Prof.<sup>a</sup> Heliete Karam, ao apoio institucional do órgão em que a pesquisa foi realizada e a todas as parceiras de clínica e psicossocial.

Dedico esse trabalho aos meus pais pelo amor, apoio, educação e confiança, que me possibilitou traçar meu próprio destino e chegar até aqui e, especialmente, também ao meu esposo pela ajuda, suporte, paciência e impaciência nesses últimos anos. Por último, não posso deixar de mencionar nosso bebê que está por vir. Todo o meu esforço também é dedicado a essa criança, com quem já tenho aprendido muito.

## RESUMO

A presente dissertação consiste em um estudo teórico-clínico com servidores de um órgão público do poder judiciário acerca das vivências do Eu no trabalho a partir da análise da negação enquanto defesa primordial do psiquismo frente às injunções e constrangimentos das organizações de trabalho. Escolhemos a teoria psicanalítica freudiana articulada com a apresentação de casos clínicos como base para compreensão da negação. Nossa reflexão é complementada com pressupostos da psicodinâmica do trabalho e elementos da análise da linguagem, utilizando o pensar *páthico* como instrumento de análise. Consideramos que, na língua alemã, os termos *Verwerfung*, *Verleugnung*, *Verneinung* indicam a negação em diferentes registros e expressam, do ponto de vista clínico, o psiquismo frente às exigências da civilização. Por último, ressaltamos que as noções apresentadas por Freud em “*Die Verneinung*” (1925) são essenciais para pensarmos uma adaptação menos mortífera do Eu à organização do trabalho.

**Palavras-chave: Eu, negação, defesa, civilização, organização do trabalho, adaptação**

## **ABSTRACT**

The present dissertation consists of a theoretical-clinical study with servers on a public agency of the Judiciary about the experiences of the I at work from the analysis of denial while a primary defense of the psyche against the injunctions and constraints of work organizations. We chose the Freudian psychoanalytic theory articulated to the presentation of clinical cases as a basis for understanding the denial. Our discussion is complemented with assumptions of the psychodynamics of work and elements of the analysis of language, using the *pathic* thinking as an analytical tool. We believe that, in German, the terms *Verwerfung*, *Verleugnung*, *Verneinung* indicate the negation of different registers and express, from the clinically point of view, the psyche to the demands of civilization. Finally, we emphasize that the ideas presented by Freud in "Die Verneinung" (1925) are essential to think a less deadly adaptation of the I to the work organization.

**Key-words: I, denial, defense, civilization, work organization, adaptation**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I: A relação do homem com o trabalho</b>	<b>15</b>
1.1 – Natureza humana e civilização	15
1.2 – O desejo no universo do trabalho	21
1.3 – A deturpação do potencial civilizador do trabalho	30
<b>Capítulo II: O Eu (e o inconsciente) no processo defensivo</b>	<b>36</b>
2.1- Processamento psíquico	36
2.2 – O Eu : agente da vida, objeto de amor	47
2.3 - O Eu processual e o pensar <i>páthico</i>	55
<b>Capítulo III: A negação delineando diferentes posicionamentos do Eu ..60</b>	
3.1 – A negação em três registros - <i>Verwerfen, Verleugnen, Verneinen.....</i>	60
3.2 – A negação na enunciação	74
3.3 –A negação sob a perspectiva clínica	78
<b>Capítulo IV: A (de)negação (<i>Verneinen</i>) como sucessora da destruição</b>	<b>92</b>
4.1 – Apresentação do caso clínico	94
4.2 – Análise	100
a- <i>pathos</i> – dever e poder	100
b- trabalho e alcoolização sob a perspectiva páthica	108
c- devir e negação	111
<b>Considerações finais</b>	<b>121</b>
<b>Referências Bibliograficas</b>	<b>126</b>

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Impessoalidade e (de)negação	89
Quadro 2 – Pathos	100
Quadro 3 – Negação da relação de parentesco	104
Quadro 4 – Vivências no trabalho	112
Quadro 5 – Culpabilização e defesa	119

## APRESENTAÇÃO

Encontramos na letra de Renato Russo, de forma crua e direta, a realidade de trabalhadores que, frente às injunções do mundo do trabalho, no clamor de suas necessidades e na solidão impotente, só lhes restam obedecer e esquecer. O compositor descreve o impasse entre ter e não ter um trabalho, suportar ou não as adversidades e entre saber e não saber. A obediência, para alguns e em determinadas organizações do trabalho, torna-se a única saída; menos sofrida se for acompanhada de ‘esquecimentos’. Renato Russo, em um linguajar popular, traz, de certa forma, o ‘objeto’ dessa dissertação: a importância da negação, enquanto defesa psíquica, nas vivências no trabalho.

O interesse por esse tema se fundamenta, indubitavelmente, nas minhas próprias vivências enquanto trabalhadora, principalmente, na condição de servidora e psicóloga clínica em um órgão do Poder Judiciário. Com experiência de trabalho em outras instituições públicas, os primeiros contatos com o Judiciário me chamou a atenção algo que, a primeira vista, poderíamos chamar de um extremo profissionalismo ou zelo, e que hoje compreendo que se sustenta em uma ilusão apolínea, na qual se ancora, de forma geral, toda a justiça. Tratava-se de um fazer *direito*, que ocultava o lado dionisíaco do humano e do trabalhar, excluindo e rotulando os servidores que não correspondiam a essa aparência.

Apolo representa a luz, a forma, a clareza e o autocontrole enquanto Dionísio, as fragilidades e os impulsos desmedidos da natureza. São deuses que estão em conflito constante na vida dos humanos. A justiça se sustenta em princípios apolíneos, aspira estar no absoluto, porém, está ‘nas mãos’ de magistrados e servidores, trabalhadores,

humanos. Assim, por traz da aparência de uma justiça soberana, de magistrados endeusados, de braços (oficiais de justiça) ilimitados, de servidores que não erram, encontramos, no dia-a-dia do Tribunal, o sofrimento dos trabalhadores, que a duras penas, executam a aplicação do direito.

Outro aspecto que motivou meu interesse por essa pesquisa foi o fato de encontrar no serviço público e mais especificamente, no judiciário, *locus* da aplicação do direito, o desempoderamento dos trabalhadores. Há uma confusão entre subordinação e obediência cega/subserviência, que provavelmente se sustenta no imaginário popular que iguala o juiz a Deus. Isso me surpreendeu porque acreditava que as garantias dadas aos servidores públicos pelo regime estatutário fossem suficientes para assegurar-lhes a possibilidade do que podemos chamar de apropriação do próprio trabalho e autonomia técnica.

Por outro lado, essas garantias legais acabam proporcionando uma proteção aos servidores que não encontramos no mundo privado, pois mesmo diante de inadaptação às tarefas, desempenhos insatisfatórios e ausências injustificadas, o servidor, na maioria das vezes, mantém seu emprego. Incitou-me, então, uma reflexão acerca do trabalho, da organização do trabalho, e da importância da negação como uma forma do psiquismo reagir às limitações, adversidades e aos constrangimentos que o Eu se depara no mundo do trabalho.

Além disso, não podemos deixar de enfatizar o lugar que o serviço público tem ocupado no atual contexto sócio-econômico diante da inacessibilidade e precarização do trabalho. Assim, as instituições públicas são consideradas, às vezes, a “galinha de ovos de ouro”. Aqueles que conseguem passar no concurso levam a galinha e, logo, para

quê se pensar no trabalho, nas tarefas que você vai realizar, no local que você vai passar 1/3 da sua vida nos próximos trinta anos. Conseqüentemente, a não escolha profissional gera um elevado custo psíquico que aumenta conforme o trabalho está organizado (organização do trabalho) e conforme a qualidade das relações interpessoais, já que é nos espaços de interlocução que algum sentido para o trabalho pode ser construído.

Informo desde já que os sujeitos dessa pesquisa são justamente aqueles que revelam o lado dionísico do trabalho. São servidores, na maioria das vezes, encaminhados ao serviço de atendimento psicossocial do órgão em função de sofrimento e impasses com a organização do trabalho. As dificuldades de adaptação são reveladas pelo absenteísmo, pelo sofrimento em assumir a postura exigida de um gerente, pelo adoecimento no corpo, pelo desempenho insatisfatório e pela alcoolização. Objetivamos, a partir desses casos, discutir acerca da importância da negação no trabalho, principalmente quando não há possibilidade de sublimação.

Nosso ‘objeto’ será estudado a partir de recortes de vivências desses servidores no trabalho colhidas a partir da escuta clínica psicanalítica, tendo como *setting* o serviço psicossocial do órgão. Fiorin (2008) afirma que há duas formas básicas de se fazer ciência: o princípio da exclusão e o da participação ou mistura. Observo que essa dissertação se sustenta em um fazer científico baseado no ‘comércio’ entre objetos, métodos e conceitos, aproximando-se, então, da noção de participação ou mistura.

A compreensão do Eu, do processamento psíquico e da negação será feita a partir da psicanálise, principalmente, freudiana. A psicodinâmica do trabalho, por sua vez, nos auxiliará na análise do contexto do ‘objeto’ dessa pesquisa, o mundo do trabalho, mais especificamente, a organização do trabalho. Além disso, consideramos

que as idéias de Weizsaecker (1958) acerca do *páthico* servem de instrumento para apreendermos as vivências do homem civilizado e serão usadas como ponte para análise da negação. Por último, elementos da análise de linguagem nos auxiliam a identificar a negação nas falas dos servidores.

Observamos que, na psicanálise freudiana, frente à amplitude de termos que denotam processos psíquicos que efetuam operações negativantes, optamos pelo termo geral negação para nos referirmos a qualquer processamento psíquico que impeça que se revelem, no psiquismo, conteúdos que causem constrangimentos, medo, dor ou vergonha ao Eu. Quando a negação estiver sendo usada em um sentido específico, isso estará explicitado no texto.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, nosso objetivo é tratar da relação do homem com o trabalho. Apresentaremos uma concepção de homem baseada na psicanálise freudiana, discutiremos a civilização, o trabalho e o lugar do desejo nessa esfera. Para tanto, atravessaremos questões relacionadas ao mundo do trabalho, à organização do trabalho e à deturpação do seu potencial civilizador. Assim, buscaremos elucidar a importância do estudo da negação nesse contexto. No capítulo seguinte, faremos um mergulho nos ensinamentos de Freud com intuito de compreendermos o processamento psíquico, o Eu e a negação. Enfatizamos uma compreensão ativa e processual do psiquismo e do Eu e consideramos que o pensamento *páthico* converge com uma abordagem do Eu processual. No terceiro capítulo buscaremos discriminar entre as diferentes ações de negar no psiquismo, expressas pelos termos *Verwerfen*, *Verleugnen*, *Verneinen*, que delineiam diferentes posicionamentos do Eu no mundo civilizado. As vinhetas clínicas serão usadas para mostrar a negação face às exigências vivenciadas na esfera do trabalho. No último

capítulo, a partir da análise de um caso clínico, apontaremos a importância da (de)negação para uma adaptação menos mortífera do Eu à organização do trabalho, revelando, assim, seu potencial sublimatório.

## **CAPÍTULO I : A RELAÇÃO DO HOMEM COM O TRABALHO**

### **1.1 – Natureza humana e a civilização**

A negatividade é constituinte do humano. Para Hegel (1806/2008), o homem se constitui justamente pela negação do natural, ou seja, tornar-se homem passa pela negação do dado, o em-si, fundando o para-si que é a consciência humana. O Eu humano não é realidade natural e imediata, mas consequência da ação dialética sobre o dado.

A linguagem porta a negatividade, sendo, portanto, constituinte da ordem humana. A palavra porta em si uma primeira negação e, assim, o discurso revela e transforma o dado. A capacidade discursiva não é meramente representativa, pois é a capacidade de elevar pensamentos e sentimentos ao mundo da linguagem que permite à consciência adquirir a fluidez essencial à liberdade. Hegel (1806/2008) afirma que o entendimento, atividade do discurso, é o maior e mais admirável poder do homem. A negatividade proporciona o entendimento na medida em que possibilita separar a essência da existência, tendo como resultado um mundo distinto do natural: o mundo da cultura.

Freud, em sua obra, busca construir uma teoria que rompe com o dualismo natureza e espírito, ou seja, *homo natura* e *homo cultura*. Constata que essas são dimensões de um conflito que se instaura no cerne daquilo que é próprio do ser humano. A descontinuidade entre o homem e a natureza passa pela linguagem. O homem é um animal que se desnaturou com a linguagem (Martins, 2005).

A noção freudiana de pulsão (*Trieb*) caracteriza e especifica a natureza humana. É a busca pelo prazer, no sentido de alívio via descarga, que move o homem. Apesar da

tradução de James Strachey do termo *Trieb* por *Instinct* e, conseqüentemente, por *instinto* na língua portuguesa, pensamos que, na teoria freudiana, há uma distinção conceitual fundamental entre esses termos. Por instinto subentendem-se as montagens da espécie que visam atender às necessidades biológicas. A pulsão, por sua vez, denota um desvio em relação à função, sendo, portanto, o instinto que se desnaturaliza e se desvia de suas fontes e de seus objetivos específicos (Laplanche, 1970/1985). Com a pulsão novas articulações/relações são construídas. Garcia-Roza (1986), ancorado no pensamento de Hegel, afirma que a disjunção produzida pela pulsão deve ser entendida em termos da negação e superação do natural, condição para emergência da ordem humana.

Por outro lado, consideramos o antagonismo existente entre a satisfação pulsional e as restrições inerentes a vida em comunidade. Se por um lado temos as exigências do corpo; do outro, temos o social, as imposições da lei e os ideais da cultura. Na vida civilizada, aquilo que gera prazer também gera mal-estar (constrangimento) ou, pelo contrário, o desejo pode estar em franca contradição com as necessidades biológicas. Cessar as estimulações, sejam externas ou internas, equivale à morte. A dimensão do sentido, da significação, torna-se essencial em função da sua potência civilizadora. No trabalho, é o que diferencia, mesmo nas tarefas braçais e repetitivas, os humanos das formigas.

Freud (1930/1969) afirma que o homem civilizado trocou uma parcela de felicidade por uma parcela de segurança. A civilização proporciona proteção e ajusta os relacionamentos mútuos, mas exige renúncia. É caracterizada pelas regulamentações e realizações em termos de descobertas, criações e avanços na ciência e na arte, definindo, assim, novos caminhos de satisfação pulsional. Logo, distingue os homens de seus

antepassados animais, na medida em que impõe barreiras e desvios às incitações do corpo.

Freud (1930/1969, p.104) afirma que “é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto/pulsão”. Assim, a noção de renúncia (*Versagung*) torna-se central quando falamos em civilização. Refere-se à capacidade do homem de abdicar de uma satisfação, de algo que, em alguma instância, geraria prazer. Apesar da tradução inglesa desse termo por frustração, fazemos a distinção entre ambos na medida em que a renúncia implica uma participação do sujeito, ou seja, um ativismo do funcionamento psíquico mesmo que sob a aparência de uma passividade (Martins, 2005).

Além da renúncia, Freud (1930/1969) destaca a importância da sublimação das pulsões para a vida em sociedade, na medida em que consiste no deslocamento de impulsos sexuais e agressivos para atividades/finalidades socialmente reconhecidas.

Outros instintos são induzidos a deslocar as condições de sua satisfação, a conduzi-las para outros caminhos. Na maioria dos casos esse processo coincide com o da *sublimação* (dos fins instintivos), com o que nos achamos familiarizados; noutros, porém pode diferenciar-se dele. A sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível as atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada (Freud, 1930/1969, p.103).

Observamos que o pensamento freudiano acerca dos fenômenos sociais parte da sua teoria acerca do funcionamento psíquico. Freud (1921/1969, p.131) refuta a ideia de um instinto social primário, afirmando que “ousemos, então, corrigir o pronunciamento

de Trotter de que o homem é um animal gregário, e asseverar ser ele de preferência um animal de horda, uma criatura individual numa horda conduzida por um chefe”. Portanto, constatamos a ênfase dada à figura do pai/lei na mediação das relações sociais, reflexo da sua teoria pulsional que indica a disposição humana para o prazer e para a agressividade. Porém, também ressaltamos a importância da noção de identificação, na teoria freudiana, para compreender a construção dos vínculos.

O grande desafio da civilização é a união entre seus membros. As pulsões sexuais, Eros, inibidas em sua finalidade, estão na base da união entre os homens, fortalecendo o vínculo comunal. A identificação é “a forma original de laço emocional com um objeto” (Freud, 1921/1969, p. 133). Em *Psicologia de grupo e análise do Eu*, Freud (1921/1969) explica três formas do processo identificatório acontecer. As duas primeiras sustentam-se na ideia da identificação como sucedânea à escolha objetal, ou seja, implica em uma relação libidinal. A última forma apresentada por Freud é exemplificada pelo caso de uma moça de internato que ao receber uma carta de uma pessoa por quem está apaixonada tem uma crise de histeria e suas amigas também, como se por infecção mental. Nesse caso o processo de identificação tem uma particularidade, pois não pressupõe uma relação de investimento objetal e surge a partir da percepção de uma qualidade em comum com uma pessoa que não é objeto da pulsão. Logo, trata-se de uma noção central para compreendermos o funcionamento psíquico nos grupamentos humanos (coletivos).

Freud (1921/1969) explica que, na formação dos grupos, a qualidade comum compartilhada entre os membros que desencadeia o processo de identificação refere-se à natureza do laço com o líder, que é colocado no lugar do Ideal de Eu. Aquilo que o homem projeta como ideal advém do Ideal de Eu, processo narcísico oriundo da crítica

parental, logo, da sociedade. Esse ideal porta os costumes da sociedade e seus valores, delineando os níveis de exigência do Eu (Freud, 1914/1969).

O laço entre os membros de um grupo é possibilitado pelos processos de identificação, que proporcionam a inibição dos impulsos primários, inclusive com o poder de limitar a expressão da agressividade contra aquele com o qual se identifica. Assim, a vontade coletiva pode prevalecer sobre os interesses individuais.

Contudo, Freud (1930/1969) nos alerta para o fato de que, mesmo que possamos unir muitas pessoas no amor, sempre sobram outras, externas ao grupo, sobre as quais a agressividade pode se dirigir. Trata-se do fenômeno chamado narcisismo das pequenas diferenças, caracterizado pela intolerância às relações que ultrapassam o grupo. Nossa história revela as consequências nefastas para a humanidade da agressividade dirigida para fora.

Destacamos, portanto, na teoria freudiana, o papel do Super-Eu na contenção da manifestação da agressividade. Essa instância psíquica deriva do conflito entre a necessidade de amor dos pais e a satisfação pulsional, portando as interdições paternas. A inibição dessa satisfação produz uma inclinação para a agressividade que pode ser internalizada e dirigida ao Eu, origem do sentimento de culpa.

A noção de conflito psíquico, portanto, reflete o impasse entre prazer e desprazer e caracteriza a particularidade do humano enquanto animal aculturado. Na concepção freudiana, refuta-se a noção de indivíduo como um ente não dividido e integrado. A clivagem (*Spaltung*), enquanto divisão, marca a sua compreensão do aparelho psíquico. Garcia-Roza (1988, p.125) afirma “é o conflito, particularmente, o conflito edipiano que

institui a ordem humana, assim como é o conflito que introduz a clivagem do psiquismo” .

A lei é considerada um fenômeno organizador da civilização e do psiquismo. A negação à satisfação do impulso, imposta pelos pais na passagem pelo Édipo, a instaura no psiquismo enquanto imperativo categórico. “Se queres desfrutar de mulheres, tem que renunciar a sua mãe” (Laplanche, 1980/1988, p.5). As primeiras identificações parentais possibilitam a saída do Édipo e a internalização do Super-eu, que auxilia na contenção da agressividade na medida em que ela é internalizada e, possivelmente, dirigida ao Eu (Freud, 1930/1969). O Super-Eu representa a intersecção entre o social e o psíquico e atua acompanhando o Eu na condição de vigilante e repressor.

Portanto, a civilização implica na negação operando como um freio à satisfação dos impulsos primários e nos remete à ordem humana e à esfera *phática*, ou seja, à dimensão estética da experiência, do sentir articulado com as vivências corporais. De forma simplista, a negação corresponde a processos psíquicos que impedem que se revele no psiquismo conteúdos que causem constrangimentos ao Eu.

A noção de *pathos* está na essência do ser humano e não só na excepcionalidade do adoecer. As idéias de Weizsaecker (1958) enriquecem a compressão freudiana do homem civilizado, pois comporta o conflito e a dialética do homem enquanto vivente em constante comércio com o meio, na condição de ‘sujeito de’ e ‘sujeito a’. Sua proposta se opõe às teorias ônticas que visam apreender o Ser, privilegiando a reatividade do homem com o mundo. Esse autor afirma que a origem de cada ato está em uma decisão resolutiva que envolve a conjugação da vontade, necessidade e potência, expressando um debate interno dialético e a vida enquanto crise. Essas

dimensões delineiam o que Weizsaecker (1958) denomina de categorias *páthicas* e revelam o conflito interno do homem civilizado. Martins (*passim*), nesse mesmo sentido, aponta que suportar as exigências da vida em comunidade implica nas contraditórias vivências de querer e não poder ou; poder e não dever ou, ainda; dever, mas não querer. Consideramos que essas ideias nos servem de instrumento para pensarmos o Eu frente às exigências da civilização.

Consideramos o trabalho lugar por excelência da civilização, pois trabalhar implica em possibilidade de sublimação, em convivência, na junção de forças em prol de um objetivo comum, mas também em renúncia. No mundo do trabalho, *setting* dessa pesquisa, temos o império dos deveres e, logo, torna-se de suma importância também, o que nos permitimos. Trabalhar envolve obediência, submissão, mas também ousadia e, na condição de humanos, a necessidade de significação dos fazeres. Questionamo-nos, primeiramente, acerca do desejo no trabalho.

## **1.2 – O desejo no universo do trabalho**

O trabalho constitui-se como uma questão nodal em nossas vidas. Trabalhar é construir conjuntamente o mundo, o que, na psicanálise freudiana, repercute nas esferas social e libidinal, pois nos remete ao laço social, à possibilidade de pertencimento e à saída sublimatória.

A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que, de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, isto é, se, por

meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes, de impulsos instintivos persistentes ou constitucionalmente reforçadores (Freud, 1930/1969, pp.87, 88).

Na teoria freudiana encontramos, portanto, o potencial civilizador do trabalho. Contudo, consideramos que o trabalho também nos remete à esfera das relações de poder. Assim, pode ser o palco de relações de dominação, exploração, que em conjunto com a imposição de ações desprovidas de sentido, impacta de forma negativa no psiquismo, distanciando-se do seu potencial sublimatório.

Ao longo da história da humanidade, as discussões a cerca do trabalho revelam sua duplicidade e contradição enquanto potência libertadora e aprisionadora/mortificadora. Desde o mundo antigo, o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão (Antunês, 2005).

A própria origem da palavra trabalho nos remete a essa contradição na medida em que comporta o sentido de *tripalium* e de *érgon*. Etimologicamente, o vocábulo trabalho advém de *tripalium* que, no latim, refere-se a um instrumento de tortura feito de três paus aguçados, às vezes, munidos de pontas de ferro. Esse vocábulo expressa, portanto, uma herança histórica que associa o trabalho a fardo e a sacrifício. O termo *érgon*, entretanto, no grego também significa trabalho e foi usado por Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias*, com uma conotação positiva, sendo essencial para uma existência digna. Neto e Nagel (2002) afirmam que essa obra retrata as transformações, em parte da Grécia, de um período guerreiro (retratado por Homero) para um período que valoriza a agricultura. Assim, o trabalho, na obra de Hesíodo, é necessário à sobrevivência, sendo a base da justiça entre os homens. Assim, ao mesmo tempo em

que o trabalho facilmente está associado à servidão, também se vincula às noções de dignidade e justiça.

Contudo, é comum, inclusive nos dias de hoje, nos referirmos a um trabalho limitado ao cumprimento de obrigações (por vezes, sem sentido para o trabalhador-objeto) e mero veículo para satisfação das necessidades. Marx (1844/2004), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, quando descreve as noções de estranhamento e alienação no trabalho, já havia nos alertado para o trabalho servidor do salário. Além disso, de forma geral, os fatos históricos revelam a corrupção do trabalho, aproximando-se da noção de *tripalium*, e fica reduzido a martírio. Araújo (2008, p.54) menciona que, “ao longo da história, quer falemos das formas capitalistas ou pré-capitalistas de produção, o trabalhador raramente tem sido considerado sujeito, pessoa de direitos e desejos, restando-lhe o lugar de sujeito/objeto de deveres”. Com isso, o Eu esforça-se em busca de uma adaptação a esse trabalho e ao seu desejo. Tal fato vem sendo estudado e analisado pela psicodinâmica do trabalho.

A psicodinâmica do trabalho é uma disciplina oriunda da psicopatologia do trabalho, e nos auxilia a pensarmos a duplicidade e contradição que ronda o tema do trabalho em função da sua concepção de trabalho e de organização de trabalho. Dejours (1992/2008), principal expoente dessa disciplina, afirma que na esfera do trabalho temos um importante ponto de intersecção entre o sujeito de desejo (perspectiva psicanalítica) e o ator social (perspectiva sociológica). Esse autor se questiona acerca do lugar do desejo no trabalho e da importância das relações intersubjetivas face à exploração e dominação presentes na sua esfera. Nessa dissertação, seus apontamentos são usados na compreensão do contexto em que buscamos compreender o processamento psíquico, ou seja, o Eu no trabalho, na perspectiva psicanalítica.

Na teoria freudiana, o desejo (*Wunsch*) coloca em movimento o aparelho psíquico e refere-se à corrente existente no psiquismo no sentido do desprazer para o prazer. Freud afirma que “o primeiro desejar parece ter consistido num investimento alucinatório da lembrança da satisfação” (1900/1969, p.624). Assim a noção de desejo (*Wunsch*) na teoria freudiana nos remete à ausência da experiência de satisfação e ao impulso para reproduzir a satisfação original. Garcia-Roza (1988, p.145), em relação à concepção freudiana, afirma que “o desejo é a nostalgia do objeto perdido” . Diferencia-se da noção de necessidade (*Begierde*) na medida em que não possui um objeto definido no qual se exaure. Lacan (1958/1999), sob influência do pensamento hegeliano, explicita a desnaturalização do desejo e o lança na ordem simbólica. Assim, o desejo desliza por uma série infindável de objetos.

Alertamo-nos para as perturbações inerentes à tradução de uma língua para outra, retomando os sentidos do termo original *Wunsch*. Martins (*passim*) considera que o termo desejo, oriundo do latim *Desiderio*, não recobre todas e nem as principais nuances do termo original, comportando uma conotação excessiva de ordem sexual, não necessariamente presente no termo *Wunsch*. Além disso, o termo *Desiderio* nos remete ao futuro como aspiração, ao sentido de ação potencial, excluindo, então, a noção de algo a se cumprir embutida no querer, na vontade voluntária. Observamos que isso corresponde a uma tendência na psicanálise, em função de apologias ao inconsciente, de expulsar da noção de vontade. Karan (2010), entretanto, constata que Freud não usou o termo desejo de maneira sistemática, referindo-se não só ao desejo inconsciente, mas também ao pré-consciente. Consideramos, então, que a tradução no inglês revela-se mais adequada que a nossa, já que *Wunsch* foi traduzido por *wish*, que nos remete a noção de voto, a um desejo mais imediato, ao querer e à vontade.

Martins (*passim*.) afirma que o termo *Das Wunsch* comporta também o sentido de interesse (*Das Interesse*), que deve ser priorizado principalmente quando tratamos do homem nas relações sociais. Pensamos que o desejo do homem no trabalho é expresso nas expectativas e interesses, especialmente quando o trabalhar se distancia do seu potencial sublimador.

Seria excelente se todos conquistassem um trabalho compatível com seus gostos e afinidades, que fizesse sentido na sua vida, proporcionasse realização profissional e reconhecimento social. Contudo, quando o trabalhar falha enquanto sublimador, sobressaem os interesses. Queremos um trabalho que nos proporcione uma vida digna e (por que não?) certas extravagâncias, mas também queremos trabalhar com o que gostamos, preferencialmente com pessoas que admiramos, sentindo-nos bem remunerados pelo que fazemos e, se possível, em condições adequadas. Obstante, há também quando o trabalho falha enquanto sublimador e se sobressaem os interesses.

As vivências que temos no trabalho configuram o seu real. O trabalho não se refere apenas a prescrições de atividades de determinados cargos. O trabalho está no processo e no sentido da ação, e a relação do trabalhador com suas tarefas não pode ser tratada como algo objetivo. O trabalho está justamente naquilo que não está prescrito pela organização do trabalho (Dejours, 1993). Trabalhar envolve o engajamento de recursos da inteligência e da personalidade e “é, por definição, humano uma vez que é mobilizado justamente ali onde a ordem tecnológica-maquinal é insuficiente” (Dejours, 1993/2008, p.67).

Martins (2005, p.48), em irônica oposição à definição física de trabalho expressa na tão conhecida fórmula de Newton, afirma que “transporte de cargas nunca foi igual a

trabalho humano”. O referido autor afirma que trabalhar não implica apenas na manipulação da natureza, pois envolve a dimensão social e do sentido. Karan (2008, p.142) diferencia trabalho de emprego, atividades, rotina, cumprimento do horário, relações hierárquicas e processo de produção, afirmando que o trabalho *não é nada* disso. Para a referida autora, “há trabalho quando é possível o investimento dos indivíduos na busca do acesso ao simbólico através do conjunto destes elementos constitutivos do cenário organizacional”. Logo, é a forma como o sujeito significa sua tarefa e a compartilha com os outros que define a dimensão verdadeiramente humana do trabalho.

As prescrições de cada cargo ou posto de trabalho, aquilo que é passado para o trabalhador como sendo suas obrigações, são definidas de acordo com a organização do trabalho (divisão de tarefas e divisão dos homens). Referimo-nos, portanto, por organização do trabalho à divisão das tarefas, ao conteúdo da tarefa, ao sistema hierárquico, às relações de poder, às modalidades de comando, etc. Trata-se, portanto, do produto das relações sociais, não se reduzindo aos aportes do poder e configurando-se no espaço de convivência e de conflito de diferentes sujeitos (Dejours, 1980/1992).

Dejours (1980/1992) ressalta o choque existente entre o indivíduo, dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho, portadora de injunções. Constata-se, muitas vezes, um descompasso não só entre as limitações do corpo e as condições de trabalho (ambiente físico, químico e biológico, juntamente com as condições de higiene e de segurança do posto de trabalho), mas também entre a vontade e o desejo dos trabalhadores e a organização do trabalho. Portanto, “toda organização de trabalho é, de antemão, desestabilizadora da saúde” (Dejours, 1994/2008, p.352), na

medida em que representa a vontade de outro e se constitui em um obstáculo para a espontaneidade de cada trabalhador.

A noção de carga psíquica do trabalho (Dejours, 1980/2009) determina se um trabalho proporciona o equilíbrio ou leva a fadiga, tendo como base o modelo econômico freudiano. O referido autor afirma que se um trabalho possibilita a descarga psíquica, temos a diminuição da carga psíquica. Se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante. A possibilidade de descarga psíquica não depende apenas da intensidade e ritmo das obrigações impostas. É necessária uma análise que considere as especificidades do psiquismo do trabalhador e das tarefas a serem realizadas, em conjunto com a organização do trabalho. Logo, o aumento ou a diminuição da carga psíquica esbarra também no desejo.

Assim, o trabalhar implica em uma ação de confronto, de um lado um Eu com seus interesses, do outro as necessidades e determinações da organização do trabalho. O cotidiano do homem no trabalho se faz na dialética entre ‘sujeito a’ e ‘sujeito de’ e se concretiza em tarefas, descobertas, enfim, no cumprimento de objetivos e metas. O desejo/a pulsão pode operar a favor disso, no caso da sublimação, ou a negação, na medida em que viabiliza a renúncia e a obediência mesmo aos mecanismos servo-regulatórios que são destituídos de sentido.

Pensamos que a organização do trabalho delinea qualitativamente as interações no trabalho e exige do Eu esforços de adaptação e superação, já que o prescrito não dá conta do real do trabalho. Indubitavelmente, impacta no desejo podendo impedir a saída sublimatória. Dejours e Abdoucheli (1982/2009, p.40) afirmam que, muitas vezes, nas organizações de trabalho, “é preciso fazê-lo calar, é preciso ‘reprimir’ o desejo por

medo que ele venha a incomodar esse comportamento que constitui o modo cotidiano de operação”.

Historicamente, diversas formas de organização do trabalho levaram à mortificação do trabalhador. A rigidez da organização do trabalho é explícita nos chamados trabalhos repetitivos ou trabalhos “taylorizados”, seja na linha de produção ou mesmo no setor de serviços. Dejours (1980/1992) afirma que a Organização Científica do Trabalho conforme concebida por Taylor leva não só à desapropriação do saber-fazer dos operários, mas também impede o livre processo de adaptação do homem ao trabalho, e impõe a divisão entre os homens em vários níveis. Conseqüentemente reduz o homem ao maquinário, tanto no sentido de não pensar quanto não comunicar. Assim, o trabalho, nitidamente, fica limitado à instrumentalização. Dejours (1980/1992, p.39) afirma que “o homem no trabalho artesão desapareceu para dar luz a um aborto, um corpo instrumentalizado-operário de massa – despossuído de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental”. Com isso, o fracionamento extremo das tarefas e a imposição de uma cadência e a rigidez intangível proporcionavam o aumento da produtividade, só que à custa do funcionamento mental do operário, da repressão da atividade fantasmática, o que pode levar à descompensações psicossomáticas.

Além da rigidez, outro aspecto da organização do trabalho que vai na contramão do desejo no trabalho é a conjugação de uma gestão autoritária com trabalhadores submissos, considerados meros executantes. Dejours (2008) constata a propagação de organizações do trabalho em que a submissão tornou-se mais importante do que o trabalho em si, inclusive mais importante do que a rentabilidade. Pensamos que seja pela violência do simbólico, como veremos adiante, pela via do medo ou pela cessão de outros interesses, a submissão configura-se em desempoderador do trabalhador, calando

seus desejos e ideais relacionados à realização profissional, voltando-se apenas para outros interesses. Afinal, o humano é um animal interesseiro e o desejo é versátil, embora não desconsideramos que, nesse aspecto, também encontramos dificuldades no mundo do trabalho.

Quando pensamos no lugar do desejo no mundo do trabalho, não podemos desconsiderar o atual contexto sócio-econômico, caracterizado por práticas neoliberais que definem uma conjuntura preocupante para o mundo do trabalho. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que quase 1/3 da força humana mundial disponível para o trabalho encontra-se exercendo trabalhos precários ou já são vítimas do desemprego. Portanto, a maioria das pessoas convive com limitadas possibilidades de escolha profissional e com o medo da exclusão do mundo do trabalho. As afinidades e os interesses são desconsiderados em função das escassas ‘oportunidades’. Assim, a entrada no mundo do trabalho é permeada por questões e dificuldades de ordem social que afetam significativamente a ordem psíquica.

Dejours (2006), em relação à sociedade contemporânea francesa, faz importantes constatações acerca das ideologias preponderantes no contexto neoliberal e como elas impactam os trabalhadores. O autor afirma que paira sobre a França a ideia de ameaça de derrocada econômica, que justifica uma série de procedimentos no mundo do trabalho condizentes a uma situação de ‘guerra’. A implementação de métodos cruéis de gestão, o enxugamento do quadro, o incremento da competitividade enquanto arma militar e o fantasma de que não há emprego para todos, estão atrelados, portanto, a essa ideologia de guerra econômica. Consequentemente, quem está e quem não está no mundo do trabalho é tomado pela vivência de medo da exclusão, de ser descartado, de

não estar apto para a guerra. Pensamos que, dependendo da intensidade do medo, não há mesmo espaço para o desejo.

Antunês (2005) descreve como *desantropomorfização do trabalho* os procedimentos associados às mudanças tecnológicas e aos novos métodos de gestão que têm caracterizado o trabalho desde o início da Revolução Industrial. Esse autor explica que há um processo de destruição, precarização e eliminação dos postos de trabalho, ficando cada vez mais restrita a tutela contratual. Assim, a busca por um trabalho acaba se reduzindo à necessidade de ter um emprego e contempla-se apenas o interesse de não ser excluído, de ter um salário que proporcione o sustento da família e prazeres outros. Se isso se configura de fato no dia a dia do trabalho, ou seja, a vivência de um trabalho limitado ao meio, temos um elevado custo psíquico, manifesto na maquinização do homem e/ou nos diferentes adoecimentos, na violência, no absenteísmo e até mesmo nos desempenhos insatisfatórios.

O alcance do trabalho está muito além da automanutenção e sobrevivência dos corpos. Considerando a organização do trabalho, preocupamo-nos com os destinos dos interesses do homem no trabalho e propomos uma discussão sobre o seu potencial civilizador conforme elucidado por Freud.

### **1.3 – A deturpação do potencial civilizador do trabalho**

Freud, em sua obra, infere algumas menções acerca do trabalho, que se referem ao seu potencial civilizador. Por um lado, como integrador e regulador das relações e, por outro, como via privilegiada de sublimação. Trata-se do trabalho servindo a Eros. Freud não discorre a cerca da pulsão de morte neste campo.

Freud (1930/1969) considera a agressividade humana principal representante da pulsão de morte e o maior impeditivo à vida em comunidade. Contrapondo-se à teoria marxista, afirma ser um impulso primário e não decorrente da propriedade privada.

os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo (p.116).

Freud (1930/1969), opondo-se à ideia marxista, afirma que o trabalho vem da necessidade externa, não sendo capaz de canalizar toda agressividade humana e de manter por si só a sociedade unida. O trabalho pode tanto ser o lugar por excelência da civilização, das normas e regulamentações, mas também o da exploração, da manifestação da agressividade dirigida ao outro, principalmente quando não há espaço para o desejo. Dessa forma, o trabalho fica destituído do seu potencial sublimatório. Trata-se da junção dos homens em prol de um objetivo comum, porém, nem sempre do bem comum, considerando todo o universo da natureza.

Pensamos que compreender o trabalho enquanto civilizador implica em também situá-lo no impasse entre Eros e Morte. A pulsão de morte se manifesta no simbólico, ou seja, nas convenções de cada organização de trabalho que fazem o trabalhador funcionar dentro de regras estabelecidas, muitas vezes, sem sentido, e subsidiam a implementação de métodos de gestão que, na verdade, correspondem a métodos de dominação.

As organizações de trabalho utilizam meios simbólicos, como a formação de um discurso coerente e plausível associado ao uso de instrumentos de comunicação ('distorção comunicacional'), que atingem o funcionamento psíquico e o imaginário social. Vários podem ser os efeitos disso: aceleração, submissão, medo, incremento da competitividade, etc. Dejours (2006/2008) constata como sendo característica do mundo do trabalho atual o predomínio do discurso individualista e, logo, o dismantelamento dos coletivos de trabalho, consequência da correspondência entre a evolução dos novos métodos de organização do trabalho e dos meios e métodos de dominação.

Martins (2011), considerando o efeito performático da linguagem, diferencia agressividade de violência ao afirmar que a violência se efetiva na linguagem como principal meio e instrumento. Dejours (1999), quando se trata do simbólico, prefere o termo dominação à violência. A violência/dominação no simbólico refere-se a um processo de formatação das mentes, via instauração de deveres e poderes, o que produz um novo imaginário, definindo supostos consensos.

Embora, o foco dessa dissertação seja as vivências do Eu e o processamento psíquico em negação, não deixamos de sublinhar a importância das relações interpessoais quando nosso *setting* é o trabalho. Baurus-Michel (2004) afirma que o social é essencialmente da ordem do simbólico; associa-se à lei, sendo aquilo que vincula, obriga e reúne, mas também aquilo que permite o advento do sentido, ou seja, a elaboração de significância para um grupo. A noção de sujeito social advém de indivíduos comprometidos socialmente, ou seja, atores sociais que, pela ação e pela lei, compõe um grupo. O grupo é, para os atores sociais, uma forma de se defender do que surge como morte ou violência institucional.

A psicodinâmica do trabalho também destaca a importância das defesas coletivas e do reconhecimento, no sentido de constatação e de gratidão em relação às contribuições de cada trabalhador, como definidores dos destinos do sofrimento no trabalho (Dejours, 1995/2008). A defesa coletiva permite um domínio mínimo da realidade e atenua o sofrimento, muitas vezes, mascarando-o. Por outro lado, compartilhar o real do trabalho e o reconhecimento do *saber-fazer* permite a renovação do desejo no trabalho. Dejours, (1995/2008, p. 262) afirma que “sem o reconhecimento, não pode haver sentido, nem prazer, nem reapropriação em relação à alienação. Sem reconhecimento só há sofrimento patológico e estratégias defensivas, sem reconhecimento, haverá inevitavelmente desmobilização”.

Portanto, muitas vezes, em função de especificidades das organizações de trabalho e também do contexto sócio-histórico-econômico, o trabalho, longe do ideal da cooperação e solidariedade, tem se reduzido a um espaço de constrangimentos e desmantelamento dos vínculos. Nesse sentido, seu potencial civilizador é deturpado. Observamos que as renúncias exigidas pela civilização são meios de regular as relações sociais no sentido da integração e da proteção, o que deixa, em parte, de ser compatível com as vivências do homem no trabalho.

A competitividade não se limita mais ao âmbito inter-empresarial ou entre aqueles excluídos do trabalho formal. Considerada ferramenta de incremento da produtividade, os novos métodos de gestão, como a avaliação quantitativa e individualizada de desempenho, despertam a competição entre colegas que executam a mesma tarefa. Confiança e cooperação, portanto, deixam, aos poucos, de qualificar as relações de trabalho. Não é mais possível compartilhar as dificuldades, impasses e

também as criações que, cotidianamente, fazem parte do trabalho. Temos, então, trabalho desfavorecendo a integração, a união entre os homens.

Indubitavelmente, a qualidade das interações sociais modula as vivências no trabalho. Interessa-nos o processamento psíquico do Eu diante não só das determinações da organização do trabalho, mas também do enfraquecimento das relações interpessoais e da violência/dominação simbólica. Quando o trabalho se aproxima de *tripalium*, na solidão, a resignação pode ser a única saída adaptativa encontrada.

O sofrimento, experiência singular e ancorada no corpo, é inerente ao trabalho, seja em função da sua deturpação ou mesmo do inevitável descompasso entre a organização do trabalho e o homem, com sua história particular, corpo e desejos (interesses). Karam (2010) afirma que as noções de trabalho, sujeito e sofrimento se entrelaçam. A autora esclarece que, embora, o surgimento da noção de sujeito esteja marcada pelo *cogito* cartesiano, é um termo que engloba o sentido do sofrer dentro de uma perspectiva *páthica*.

o ato ou efeito de sofrer é a própria condição de sujeito que pode fazer do sujeito um objeto, mas, também o indivíduo real, portador de determinações e capaz de propor objetivos ações. Portanto, a sujeição inerente aos humanos não significa apenas sofrimento no sentido de padecimento, anomalia, disfunção dor ou desprazer, mas a capacidade de sentir, isto é, a experiência *páthica*... (Karam, 2010, p.72).

Voltarmo-nos para o sofrimento no trabalho (e não apenas para as patologias) tem como pressuposto um questionamento acerca da normalidade e da adaptação. Martins (2005) critica diferentes compreensões do conceito de normalidade a partir de critérios exteriores ao sujeito, passíveis de observação imparcial ou que reduzem o

sujeito a um mero informante. Interessa-nos, em especial, o alerta desse autor para os riscos inerentes a adoção da conformidade às regras sociais como critério de saúde psíquica. Portanto, é fundamental uma análise do processamento psíquico em adaptação.

Observamos que Dejours & Molinier (1994/2008) constataam a necessidade de mais pesquisas teóricas sobre uma teoria do sujeito articulada a uma psicologia do trabalho e da ação. Nessa pesquisa, nos interessa compreender a negação enquanto defesa no impasse entre o Eu (e o inconsciente) e a organização do trabalho.

O trabalho prescrito não é executado por máquinas e nem só por cabeças pensantes, mas pela experiência do corpo em articulação com o psiquismo. Pensamos, portanto, que a negação possibilita ao Eu suportar as adversidades e o sofrimento e dar continuidade ao trabalho, principalmente considerando a deturpação do seu potencial civilizador.

Na teoria freudiana, o funcionamento psíquico é um processo contínuo que se passa no ínterim do desejo e da lei/realidade. A negação revela o psiquismo diante das exigências civilizatórias. Via compromisso parcial ou mesmo cisões, impacta no ir vir do Eu civilizado, mas também permite a continuidade do devir, nem sempre, contudo, no sentido da vida.

## **CAPÍTULO II: O EU (E O INCONSCIENTE) NO PROCESSO DEFENSIVO**

### **2.1 - Processamento psíquico**

Conforme já visto, a ação de trabalhar nem sempre opera no sentido civilizatório proposto por Freud. No mundo do trabalho, verificamos diversos obstáculos a vivência de um trabalho sublimador, o qual contribuiria para integração entre os homens. Diante da impossibilidade de escolhas (contexto de desemprego), das injunções da organização do trabalho, inclusive com a implementação de mecanismos servo-regulatórios, somados ao dismantelamento dos coletivos de trabalho, o Eu, nos seus esforços em busca de uma adaptação, vivência no trabalho impasses, para os quais o processamento psíquico busca encontrar saídas. Neste tópico, objetivamos compreender o processamento psíquico conforme proposto na teoria freudiana, priorizando as noções de princípio do prazer, pulsão, processo primário, processo secundário, princípio do nirvana, princípio da realidade, ansiedade/angústia (*Angst*) e defesa.

A psicanálise freudiana se distancia do pensar mecanicista ou sistêmico, embora Freud, muitas vezes, utilize termos como aparelho psíquico e esquemas didáticos que apontam para essas concepções. Tais termos e esquemas servem a sua conspiração cientificista e a necessidade de se fazer compreendido. Porém, atualmente, podem alimentar uma compreensão simplista e distorcida, substantivando o fenômeno psi e distanciando-se do dinamismo e ativismo presentes na proposta freudiana. A psique é, então, caracterizada pelas noções de dinamismo e conflito. Além disso, nessa dissertação preferimos o termo processamento à funcionamento psíquico, pois, no primeiro, prevalece a idéia de ativismo psíquico, em detrimento do pensamento funcional, aproximando-se mais dos propósitos desse trabalho que é o homem no trabalho e do pensar *páthico*.

Incitado pelas necessidades viscerais e pelo desejo inconsciente e excitado pelos estímulos perceptivos, o psiquismo está em processamento contínuo, até mesmo quando dormimos, em busca do escoamento dessas estimulações, seja na construção da vida ou na direção da morte. No trabalho, não é diferente. As defesas operam na tentativa de regular essas excitações e incitações e, nesse processo, o Eu está, a todo momento, em ‘construção’.

O princípio do prazer é o *modus-operandi* que Freud, primeiramente, identifica no organismo e refere-se à tendência a descarregar as excitações/incitações. A sensação de prazer estaria relacionada à diminuição das excitações, tendendo a zero, e o desprazer ao acúmulo.

Quanto às sensações de natureza prazerosa, podemos afirmar que, ao contrário do que ocorrem com as sensações de desprazer que exercem uma pressão urgente, as sensações de prazer não são em si nada prementes. As sensações de desprazer pressionam do afogadilho (*Drängen*) por uma mudança e buscam obter o escoamento e é por essa razão que consideramos o desprazer como resultante de um aumento de acúmulo da carga de energia e o prazer como uma diminuição deste. (Freud, 1923/2007, p.35).

Assim, é a busca pelo prazer que move o homem. Conforme já dito, o desejo (*Wunsch*) refere-se à corrente existente no psiquismo no sentido do desprazer para o prazer, sendo que esse primeiro desejar nos remete a experiência alucinatória da lembrança de satisfação (Freud, 1900/1969, p.624). Observamos que a experiência de satisfação está relacionada à prematuridade do bebê humano, ou seja, ao estado de desamparo e impotência em que a criança nasce em função da insuficiência das montagens instintuais. Laplanche (1970/1985) nomeia de desqualificação do instinto

essa insuficiência das montagens instintuais no início da vida, e afirma que a satisfação passa pela intersubjetividade.

O desejo implica na atividade representativa mental e na ordem pulsional (Freud, 1900/1969). Hanns (1999) explica que os desejos são por excelência representações (*Vorstellungen*) na medida em que fornecem forma e imagem às sensações e objetos aos quais as pulsões se dirigem. A pulsão (*Trieb*) é um conceito psicanalítico que nos auxilia na compreensão da passagem da necessidade para o desejo, pois está na base do desejo e se constrói a partir da necessidade, da estimulação endógena. Nas notas editoriais da *Standard Edition*, James Strachey afirma que Freud só começa a usar amplamente o termo em 1905, nos *Três ensaios sobre a sexualidade*. Contudo, trata-se de uma questão “verbal” (de nomenclatura), já que Freud, bem antes desse artigo, já usava outros termos com significações similares à *Trieb*, como “impulsos anelantes”, “estímulos endógenos” e “excitações endógenas” e “exógenas”.

Sabemos que Freud escolhe termos do uso cotidiano e, geralmente, só após um amplo uso em seus escritos aquele termo adquire o *status* de conceito. A teoria freudiana é construída a partir da tradição oral. Esse é o caso de *Trieb*. Hanns (1999) explica que, tanto na língua alemã como na obra de Freud, *Trieb* pode ter desde um sentido mais genérico, como um Princípio da Natureza (uma força impelente) até referir-se à vontade individual que nos impulsiona para as ações. Assim, pode assumir a forma do instinto ou do querer sendo um termo base para pensarmos a necessidade, a ânsia, a vontade e o desejo.

Observamos que Freud escolhe um termo de ampla abrangência para designar um conceito central na sua teoria do funcionamento psíquico, que contenta em suas

significações a amplitude da suscetibilidade humana. Embora Freud já usasse palavras com significações similares, *Trieb* comporta uma riqueza polissêmica, que inclui as dimensões da natureza, da espécie e do indivíduo.

A noção de pulsão nos remete ao ativismo e dinamismo presente na concepção freudiana do psiquismo. Hanns (1999) descreve *Trieb* como força impelente ou como força que coloca em movimento. Martins (*passim*) explora como o termo *Trieb*, e seu sinônimo *Drang*, aparecem na cultura germânica na época de Freud. *Drang* significa pressão, ímpeto e impulso e é usado em um slogan de um movimento criado por Schiller e Goethe, *Sturm und Drang* (Tempestade e Pressão) que aponta justamente para as idéias de conflito e dinamismo da vida psíquica.

As pulsões são força motriz do desejo, partindo das exigências do corpo em direção à infinitude do desejo humano e aos ideais culturais. Estão, portanto, na base das escolhas humanas, inclusive profissionais. Os interesses do Eu no trabalho não deixam de ser impelidos pelo movimento pulsional.

A partir de uma análise semântica dos termos usados para se referir à pulsão e para explicar seu aparecimento no psíquico, Hanns (1999) busca desfazer aparentes imprecisões nos escritos freudianos acerca desse tema. O referido autor constata duas tramas semânticas no estudo das pulsões no psiquismo: uma mais corpórea, visceral, que situa a pulsão no patamar da necessidade-urgência e a outra mais imagética e linguística, que a situa como vontade-desejo.

Observamos que Freud (1900/1969) define dois tipos de processos de excitação ou modos de descarga, o processo primário e o processo secundário, que delineiam modos diferentes de sentir e agir. O primeiro caracterizado, dentre outras coisas, pela

livre descarga e mobilidade de investimento e; o segundo, pela inibição e adiamento da descarga. Hanns (1999) propõe que a escolha de Freud de diferentes termos para designar e explicar a pulsão indica os diferentes processos psíquicos.

Para qualificar o processo primário, Freud usa termos que apontam para as experiências corporais, vivências e sensações, já que o aparato psíquico se restringe a ‘imaginificar’ os processos (dotá-los de imagens) e qualificá-los afetivamente (associá-los ao prazer e ao desprazer). Por sua vez, no processo secundário, há a inserção da pulsão no plano do simbólico, dos pensamentos complexos. As pulsões, por estarem atadas aos afetos e às representações, passam a assumir formas mais estáveis no âmbito representacional. O circuito pulsional funciona, então, conforme as relações de sentido construídas entre as imagens e os afetos. Com isso, as pulsões passam a sofrer também determinações de sistemas impregnados de cognição e a apontar para desejos de objetivos mais elevados (Hanns, 1999).

No processo primário, a regulação do circuito pulsional é caracterizada pelo imediatismo. O sujeito se vê, provavelmente, tomado pelos afetos. Trata-se da necessidade de sair de um estado de pressão que pode levar do desejo ao desespero. Logo, o agir, na verdade, é um reagir. No processo secundário, temos a capacidade de reter e distribuir as cargas energéticas, o que permite, sob a égide do princípio do prazer, o processamento psíquico em campos de representações que vão de encontro ao desejo (Freud, 1900/1969). Com isso, instaura-se a capacidade de pensar e a possibilidade de adiar a satisfação pulsional, ambos extremamente importantes no mundo do trabalho.

A regulação pelo princípio do prazer caracteriza a concepção econômica do funcionamento psíquico e a permanente transitividade do circuito desprazer-prazer.

Hanns (1999), afirma que não se trata de prazer no sentido de felicidade ou alegria, mas de prazer de alívio após um excesso de estimulação. Os termos *Abfuhr e Befriedigung* são usados por Freud para caracterizar esse tipo de escoamento. *Abfuhr* refere-se à descarga e *Befriedigung* a sensação de apaziguamento (satisfação) que vem logo após a descarga (Hanns, 1999). Observamos que, em 1920, com as reformulações acerca da pulsão de morte, inclui-se no pensar freudiano a destrutividade e agressividade como impulsos do humano. Assim, o alívio pode vir da realização de um desejo, mas também da repetição de atos catastróficos e mortíferos. A pulsão de morte refere-se à tendência do organismo a retornar ao estado inorgânico, a eliminação da fonte pulsional e o princípio do nirvana é caracterizado por essa tendência ao grau zero de excitabilidade.

Nem sempre é possível evitar, via descarga energética, o represamento. O ser humano é um animal aculturado e, portanto, conflituado. A vida em comunidade e a instauração da consciência moral, portadora dos costumes sociais e dos valores morais, complicam a obtenção do prazer, que passa a estar associado a desconfortos e constrangimentos. O trabalho, por sua vez, nem sempre possibilita o escoamento pulsional.

Portanto, a regulação via princípio do prazer/ princípio do nirvana mostra-se insuficiente para explicar o processamento psíquico. Freud detecta a presença de um jogo de forças no funcionamento psíquico. As sensações de desprazer impelem o homem à busca do prazer, porém, ele acaba tendo que tolerar o adiamento do prazer e o acúmulo de sensações desprazerosas, haja vista os impedimentos da realidade e dos aspectos culturais internalizados (a lei).

O princípio da realidade nos traz questões referentes à adaptação do aparelho e, logo, à ação do homem sobre o mundo, conjugando o esforço pela satisfação real (não alucinatória) com a capacidade de suportar o aumento das tensões. Assim, está diretamente relacionado à noção de renúncia (Versagung) e, conseqüentemente, às exigências da civilização. Trata-se da renúncia a um prazer momentâneo e que pode gerar conseqüências desagradáveis e do esforço em direção a um prazer seguro e garantido. Portanto, não significa a destituição do princípio do prazer, mas garantia de sua continuidade.

Em 1911, Freud considera correlativos processo primário e princípio do prazer, e processo secundário e princípio da realidade. De fato, a instauração do princípio da realidade é viabilizada pelo processo secundário, pois é nesse processamento que as pulsões perdem, de certa forma, a urgência e são mais facilmente retardadas e retidas. Com a reformulação da sua teoria pulsional em 1920, o processo secundário passa a ser a garantia do princípio do prazer.

Nessa pesquisa, o princípio da realidade tem especial relevância. O campo de estudos acerca do psiquismo do homem no trabalho implica em compreender como se dá a adaptação do aparelho psíquico às imposições e restrições da realidade. O trabalho prende o indivíduo à realidade. Freud (1930/1969) afirma “nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto à ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, lhe fornece um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana” (pp.87, 88).

Por um lado, trabalhar exige uma ação sobre o mundo, levando à transformação da realidade; por outro, exige a junção de homens e, logo, pressupõe um ordenamento

social. Conforme já dito, o trabalho configura-se em local de renúncia à satisfação da carne e à busca de prazeres mais solidários, mas também se configura em um espaço de injunções e de dominação. Logo, propício à atuação da pulsão de morte e, assim, à manifestação da agressividade e/ou da violência simbólica, constitui-se, pois, também em local do medo, formatação das mentes e prejuízo na capacidade de pensar principalmente diante do enfraquecimento dos coletivos de trabalhadores. Assim, pensamos que, de forma geral, o processamento psíquico se dá no impasse entre o desejo (interesses) e o medo, no sentido da vida ou da morte.

A regulação pelo princípio da realidade implica no reconhecimento de que a satisfação pulsional pode gerar situações desagradáveis. As pulsões são, então, consideradas perigosas e o processamento psíquico, que se faz, a todo momento, a serviço do desejo e do prazer, mostra-se também a serviço do medo (*Angst*) e do desprazer. A ênfase no texto freudiano ora recai sobre o pólo do desejo, ora sobre o pólo do medo (Hanns, 1999).

Na teoria freudiana, a angústia/ansiedade (*Angst*) está diretamente ligada às sensações de desprazer, que podem ser oriundas de um acúmulo interno tensional ou de circunstâncias externas. Observamos que a distinção entre perigo real e perigo pulsional, ou seja, entre a ameaça oriunda de um objeto externo ou de uma exigência pulsional perde o sentido, já que “quer o ego esteja sofrendo de uma dor que não pára ou experimentando um acúmulo de necessidades pulsionais que não podem obter satisfação, a situação econômica é a mesma...” (Freud, 1926/1969, p.163). Além disso, Freud (1926/1969, p.163) afirma que “...uma exigência pulsional frequentemente só se torna um perigo (interno) porque sua satisfação provocaria um perigo externo – isto é

porque o perigo interno representa um perigo externo”. Por outro lado, para que qualquer perigo externo torne-se significativo para o Eu ele precisa ser internalizado.

Ao longo de sua teoria, constatamos que Freud reformula suas concepções acerca da angústia/ansiedade (*Angst*) na medida em que percebe a possibilidade de uma parte do aparelho psíquico (o Eu) controlar esse afeto. Freud (1926/1969), portanto, contesta a concepção de que esse afeto se reproduz *automaticamente* em situações análogas a situação original de perigo (nascimento). O Eu adquire poder sobre essa emoção, reproduzindo-a por sua própria iniciativa e a empregando como uma advertência ao perigo. Assim, ora medo é consequência do represamento das excitações, ora é o medo que leva o sujeito a reprimir e a represar as estimulações. Ou seja, tanto o acúmulo de excitação pode gerá-lo como também a ameaça. Hanns (1999) explica que até 1926, a teoria freudiana de angústia/ansiedade (*Angst*) privilegiava a matriz interna do medo atuante no processo primário. Depois, a teoria é invertida e a ênfase recai sobre as ameaças do mundo externo e o processo secundário.

Dentro de um pensar clínico, não podemos nos limitar a considerarmos o processamento psíquico entre o desejo e o medo, é preciso voltar-nos as noções de pulsão de vida e de morte. Observamos que, na teoria freudiana, não encontramos essas pulsões isoladamente, elas se encontram fusionadas. O intrincamento pulsional indica a prevalência da pulsão de vida, enquanto a defusão, à pulsão de morte. A pulsão de vida é reguladora do caminho para a morte. Seu objetivo não é evitar que a morte ocorra, mas evitar que ela ocorra de forma não natural. Logo, é justamente a transitividade do circuito prazer-desprazer que caracteriza a vida. Por sua vez, a morte é caracterizada pela destruição da fonte pulsional, do próprio psiquismo e, até mesmo, do aparato biológico (Freud, 1920/1969). Inferimos que, seja na tessitura da vida ou na

desconstrução mortífera, o processamento psíquico se revela nas vivências e no devir de todos nós.

A noção de defesa (*Abwer*) também é central na compreensão do processamento psíquico. A teoria da defesa sustenta-se nessa pressuposição de uma divisão, seja da consciência, do aparelho psíquico em instâncias diferentes e, também da divisão dentro de uma mesma instância, a divisão do Eu. O processamento psíquico, e, logo, a defesa operam em busca de conciliações, nem sempre possíveis.

Conforme Garcia-Roza (1988) explica, trata-se de uma noção que, na teoria freudiana, está atrelada ao fenômeno da resistência e, portanto, oriunda da clínica. A defesa é revelada pela censura imposta às idéias que geram constrangimentos, dor ou vergonha, operando como uma solução parcial conciliatória que, muitas vezes, não se limita a retirada desse conteúdo da consciência (recalque).

Na *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1969), obra inaugural da psicanálise, o sonho expressa a batalha entre natureza e espírito que se instaura no homem. A defesa se configura na ação da censura que, operando sobre o desejo, é responsável pelo disfarce e distorção presentes no conteúdo manifesto dos sonhos.

A censura sobre o sonho opera nas omissões, na necessidade de transmutações via trabalho do sonho e nas intercalações e acréscimos oriundos da elaboração secundária. O trabalho dos sonhos consiste na utilização de uma série de artifícios, como deslocamento de intensidades psíquicas, condensação, considerações em relação à representabilidade, supressão ou desligamento dos afetos das representações a que pertencem propriamente, com o objetivo de atender às exigências da censura. A elaboração secundária, por sua vez, dá o toque final ao introduzir ‘remendos’ e,

consequentemente, deixa o sonho mais inteligível e menos absurdo, porém, também mais distante do pensamento onírico que lhe originou (Freud, 1900/1969).

Observamos que a chamada elaboração secundária trata-se da mesma atividade do pensamento de vigília que busca estabelecer relações de ordenamento diante dos estímulos perceptivos. Freud (1900/1969, p.531) afirma que “nosso pensamento desperto comporta-se ante qualquer material perceptivo com que se depare exatamente do mesmo modo que se comporta a função ora examinada em relação ao conteúdo dos sonhos”.

Na atuação da elaboração secundária na formação dos sonhos, a linguagem pode revelar o processo defensivo, expressando o conflito e o compromisso entre as partes cindidas do aparelho psíquico. Benveniste (1966/2005) afirma que a atividade da linguagem é subjetiva e que, no diálogo, a subjetividade serve-se da palavra e do discurso do sujeito.

A linguagem pertence aos sistemas pré-consciente e consciente. De acordo com Lacan (1966/1998), as discordâncias no discurso correspondem criptograficamente às impostas pela censura. Martins (*passim*) afirma que os enunciados são desfigurações e soluções de compromisso entre o desejo e aquilo que a moral e a realidade podem permitir. Diversos elementos lingüísticos (gramaticais) e retóricos revelam as marcas do falante na enunciação. Consideramos, portanto, que a defesa se inscreve todo o tempo na linguagem em uso, ou seja, na situação de enunciação.

Além disso, na segunda tópica, quando Freud (1923/2007) discorre acerca do Eu, constatamos a importância da defesa em um *continuum* processo de formatação dessa instância. O Eu está em constante construção, sendo o último no processamento

psíquico e o primeiro na enunciação. Em cada enunciação, revela-se o seu posicionamento no mundo, que muito além de ser sujeito gramatical, se faz, a todo momento, *sujeito* de vontades, querereres e desejos (fugazes ou não), mas também *sujeito* a obrigações, regras, limites oriundos do convívio em sociedade e das exigências corporais. No tópico seguinte, objetivamos discorrer acerca das relações entre as instâncias psíquicas que constituem o Eu e seus processos defensivos. Essas elaborações são cruciais para o entendimento da negação no trabalho.

## **2.2 – O Eu: agente da vida e objeto de amor**

Aulagnier (1977 como citado em McDougal, 1982/1992, p.36) afirma que “não há em nossa clínica problemas psicopatológicos que possam ser referidos a uma instância que não seja o Eu”, esclarecendo que “aquele que se recusa a ter prazer, aquele que encontra o prazer sob a forma do interdito, aquele que só pode alcançá-lo ao preço de uma culpa que pode forçá-lo a evitar esse prazer, não é nem o ‘corpo’, nem o ‘isso’, mas sim o ‘Eu’”. Parafraseando esses dizeres, a compreensão das vivências, na psicopatologia ou no cotidiano dos ditos normais, no domínio do prazer ou das obrigações (deveres) e ameaças, em um contexto de injunções ou no reino da cooperação, nos remete a essa instância psíquica. Portanto as experiências perpassam pelo Eu, particularizado e atualizado a cada momento, de cada trabalhador.

No mundo do trabalho, ou melhor, nas organizações de trabalho, predomina-se a visão do homem cartesiano, sujeito do pensar, centro da consciência e habitado pela razão. Na psicanálise, a descoberta do inconsciente situa a consciência como apenas parte do psiquismo contendo informações raras e fragmentadas daquilo que se passa na

vida psíquica. A célebre frase de que o Eu não é senhor de sua própria casa (Freud, 1910/1969) porta esse significado. Contudo, pode nos levar à apologia ao inconsciente e a uma análise simplista e equivocada das idéias freudianas, pois destituir o Eu desse lugar não implica em instituir o inconsciente.

Pensamos o Eu como condutor e conduzido na estrada da vida, em constante processamento e metamorfose. Nessa dissertação, nos interessa compreender essa instância psíquica, suposta unidade sintética envolta por interesses diversos e em busca do equilíbrio psíquico via operações de negação. Na teoria freudiana, constatamos que a noção de Eu está atrelada às funções vitais e, assim, à adaptação, integridade e unidade do indivíduo biológico, mas também aos processos identificatórios e, logo, ao Eu enquanto multiplicidade e objeto libidinal. Assim, aparentemente, ora temos a idéia de um Eu agente da vida, ora objeto de amor.

A metáfora, usada por McDougall (1982/1992), da realidade psíquica como um teatro nos auxilia a pensar a multiplicidade do Eu, considerado um personagem multifacetado. A referida autora afirma que aquele por quem designamos de Eu, sujeito-autor da linguagem e da ação no mundo, comporta, ainda que sem saber, uma pluralidade de pessoas atuando no teatro de nossas mentes ou de nossos corpos ou no mundo externo. A realidade psíquica seria formada, então, por diversos personagens, muitos oriundos do Eu infantil, partes de nós mesmos, que freqüentemente operam em total contradição entre si, causando conflito e, às vezes, sofrimento aos nossos selfs conscientes.

Observamos que foi com o avançar das formulações teóricas de Freud que o termo Eu (*Ich*) foi ganhando cada vez mais precisão na sua teoria. Na introdução da

edição inglesa do artigo *O Ego e o isso*, James Strachey ressalta a ambigüidade do uso freudiano desse termo, que ora era empregado para distinguir o Eu de uma pessoa como um todo das outras pessoas (aproximando-se da noção de self) e ora como uma parte da psique (da totalidade), concepção predominante depois da segunda tópica. Trata-se de uma questão de derivação, ou seja, quando um conceito passa de um uso não técnico a uma nova aceção no campo da ciência, no caso, psicanalítica. A derivação pode ser por contigüidade ou por semelhança, ou seja, metonímica ou metafórica.

Laplanche (1970/1985) ao abordar o Eu na teoria psicanalítica demonstra a importância de nos atentarmos para a noção de derivação na compreensão desse construto. Assim, o Eu pode ser apreendido como um prolongamento especializado do indivíduo - concepção metonímica - ou como um deslocamento deste, ou de sua imagem, em um *outro lugar*, logo, como uma espécie de realidade intrapsíquica - concepção metafórica. Na primeira, temos o Eu como uma ‘agência’ da pessoa total, encarregado de certas funções particulares, enquanto que a segunda concepção aponta para a multiplicidade do Eu, enquanto instância metamorfoseada a partir de uma série de identificações.

Laplanche (1970/1985) afirma que no modelo de aparelho psíquico que encontramos no *Projeto para uma psicologia científica*, escrito por Freud em 1895, constatamos a aceção freudiana do Eu como um objeto interno, não como sujeito da consciência e da percepção e nem sujeito filosófico. Além disso, em *Introdução ao narcisismo*, texto de Freud publicado em 1914, artigo freudiano em que o Eu já aparece enquanto instância psíquica, constatamos a idéia de que é objeto de amor e se faz passar por sujeito amante. A partir disso, Laplanche (1970/1985, p.71) considera que “o ego é, em verdade, um objeto, mas uma espécie de objeto-relé (“objet-relais”) suscetível de

manifestar-se diante de nós de maneira mais ou menos usurpada e enganadora como um sujeito que quer e deseja”.

Inicialmente, em sua obra, Freud contrapôs as pulsões sexuais às pulsões de auto conservação (ou pulsões do Eu), refletindo um possível conflito entre a sexualidade e as funções vitais. Nessa concepção, o fundador da psicanálise já indica uma relação do Eu com a preservação da vida. Posteriormente, com as mudanças na sua teoria pulsional, constatamos que não há oposição entre sexualidade e autopreservação, ambas representam a pulsão de vida. A sexualidade, por mais que provoque um desvio na satisfação de uma função vital, não ameaça a vida e a libido, energia sexual, pode estar investida no Eu.

No *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1950/1969), já encontramos algumas menções acerca do Eu que são originárias das suas idéias sobre o processo secundário e que denotam a relação dessa instância com a realidade. Nesse artigo, o Eu, formado por uma parte fixa e uma móvel, já é considerado uma organização com função inibitória que se destaca do restante do aparelho psíquico. A especificidade de sua função não seria a percepção da realidade, mas o impedimento do excesso de realidade, ou seja, que estimulações internas passem por realidade.

Assim, constatamos desde os primórdios do pensamento freudiano a noção de Eu como instrumento da realidade e, logo, atrelado a funções adaptativas. Freud (1911/1969) dá continuidade a essas idéias. A partir de uma perspectiva do desenvolvimento, já que uma instância como o Eu não estaria presente desde sempre no organismo vivo, Freud discorre acerca da passagem do Eu-prazer para o Eu-real, delineando o funcionamento psíquico sob a égide do princípio da realidade.

As operações de negação são constituintes dessa instância psíquica. O Eu-prazer caracteriza-se por incorporar tudo que é bom e expelir de si tudo que é mal, contentando-se com a satisfação alucinatória. Assim, inicialmente, não há diferença entre o mal e tudo que se situa fora do Eu. O Eu-real vai adquirindo capacidade para lidar com aquilo que gera desprazer, sem necessariamente expelir do aparelho psíquico (outras formas de negação mostram-se suficientes). A capacidade de pensar é viabilizada pelo processo secundário, que, conforme já dito, possibilita a inibição dos excessos de investimento, evitando que a ativação de uma lembrança adquira a intensidade de uma vivência real. Portanto, traços mnêmicos de experiências desprazerosas podem, então, ser investidos sem que ocorra a descarga desprazerosa (Freud, 1900/1969). Nesse sentido, a linguagem adquire potencial sublimatório.

Com isso, o Eu-real é capaz de suportar o aumento de tensão, almejar o que lhe traz benefícios, garantir-se contra possíveis danos e modificar o mundo externo para obter uma satisfação segura (Freud, 1911/1969). É dotado de recursos que favorecem a segurança e integridade do organismo, tendo como funções: ordenar temporariamente os processos psíquicos, submetê-los ao teste de realidade, interpolar o curso das pulsões pelos processos do pensar obtendo um adiamento do escoamento e controlar a motilidade.

Além disso, Freud (1926/1969) se atenta a capacidade do Eu, não só, via processo secundário, regular as sensações de desprazer, mas também de produzir o desprazer. Conforme já dito, com a reformulação da sua teoria acerca da ansiedade/angústia (*Angst*), o Eu adquire poder sobre essa emoção, reproduzindo-a por sua própria iniciativa e a empregando como uma advertência ao perigo.

As formulações freudianas acerca do Eu real e do medo (*Angst*) apontam para importantes aspectos da relação do organismo, enquanto ser vivo, com o mundo. Entretanto, não podemos desconsiderar que, apesar do Eu ser a parte do psiquismo intrincada ao sistema perceptivo e representante do mundo externo, ele se prolonga até o inconsciente. Na segunda tópica, o Eu, não só se origina do Isso, mas está mergulhado nele. As metáforas do Eu como um cavaleiro ou como monarca denotam sua relação de dependência ao Isso e revelam que, embora o Eu seja responsável pelo agir, está longe de ser um governante soberano. Freud (1923/2007) afirma que o seu domínio é mais formal do que factual.

Além das operações de negação, o Eu também se constitui por incorporações e introjeções. A incorporação é uma etapa preliminar da escolha objetal e, com o desenvolvimento do Eu, temos a possibilidade da introjeção sucedânea do investimento objetal. Observamos que a incorporação refere-se apenas ao registro de uma marca mnêmica enquanto excitação, pois ainda não há sua representação psíquica, enquanto a introjeção consiste na capitalização do objeto internamente (Martins, *passim*).

Freud (1917/1969) constata que, quando um objeto libidinal é perdido ou precisa ser renunciado, esse objeto pode ser introjetado e a libido é, então, investida no Eu. A consequência da introjeção é a identificação com o objeto. O processo de identificação é inconsciente e situa-se no registro do Ser, denotando que o Eu é moldado segundo suas escolhas objetais. Logo, o Eu comporta a história das relações objetais.

Na linguagem cotidiana, a identificação seria tomar-se por outra pessoa sem se dar conta. Adotamos o termo pessoa na acepção românica, no sentido de efetivação do Ser no mundo e nas relações sociais através da linguagem (Martins, 2011), e não no

sentido grego associado à máscara. O disfarce, a máscara de carnaval não nos auxiliam a pensar esse fenômeno, pois quando estamos fantasiados não confundimos o que somos com aquilo que estamos parecendo (Mannoni, 1994).

A consciência moral, auto-observação e censura, funções anteriormente já localizadas no Eu, na primeira tópica, continuam ligadas a essa instância, mas, na segunda tópica, também estão muito próximas do Isso. Freud (1923/2007) afirma que o Eu comporta um ‘patamar diferenciado’, o Super-Eu, herdeiro das *identificações* parentais e é justamente a sua origem que define sua proximidade do Isso, o tornando seu representante, seu advogado frente ao Eu. Assim, nas suas palavras, constatamos que

ao erigir o Ideal-de-Eu, o Eu logrou se apoderar do complexo de Édipo, mas, ao mesmo tempo, submeteu-se ao Isso. Enquanto o Eu é, em essência, o representante do mundo externo e da realidade, o Supra-Eu contrapõe-se a ele como advogado do mundo interno e do Id (Freud, 1923/2007, p.46).

O Super-Eu caracteriza-se por ser pulsional e organizador. Florence (1994) afirma que as identificações não se fazem por acaso e o considera instância reguladora e seletiva nesses processos. Retomemos as palavras de Freud:

“...o Supra-Eu não é apenas um resíduo das primeiras escolhas objetais do Id, ele representa também uma enérgica formação reativa contra essas escolhas. Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: Você **deve** (*sollen*) ser assim (como seu pai), mas engloba também a proibição: “Você não **pode** (*dürfen*) ser assim (como seu pai)”, isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz, algumas coisas permanecem prerrogativas dele”. (Freud 1923/2007, p.44)

Compreendemos o seu poderio sobre o Eu a partir da seguinte citação “tal como a criança já esteve submetida à imposição (*Zwang*) de obedecer aos pais, o Eu maduro tem de se submeter ao imperativo categórico do Super-Eu” (Freud, 1923/2007, p.57). Além disso, o fato de essa instância estar “mergulhada” no Isso, a faz essencialmente pulsional e em processo, na maioria das vezes, inconsciente. Isso explica os fenômenos de culpabilização, auto-agressividade e auto-punição.

Portanto, os primeiros investimentos objetais, quando o Eu era frágil e imaturo, originam as identificações primárias e duradouras que tendem a se generalizar. Observamos que conceber que as identificações primárias tendem a se generalizar não implica na univocidade do Eu. Lembramos que Freud (1896/1969), ainda em escritos pré-psicanalíticos que esboçavam o funcionamento psíquico, usa como metáfora a noção de *fuero* para explicar que as vivências psíquicas podem ser regidas por diferentes fóruns internos. *Fuero* era uma antiga lei espanhola que vigorava em determinada região da Espanha lhe garantindo privilégios perpétuos. Assim, diríamos que no território do Eu não existe uma única lei que abrange toda sua extensão.

O Eu serve a três senhores diferentes: mundo externo, Isso e Super-Eu, o que, mesmo com a variação na legislação explicitada acima, gera a experiência de contraditórias imposições (Freud, 1923/2007). Trata-se, no entanto, de uma instância psíquica que apresenta disposição pacífica, pois, incessantemente, busca a restauração e a reconciliação (Freud, 1926/1969). Essa tendência também é expressa por Szondi (1975), que qualifica o Eu como *Pontifex Oppositorium*, por ser a uma instância conciliadora dos antagonismos psíquicos, construtora de pontes.

É via deformação que o Eu busca lidar com esses conflitos, evitando ao máximo a ruptura com qualquer um dos lados. A introjeção e identificação com o objeto são processos que geram essa deformação no sentido de um enriquecimento do Eu. Por outro lado, a negação, nos seus diversos formatos, não deixa de configurar também uma deformação, mas na direção do empobrecimento.

No artigo inacabado *A cisão do Eu no processo de defesa*, Freud (1938/2007) discorre acerca da vulnerabilidade da função sintética do Eu, concluindo que nem sempre os processos que ocorrem no Eu são dirigidos à síntese. Algumas vezes, mantém-se a coesão ao custo de cisões. A defesa implica, portanto, em deformações (metamorfozes) do Eu que podem ser no sentido da conciliação (via distorções, dissimulação) ou da cisão/exclusão e em diferentes registros.

Com todas essas elucidações sobre o Eu, sublinhamos como norte para nossas reflexões acerca dessa instância psíquica no trabalho, a idéia de que se trata de uma instância adaptativa que busca compromissos com o mundo externo e com as outras instâncias psíquicas. Seja regulando as sensações de desprazer via processo secundário e produção de ansiedade/angústia (*Angst*) ou por meio da identificação com objeto libidinal ou ainda expelindo, negando tudo aquilo que gere desconforto. Além disso, enfatizamos também o dinamismo presente nessa noção de adaptação, já que, nas diversas e múltiplas vivências, o possível sempre é um compromisso temporário e parcial, o que nos remete à noção de um Eu em contínuo processamento.

### **2.3 - O Eu processual e o pensar *páthico***

No início desse capítulo discorreremos acerca do processamento psíquico enfatizando uma concepção ativa e dinâmica do psiquismo revelada, inclusive, pela

própria noção de pulsão (*Trieb*). Em seguida, nas nossas elucidações sobre o Eu, destacou-se o *continuum* processo defensivo. As idéias freudianas caracterizam o Eu enquanto organização, mas também clivado, múltiplo e em constantes metamorfoses ancoradas nesse processo defensivo. Dessa forma, qualquer tentativa de auto-denominação que se inicia com “*Eu sou...*” torna-se distante da realidade psíquica.

Assim, com o objetivo de avançar na direção de uma concepção ativa e dinâmica do psiquismo e da defesa, honramos a proposta de Schotte (Martins, *passim*) de desubstantivação do Eu com intuito de apreendê-lo enquanto processo e não como algo estanque. A compreensão substantivada dessa instância psíquica limita a apreensão da fecundidade das idéias presentes no próprio Freud. Por outro lado, o termo processo denota o ato de proceder, ir adiante, e também a sucessão de estados e mudanças (Ferreira, 2010). Nesse sentido, nos auxilia a pensar o Eu como único, particular e personalizado a cada momento nas suas diversas vivências.

No primeiro capítulo fizemos referência à importância do pensamento de Weizsaecker (1958) para refletirmos acerca do homem civilizado. Nesse momento, para além disso, inferimos que o pensar *páthico* converge com uma abordagem do Eu processual, pois em oposição ao ôntico (teorias que visam apreender o Ser), privilegia a reatividade do humano em comércio com o mundo nas suas vivências.

Observamos que no registro dos humanos não podemos nos prender ao ideal da univocidade. Os fatos só podem ser compreendidos dentro do movimento da vida com infinitas e contraditórias possibilidades de se fazer sentido. O registro *páthico* é sempre ambíguo. Martins (*passim*) retoma a distinção feita por Weizsaecker (1958) entre o pensar *páthico* e o ôntico a partir da analogia entre o pensamento enciclopédico e o

sistêmico, afirmando que a enciclopédia nos fornece diversas paisagens, sendo pluritemáticas e com plurivocidade, enquanto o sistema se quer integrado, fornecendo idealmente uma paisagem única. Assim, o pensamento páthico engloba a variegação, encontrando-se no registro da dialética, da intersecção, da ambigüidade em oposição às pretensões do positivismo científico.

Trata-se de uma abordagem que, justamente por escapar a qualquer tentativa de síntese, implica o homem nos seus destinos, nos seus atos. Para Weizsaecker (1958), o *páthico* indica a polifonia interna caracterizada pela contradição e ambivalência entre vontade, potência e necessidade. Nesse sentido, nos indica em que estão ancorados os fatos, as situações vivenciadas por cada um de nós, sendo, então, modalizadores das nossas vivências.

As categorias *páthicas*, expressas por verbos, indicam o mover e o sentir de um sujeito particular, ou seja, a afetividade nesse embate próprio do homem em sociedade. Nesse sentido, consideramos reveladoras das vivências do Eu frente às exigências civilizatórias, e também apontam para a noção de um Eu único, particular e personalizado a cada momento, caracterizando a variegação e convergentes com a noção de Eu processual. As categorias *páthicas* são expressas pelos verbos modais querer (*Wollen*), dever (*Mussen*), dever moral (*Sollen*), poder (*Können*), poder moral (*Dürfen*). Observamos que os verbos modais são aqueles que não denotam um comportamento externo, mas traduzem as modalidades da ação.

Para falar do homem, do humano e mesmo daquilo que tem vida, em geral, em um determinado momento, somos obrigados a referir-nos forçosamente a enunciados que se formulam com o emprego de verbos como poder, querer e

dever, bem mais do que a enunciados que se marcam pela noção estática do ser (Schotte, 1994, explicitado em Florence, 1994, p.149).

A categoria *páthica* indicada pelo verbo querer (*Wollen*) expressa as vontades do Eu nas diferentes e diversas situações, sendo atravessada e delineada pelas vivências de poder e dever. Martins (*passim*) ressalta a distinção entre um querer, ancorado no sentir, e a intenção, lembrando que o querer sobrevalorizado na consciência pode levar à crispação.

A experiência da potência se dá em dois sentidos. O primeiro refere-se ao poder capacitário, denotando todo o campo do possível. É expresso, na língua alemã, pelo verbo *Können*, uma espécie de poder natural, pois tem seus limites na natureza, ultrapassando, assim, as delimitações civilizatórias. O segundo, expresso pelo verbo *Dürfen*, é o que mais se aproxima da sensação de liberdade, não aquela conquistada ou autorizada, mas a espontânea, ancorada no sentir. Em português, aproxima-se do sentido do verbo ousar. Trata-se daquilo que nos permitimos e aponta para a experiência de liberdade.

Contrapondo-se a vivência do *Dürfen*, temos a experiência do dever, reativa as imposições da natureza, do convívio em sociedade, mas também fruto da internalização da moral. Na língua alemã, os verbos *Müssen* e *Sollen* denotam essa experiência. O primeiro é o que se contrapõe diretamente ao sentido do *Dürfen*, pois revela o dever enquanto obrigações diárias que nos impomos rotineiramente (auto-coação). Em exagero, tem uma conotação mortífera. O *Sollen*, por sua vez, aproxima-se da noção do que devemos fazer para mantermos a consciência limpa enquanto seres atravessados pela moral.

As categorias *páthicas*, por serem indicadores de como o homem se afeta e, logo, reage nas diversas situações do cotidiano da vida, servem de instrumento para pensarmos o Eu, enquanto instância adaptativa, em constante processamento. As várias combinações possíveis das experiências de poder e dever delineiam o processo defensivo.

Tais categorias revelam justamente a vivência conflitual do homem aculturado. Logo, apontam para um Eu, a todo o tempo, em constituição a partir de experiências da potência, vontades e obrigações, em conflito com tudo aquilo que não é, mas que poderia, deveria ou gostaria de ser. As operações psíquicas de negação, muitas vezes, são as únicas vias encontradas para apaziguar esse conflito. Conforme já elucidamos, a negação é constituinte do psiquismo e, no próximo capítulo veremos que, dependendo do registro em que opera, determina posicionamentos diferentes do Eu frente às exigências civilizatórias.

## CAPÍTULO III: A NEGAÇÃO DELINEANDO DIFERENTES POSICIONAMENTOS DO EU

### 3.1 – A negação em três registros - *Verwerfen, Verleugnen, Verneinen*

Nesse trabalho, nos interessa a ação de negar enquanto defesa psíquica na sua especificidade de propiciar o desconhecimento. A defesa caracteriza o Eu processual, pois implica em constantes formatações do Eu na busca de conciliações, às vezes, a custo de cisões. Observamos que a noção de defesa é considerada, não no sentido patológico, mas no sentido econômico de ‘evitar’ as sensações de desprazer, constituindo o Eu e operando como uma solução conciliatória parcial.

Não nos lembramos das coisas que não causam prazer. Isso é completamente normal. Que chamemos isso de defesa, nem por isso é algo patológico. É mesmo o que é preciso fazer – se esquecemos as coisas que são desagradáveis, só podemos ganhar com isso. Uma noção de defesa que não parte daí falseia toda a questão (Lacan, 1981/2002, p.178).

Na teoria freudiana, as elucidações acerca das operações de negação na constituição do aparelho psíquico, nos permite iniciarmos uma reflexão acerca da negação em diferentes registros. O referido autor considera que existiria um momento mítico entre a criança e a mãe, no qual ambas formam uma totalidade indiferenciada. A separação entre o Eu e o Isso, o recalque originário (*Unverdrangung*), sob a perspectiva ontogênica, é o primeiro não a se instaurar no psiquismo, um não ao ímpeto da pulsão. O recalque originário abre o caminho para o recalque propriamente dito (*Verdrängung*), que se trata da retirada da consciência de um conteúdo que cause desprazer ou desconforto ao Eu. Se essa separação inicial entre o Eu e o Isso não ocorre, a negação

aparece em um outro registro, no repúdio a tudo aquilo que uma vez reconhecido provocaria desprazer, o que é chamado de negação da realidade.

Assim, constatamos que, na obra de Freud, a negação no psiquismo não é fenômeno uniforme e consideramos que a sua compreensão perpassa pela compreensão semântica dos termos usados para denotar a ação de negar, mas também pela apreensão dos conteúdos nocionais, aos poucos, vinculados a determinados vocábulos. Além disso, ressaltamos, a importância da análise de como seus seguidores retomaram e traduziram tais termos.

Na língua portuguesa, inclusive no uso cotidiano, encontramos vários termos que designam a ação de negar, porém, sem nítidas linhas demarcatórias de significação entre eles. Em Ferreira (2010), encontramos os seguintes sentidos atrelados ao verbo negar:

- dizer que não é verdadeiro (uma coisa);
- afirmar que não;
- não admitir a existência de; contestar;
- não reconhecer como verdadeiro; abandonar, repudiar, trair, abjurar;
- não conceder; recusar;
- não permitir; proibir, vedar;
- desmentir, contradizer;
- deixar de contar; ocultar, esconder;
- não admitir a existência de; não reconhecer; contestar;
- dizer que não (verbo transitivo direto e indireto);
- não conceder; recusar;

- negar;
- contestar a existência de algo; formular negativa ou negativas;
- não se prestar; recusar-se;
- não se apresentar; ocultar-se.

Essa questão torna-se ainda mais complexa quando consideramos que nas outras línguas, principalmente no alemão também encontramos diversos termos que denotam a ação de negar. Além disso, temos as dificuldades inerentes à tradução de encontrar com exatidão o correspondente em outra língua. Lembremos da asserção chistosa de Freud (1905/1969) “*Traduttori-Traditori*”, que denuncia a tendência do tradutor a cometer crimes contra o original.

Martins & Freitas (1995) apresentam o quadro abaixo e constata a ambiguidade entre os termos que se referem à ação de negar, indicando a impossibilidade de realizarmos uma tradução completamente fidedigna. O quadro compara, a partir da semântica e da psicanálise, os vocábulos que denotam a ação de negar em alemão, francês, inglês e português. Transparece a dificuldade de transpor de uma língua para outra determinada significação, ainda mais quando se trata de termos que, até mesmo em uma mesma língua, revelam confusão no sentido da indistinção entre eles.

<b>Alemão</b>	<b>Francês</b>	<b>Inglês</b>	<b>Português</b>
Vemeinung	(dé)négation	negation	negação (de)negação

Verleugnung	déni	disavowal	recusa
Verwerfung	forclusion	repudiation forecluse	rejeição repúdio
Ablehnung	refus	rejection	foraclusão afastamento declínio
Aufheben	remue-ménage	fuss	supressão abolição
<p>Dicionários consultados para elaboração do quadro:  LAPANCHE, J. E PONTAUS, J. B. Vocabulários da Psicanálise. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 1967.  CAPITOLS's CONCISE DICTIONARY (From and to: English. Dutch. German, French. Italian. Spanish). Bologna: Capitol Publishing House, 1972</p>			

Observamos, na obra de Freud, ao longo dos anos, uma progressão na delimitação e distinção dos termos que se referem à ação de negar no sentido do uso corriqueiro, da tradição oral, para a definição de algumas noções teóricas. Destacamos, então, os termos em alemão *Verwerfen*, *Verleugnen*, *Verneinen*, que, para Lacan (1966/1998), referem-se a distintas formas de negação e especificam a estruturação do sujeito. Assim, nas neuroses temos *Verneinung*; nas perversões, *Verleugnung* e; nas psicoses, *Verwerfung*. Na teoria freudiana, o uso desses termos, mesmo que não seja como conceitos, nos traz indícios da ação de negar em diferentes registros, o que delinea diferentes posicionamentos do Eu frente às exigências civilizatórias.

## *Verwerfen - Verwerfung*

Desses três termos, *Verwerfung* é o que mais se distancia do estatuto de conceito nos escritos freudiano. Laplanche & Pontalis (1967) explicam que esse vocábulo aparece nos textos de Freud com sentidos variados, que podem ser classificados em três grupos. O primeiro refere-se à noção de recusa, mas em um sentido genérico, que pode ocorrer, por exemplo, sob a forma do recalçamento. O segundo denota a rejeição sob a forma de juízo de condenação. O terceiro refere-se à especificidade da defesa na psicose, sendo, então, o que mais se aproxima de uma noção teórica. Observamos que Pedro Tamem, tradutor para a língua portuguesa de Laplanche & Pontalis (1967), optou por traduzir *Verwerfung* por rejeição ou repúdio.

O vocábulo *Verwerfung* comporta em alguns trechos da obra de Freud o sentido de uma negação com maior força ou intensidade, mesmo quando não se aproximava de um uso conceitual. Freud (1894/1969, p. 64), referindo-se às psicoses, afirma que “há, entretanto, uma forma de defesa muito mais poderosa e bem-sucedida, nela o Eu **rejeita** (grifo nosso) a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais lhe tivesse ocorrido”.

Além disso, percebemos que, apesar da diversidade de sentidos em que *Verwerfung* foi usado por Freud, esse termo já aparece em “As neuropsicoses de defesa” (1894/1969) para explicar o processo defensivo na psicose e, logo, a noção de perda da realidade. Freud (1894/1969, p.65) afirma que “o eu rompe com uma representação incompatível ligada à realidade; esta, porém, fica inseparavelmente ligada a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu obtém esse resultado, também ele se desliga, total e parcialmente da realidade”. Observamos que Freud não

identificava a realidade exterior como sendo o real em si, mas o mundo material enquanto percebido pelo indivíduo. Martins, Magalhães, Antunes, Versiani e Beltrão (1994) afirmam que a noção de realidade é usada por Freud no sentido de um fenômeno essencialmente construído e não como realidade material efetiva (*Wirklichkeit*.)

Pensamos, contudo, que é somente no caso do homem dos lobos que Freud (1918/1969) desenvolve melhor o significado de *Verwerfung* enquanto defesa psíquica, diferenciando-o da operação de recalque a partir da relação com a castração. No caso citado, a criança com um ano e meio rejeita elementos percebidos na cena primitiva que revelam a castração e, só posteriormente, esses elementos recebem um sentido e uma interpretação. Freud (1918/1969, p.92) explica que no recalque temos o conhecimento da castração enquanto na rejeição não há qualquer aceitação, no sentido de não saber sobre sua realidade, de não se questionar sobre ela. Nas palavras do referido autor: “quando digo que ele a havia rejeitado, o primeiro significado da frase é o de que ele não teria nada a ver com a castração, no sentido de havê-la reprimido/recalcado”.

Com Lacan (1981/2002), a ação de negar denotada pelo termo *Verwerfen* adquire o estatuto de um conceito que define e particulariza a defesa na psicose. Esse autor propõe a tradução de *Verwerfung* por *Forclusion* baseando-se na sua suposição a respeito daquilo que Freud buscava dizer em seus textos. O termo *Forclusion* é equivalente em português à noção jurídica de preclusão, que refere-se à perda do acesso a determinados direitos por não ter entrado com o processo em um tempo definido. Assim, nas psicoses teríamos a rejeição de um significante primordial, ou seja, “a exclusão primordial de um dentro primitivo, que não é o dentro do corpo, mas aquele de um primeiro corpo de significantes” (Lacan, 1981/2002, p.174). O recalque originário

não ocorre e, logo, as operações de (de)negação (*Verneinen*), que veremos adiante, não são possíveis.

Assim, *Verwerfung*, em Lacan (1981/2002), denota a negação no sentido de uma abolição simbólica, ou seja, da ausência de inscrição. Aquilo que Freud (1924/2007) nomeia de supressão ou perda da realidade, Lacan (1981/2002) identifica como buraco no simbólico. Quando pensamos no Eu na civilização, trata-se de uma posição de indiferença e insensibilidade em função dessa inadmissão no campo simbólico.

### ***Verleugnen - Verleugnung***

Constatamos, no quadro retirado de Martins & Freitas (2005), que o termo *Verleugnung*, na tradução francesa, aparece como *déni* e, em inglês, encontramos *disavowal*. Em português, Martins & Freitas (1995) indicam a tradução feita por Pedro Tamen que optou por recusa. Porém, não deixam de esclarecer, ao longo do artigo, que o termo em alemão *Verleugnen* comporta o sentido de renegar, denegar, desmentir, aproximando-se do termo *Verneinen*, que abordaremos em seguida.

Nessa dissertação, com intuito de evitar confusões, preferimos a tradução por recusa. Contudo, os verbos renegar, denegar e desmentir comportam uma noção que se distancia do verbo recusar e que não pode deixar de ser considerada, que é a ambigüidade em torno do saber sobre algo ou da aceitação desse algo. Hanns (1996) afirma que o termo *Verleugnung* e seus derivados mantêm a ambigüidade de desmentir (não se sabe se o desmentido restabelece a verdade ou instala uma mentira), bem como a ambigüidade de renegar (em geral, renega-se algo que já foi aceito anteriormente). Schlachter (2005), em um estudo acerca desse vocábulo e dos conteúdos nocionais

vinculados a ele no texto original de Freud, afirma que a tradução mais próxima das idéias freudianas seria pelos termos denegação ou renegação, pois não se trata apenas de uma recusa, há uma oscilação entre saber e não saber.

Laplanche & Pontalis (1967) afirmam que é a partir de 1923 que Freud usa o termo *Verleugnung* para designar um conteúdo nocional, se aproximando mais do estatuto de conceito. Constatamos que é um vocábulo que aparece para especificar a negação nas vivências do complexo de castração e nos casos de fetichismo, mas que não se limita ao campo das perversões, já que Freud considera que se trata de uma defesa também usada nas neuroses e nas psicoses, fundamentando a noção de clivagem do Eu.

Laplanche & Pontalis (1967) também afirmam que o termo *Verleugnung* refere-se a uma defesa que consiste na recusa do indivíduo de reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante, essencialmente, a ausência de pênis na mulher. A conotação de trauma é explícita principalmente quando Freud (1940/1969a) afirma que a cabeça decapitada de Medusa simboliza o efeito aterrorizante dos genitais castrados da mulher. A recusa da castração é o protótipo e a origem das outras recusas da realidade.

O relato de Freud (1923/1969a) em relação às reações das crianças as observações da distinção anatômica dos sexos também nos indica que não se trata de uma negação no sentido da exclusão total (expulsão da vida psíquica), porém, nem da conciliação. Em relação aos meninos, Freud (1923/1969a, p.159) afirma “sabemos como as crianças reagem às suas primeiras impressões da ausência de um pênis. *Leugnem* o fato e acreditam que elas *realmente*, ainda assim, vêem um pênis”. Porém, mais adiante, esclarece que “...ocorre que a criança ao mesmo tempo manteve essa crença, mas também a abandonou”. Assim, o termo *Verleugnung* denota uma defesa caracterizada pelo vai e vem entre a recusa e o reconhecimento da castração.

Observamos que Freud (1925/1969) pensava que essa era uma defesa muito comum nas crianças, mas que poderia ser o início de uma psicose nos adultos. Em “*A perda da realidade nas neuroses e nas psicoses*” (Freud, 1924/2007), o termo *Verleugnung* já foi usado para explicar a defesa/negação na psicose. Freud (1924/2007, pp.128,129) afirma que “uma reação psicótica seria *verleugnen* a morte da irmã” e, posteriormente, nesse mesmo artigo, conclui que “a neurose não recusa a realidade, ela só não quer saber nada sobre ela, a psicose recusa-a e procura substituí-la”.

Freud (1927/2007) indica o fetichismo como via privilegiada para a compreensão dessa forma de negação, pois o fetiche representa um compromisso intermediário entre a percepção indesejada e a força do desejo. Entretanto, nesse mesmo artigo, o autor reconhece seu equívoco em relacioná-la prioritariamente às perversões e psicoses e, a partir de observações clínicas, constata a existência de outros casos, no âmbito das neuroses, em que encontramos a recusa da realidade como uma forma de defesa psíquica.

Em “*Esboço de psicanálise*” Freud (1940/1969b) afirma que negações desse tipo ocorrem com muita frequência, sendo tentativas incompletas de desligamento da realidade em função da emergência de duas atitudes sempre contrárias e independentes, uma que se ajusta a realidade e outra ao desejo, ambas resultantes de uma divisão do Eu. Essa clivagem é distinta da divisão instituída em função do recalque. Trata-se da coexistência de dois tipos diferentes de defesa no Eu, sendo que uma delas incide na realidade exterior (recusa de uma percepção).

No artigo inacabado “*A cisão do eu no processo de defesa*”, Freud (1938/2007) aborda com mais precisão o que seria essas duas atitudes contrárias e afirma que ao

mesmo tempo em que se rechaça qualquer perigo advindo da realidade, também o reconhece, acatando dentro de si esse medo como um sintoma. Contudo nos alerta que o preço dessa defesa é alto, pois só é possível à custa de um rompimento na tessitura do Eu, que não mais se cicatriza.

Ressaltamos que se trata de uma defesa em que o processo perceptivo ocorre, pois Freud (1927/2007, p.162) afirma “vemos que a percepção permaneceu e que uma ação muito enérgica teve que ser empreendida para sustentar essa recusa”. Nesse mesmo sentido, Laplanche & Pontalis (1967) explicam que a recusa incide sobre uma teoria explicativa dos fatos, a teoria sexual infantil, até porque a ausência de pênis na mulher só se torna uma realidade na medida em que é relacionada com uma presença possível. Figueiredo (2008) compreende que a percepção é desautorizada, perdendo sua significância e, logo, não é integrada ao fluxo psíquico. Conseqüentemente, interessa-nos frisar que, diante de uma ameaça e à custa da clivagem, o Eu coloca em cena seu desejo. A citação abaixo traz, implicitamente, essa idéia em relação aos homossexuais e fetichistas.

“a visão do órgão genital feminino desencadeia em todo ser do sexo masculino um sentimento de horror frente à castração. Contudo por que algumas pessoas podem, em consequência dessa experiência, tornar-se homossexuais, outras podem criar um fetiche para assim, desse horror, afastar-se e por que a grande maioria de pessoas superam essa vivência, francamente, ainda não somos capazes de explicar” (Freud, 1927/2007, p.163).

Pensamos, portanto, que a negação expressa pelo termo *Verleugnung* comporta uma retração na significação, em que o desejo se sobressai e a realidade é recusada. Logo, inferimos que, em relação ao desejo, trata-se de uma afirmação, mas que não deixa de expressar a forma como lidamos com as imposições da lei/realidade.

### *Verneinen -Verneinung*

Esclarecemos, primeiramente, que, sob a perspectiva semântica, há, na língua alemã, uma proximidade entre a ação de negar expressa pelos termos *Verneinen* e *Verleugnen*, pois o primeiro, além de ser usado para designar a negação no sentido lógico ou gramatical, também comporta o sentido psicológico, aproximando-se dos termos renegar, denegar, retratar e desmentir (Laplanche & Pontalis, 1967). Contudo, na acepção freudiana, não são usados como sinônimos, o que se evidencia principalmente no fim da sua obra, em que possuem conotações mais específicas.

Na psicanálise freudiana, *Verneinung* comporta uma significação associada à noção de resistência, fenômeno percebido por Freud já no início de sua clínica com pacientes histéricos, que indicava a dificuldade do paciente em prosseguir seu discurso em análise quando se aproximava de um conteúdo recalcado. Somente em 1925, no artigo “*Die Verneinung*”, esse vocábulo se aproxima do estatuto de conceito e traz um conteúdo de suma importância para a compreensão das correlações entre o funcionamento psíquico e a função do julgamento.

Constatamos no quadro sinóptico apresentado por Martins & Freitas (1995), que o termo *Verneinung* foi traduzido por *(de)negation*, *negation*, negação/(de)negação, respectivamente, em francês, inglês e português. Em relação à tradução na língua inglesa, consideramos as elucidações de Ver Eecke (2005) que opta pelo termo *denial*, já que o termo *negation* refere-se ao símbolo lingüístico da negação e ao julgamento negativo que usa esse símbolo, enquanto *denial* refere-se a um julgamento negativo que veemente nega uma verdade apresentada nesse julgamento.

Laplanche & Pontalis (1967) chamam a atenção para a ambigüidade de Freud no uso desse termo no artigo “*Die Verneinung*”, pois ora refere-se ao sentido lógico/linguístico e ora ao afetivo/emocional. Em função disso, propõem a tradução de *Verneinung* por (de)negação, adotada nessa pesquisa, que inclui ambos os sentidos e, portanto, expressa a ambigüidade do termo escolhido por Freud. Além disso, conforme explica Hyppolite (1966/1998), e tendo como base o pensamento hegeliano de que as palavras tornam presentes no pensamento aquilo que concretamente estaria ausente, o símbolo da negação é duplamente negativante e o termo (de)negação revela-se pertinente por expressar também uma negação da negação.

Freud (1925/2007, p.150) demonstra “que o reconhecimento do inconsciente por parte do Eu se exprime numa fórmula negativa”. O autor explica como a função intelectual de emitir juízos surge do jogo de forças pulsionais, estabelecendo um paralelo com sua teoria do desenvolvimento psíquico. A função de julgamento pode ser expressa por duas espécies de decisões: o julgamento de atributo, que afirma ou não a posse de algo e o julgamento de existência, que verifica se uma representação qualquer tem existência na realidade. Essas espécies de julgamento são correlacionadas com o Eu-prazer e o Eu-real. O Eu prazer introjeta tudo que é bom e expela tudo que é mal, já o Eu real busca verificar a possibilidade de reencontrar *fora* de si objeto perdido e certifica-se se tal objeto corresponde de fato a sua representação (teste de realidade).

A (de)negação (*Verneinung*) pressupõe um conteúdo recalçado e expressa um ‘**não**’ que tem o valor de uma afirmação. Caracteriza a ação de negar como a não aceitação de um conteúdo que gera sensações de desprazer ou desconforto ao Eu. Trata-se de algo verbalizado, mas não admitido. Fenomenologicamente, corresponde ao ato do

paciente etiquetar corretamente um fenômeno, mas recusar, erroneamente, essa etiqueta como sendo uma não verdade (Ver Eecke, 2005).

Martins (2008) afirma que a defesa funda fendas no psiquismo que a (de)negação re-une, embora o conflito permaneça com grande dispêndio de energia. Revela, então, o Eu conflitado que acata as normas, negando desejos e conteúdos que lhe causam constrangimentos, embora os identifique.

Em “*Die Verneinung*” (Freud, 1925/2007), constatamos também que o símbolo da negação liberta a atividade intelectual das restrições do recalque e do princípio do prazer. Assim, algo que está recalcado pode vir à tona sem gerar angústia, pois o ‘**não**’ funciona como anteparo. O julgamento negativo adquire, então, um potencial expressivo maior do que o julgamento afirmativo, pois esse somente afirma uma conexão ou unidade enquanto aquele pode revelar algo que precede a conexão (Ver Eecke, 2005). Lacan (1966/1998, p. 373) constata, em relação a (de)negação, que Freud “desvenda um fenômeno estruturante de qualquer revelação da verdade num diálogo”.

Hyppolite (1966/1998) ressalta a presença de uma dissimetria nas relações que Freud estabelece entre afirmação e Eros e entre negação e pulsão (instinto) de destruição. O autor detecta essa dissimetria porque Freud (1925/2007) afirma que a afirmação é o **equivalente** à unificação, enquanto a negação é **sucedora** da expulsão. Logo, Hyppolite (1966/1998, p.898) conclui que “a afirmação primordial não é outra coisa senão afirmar, mas negar é mais do que querer destruir”, pois, na medida em que o conteúdo recalcado pode ser retomado, é possível o aparecimento do ser sob a forma de não ser.

Hyppolite (1966/2003, p. 895) destaca a seguinte afirmação de Freud “a (de)negação é um *Aufhebung* do recalque, mas nem por isso é uma aceitação do recalçado” e explica que *Aufhebung* é a palavra dialética de Hegel que, “ao mesmo tempo, quer dizer negar, suprimir e conservar, e, no fundo, suspender”. Com isso, o referido autor conclui que Freud não mostra como o intelectual se separa do afetivo, mas como o intelectual é uma suspensão do conteúdo (afetivo), uma espécie de sublimação.

Com isso, pensamos que a (de)negação não só expressa a posição de um Eu que renúncia e acata a lei. Muito além disso, como está no registro da não aceitação ou de uma avaliação equivocada que é simbolizada na linguagem, expressa o poder sublimatório da mesma, pois algo que estava recalçado pode vir a tona sem gerar angústia. Em função das especificidades do ‘objeto’ dessa pesquisa, o Eu no trabalho, essa negação destaca-se devido a sua condição de sucessora da destruição, contribuindo para uma adaptação menos mortífera do Eu ao trabalho, como veremos no capítulo IV.

Portanto, os termos *Verwerfung*, *Verleugnung*, *Verneinung*, embora não tenham sido usados pelo fundador da psicanálise como conceitos, nos trazem indícios da ação de negar, enquanto defesa psíquica, em diferentes registros, o que delineia diferentes posicionamentos do Eu. Com *Verwerfung*, temos o extremo da perda do contato com a realidade em função da ausência de inscrição, o que denota a posição de indiferença e insensibilidade; *Verleugnung*, o prejuízo na capacidade de significação e integração psíquica, sobressaindo-se o desejo, que é colocado em cena a custa da clivagem do Eu; *Verneinung*, a integração, mas sob a forma da não aceitação, temos a renúncia ao desejo e a aceitação das normas facilitada pelo potencial sublimador da linguagem. No

próximo tópico, discutiremos acerca de como essas diferentes ações de negar no psiquismo aparecem na enunciação.

### **3.2 - A negação na enunciação**

A partir de algumas elucidações freudianas, objetivamos fazer algumas menções acerca da negação na enunciação. Observamos que nem sempre os símbolos lingüísticos negativantes expressam a negação enquanto defesa psíquica e que, muitas vezes, ela não está presente no enunciado.

Freud (1937/1969), defendendo-se das críticas em relação à interpretação analítica, estabelece um critério para verificarmos se a negação lingüística realmente se trata de resistência, nos auxiliando a distinguir entre uma negação comum, (lógica e gramatical) e a (de)negação. O autor contrapõe o par negação/afirmação à indiferença. O não investimento afetivo no conteúdo da interpretação é revelado pela indiferença. Martins e Freitas (1995) observam o cuidado de Freud em analisar o contexto em que o ‘**não**’ se faz presente, observando sua conexão com o conteúdo do discurso que o antecede e que se segue na fala do paciente.

Para identificar a negação (defesa psíquica) precisamos nos atentar não só para o enunciado, mas também para a enunciação, pois ela pode ser expressa nos diferentes elementos da língua em uso em uma situação de comunicação. Consideramos que o falante (emissor) assim como o destinatário, e diversos aspectos dessa situação em que a fala é produzida deixam marcas no enunciado, ou seja, o enunciado traz consigo o processo de enunciação (Orecchioni, 1986). Essas marcas são expressas tanto nos

recursos lingüísticos e gramaticais como também nos retóricos e nos elementos da situação de interlocução.

Garcia-Roza (1988) afirma que a noção de clivagem na teoria freudiana nos remete à aceção de que não há um sujeito único, mas dois: o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. O primeiro é o sujeito social, portador do discurso manifesto, (sujeito às leis do processo secundário). O segundo é o sujeito do inconsciente, que não é significado no enunciado, sendo excêntrico em relação ao sujeito social.

Em “*Die Verneinung*”, Freud (1925/2007) nos fornece elementos que possibilitam identificar a negação na enunciação. Propomos percorrer os exemplos explicitados nesse artigo e, de antemão, destacamos o exemplo que aparece em nota de rodapé e as considerações finais acerca do negativismo presente nas psicoses para a compreensão da negação na enunciação.

Freud (1925/2007) inicia seu texto com exemplos em que encontramos símbolos lingüísticos que denotam a negação no enunciado do paciente com a conotação de defesa psíquica.

“Agora o senhor deve estar pensando que eu queria dizer algo ofensivo, mas realmente essa **não** é a minha intenção” (Freud,1925/2007, p.147).

“O senhor me pergunta quem poderia ser essa pessoa no meu sonho. **Não** é minha mãe”. E nós corrigimos: ‘portanto é sua mãe’. Assim, ao interpretar tais idéias, podemos desconsiderar a negativa frase e destacar seu conteúdo. É como se o paciente tivesse dito: “Com relação a essa pessoa, de fato pensei na minha mãe, mas não tenho a menor vontade de deixar essa idéia valer” (Freud,1925/2007, p.147).

“Tive uma idéia obsessiva e logo me ocorreu que ela poderia significar o seguinte. Mas, **não, não** pode ser, pois nesse caso ela não teria me ocorrido” (Freud,1925/2007, p.147).

Nos três exemplos acima citados, constatamos que aquilo que é negado no enunciado, do ponto de vista lógico/gramatical, é a verdade sob a ótica do inconsciente. Logo, basta retirarmos o *não* e considerarmos todo restante do discurso. Contudo, existe um quarto exemplo situado em nota de rodapé, em que a revelação da verdade não é tão simples e que nos permite ampliar as possibilidades de identificação da negação no âmbito também da enunciação.

O mesmo processo também está na base do conhecido processo de ‘invocar algo’, por exemplo, “que bom que não tenho tido enxaqueca há tanto tempo”. Trata-se do anúncio de uma próxima crise, cuja aproximação já é conhecida, mas na qual não se quer acreditar” (Freud, 1925/2007, p 152)

Nesse exemplo, compreendemos que algo que já se achava presente no inconsciente se revela na consciência, mas de modo distinto. Por algum motivo, a paciente se atenta para o fenômeno, no caso, enxaqueca, mas há uma indisposição em aceitá-lo, ocasionando uma avaliação equivocada. Trata-se de algo que já havia despertado a atenção de Freud (1893/1969) em uma de suas primeiras pacientes, Frau Cecilie M, e que está na base do pensamento supersticioso em relação ao gabar-se/vangloriar-se. Freud (1893/1969, p. 107) relata que quando essa paciente, em plena saúde, afirmava “faz muito tempo que não me assusto com bruxas à noite” ou “como estou satisfeita por *não* ter dores nos olhos há tanto tempo”, ele tinha certeza de que, em breve, uma crise com essas características surgiria. Observamos que, nesse caso, o ‘**não**’ presente no enunciado só comporta o sentido de uma negação lógica/gramatical. A elaboração da consciência é responsável por essa avaliação equivocada de algo que emerge do inconsciente.

A especificidade do quarto exemplo dado por Freud (1925/2007) está no fato de que a (de)negação (*Verneinen*) encontra-se presente no âmbito da retórica. Ressaltamos, contudo, que o fenômeno é etiquetado. Assim, uma desconhecida e desprazerosa verdade foi corretamente etiquetada, mas erroneamente avaliada. Consideramos, portanto, o pensamento de Ver Eeeck (2005) que afirma que a especificidade do enigmático fenômeno da (de)negação em relação as outras formas de negação é etiquetar e etiquetar corretamente o que foi recalcado, pois a não aceitação pode ser via diferentes recursos da linguagem.

Martins (2008) analisa o racismo na cultura brasileira tendo como parâmetro o conceito psicanalítico de (de)negação. Considera-se que a (de)negação é a reação de cortar, imediatamente, todo conteúdo que vem diante de um assunto constrangedor. Constatamos que Martins (2008) apresenta diferentes exemplos em que identificamos a (de)negação a partir de elementos do contexto e da interlocução. A hipérbole retórica presente no gabar-se/vangloriar-se é vista, em alguns casos, como uma formação reativa com propósito de negar algum significante.

No final de “*Die Verneinung*”, Freud (1925/2007), brevemente, discorre acerca do negativismo presente nas psicoses, o que também nos permite pensar a negação no âmbito da enunciação.

Quanto ao caso em que há uma disposição de negar sistematicamente, o negativismo de alguns psicóticos, provavelmente pode ser compreendido como um sinal de que houve – pela retirada dos componentes libidinais – uma defusão e separação das pulsões. (Freud, 1925/2007, p. 150 )

Freud (1925/2007) infere, então, que a ação de negar sistematicamente em alguns psicóticos indica, em função do desfalque dos componentes libidinais e da defusão pulsional, a prevalência da pulsão de morte. Martins e Freitas (1995/2007) explicam o negativismo ao qual Freud (1925/2007) se refere afirmando que a posição clássica do esquizofrênico é caracterizada pelo não investimento no mundo de objetos, o que aponta para uma posição de indiferença e insensibilidade. Como só existe realidade onde há investimento (*Besetzung*), temos, então, a impossibilidade de reconhecimento do objeto e, logo, impossibilidade do julgamento de existência. Essa posição é expressa principalmente na enunciação.

Portanto, consideramos que, da mesma forma que a negação no sentido de *Verneinen*, as conotações expressas pelos termos *Verleugnen* e *Verwerfen*, muitas vezes, não estão explicitadas no enunciado, mas podem ser reveladas por elementos da enunciação. No próximo tópico, a partir de vinhetas clínicas, mostraremos que o psiquismo em negação, nos diferentes registros *Verwerfen*, *Verleugnen*, *Verneinen*, revelam formas do Eu lidar com as exigências da organização do trabalho. Posteriormente, discutimos a importância da (de)negação (*Verneinung*) na adaptação do Eu à organização do trabalho.

### **3.3 - A negação sob a ótica clínica**

A seguir, apresentaremos vinhetas clínicas que expressam as vivências no trabalho de alguns servidores de um órgão público do poder judiciário com objetivo de elucidar o processamento psíquico em negação e sua importância para compreensão do Eu nesse contexto, principalmente considerando aspectos das organizações do trabalho

discutidos em nosso primeiro capítulo. Enquanto defesa psíquica, a negação tem uma função econômica, aliviando as tensões e permitindo a continuidade do devir do homem no trabalho, mesmo diante da deturpação do seu potencial sublimador e integrador das relações humanas. Nos três registros explicitados acima, revela diferentes posicionamentos do Eu frente às exigências civilizatórias.

Os dados foram colhidos em atendimento clínico realizado com esses servidores no setor psicossocial do órgão em que trabalham, o que é chamado de acompanhamento psicossocial. A análise das vivências foi feita a partir da escuta psicanalítica, mas considerando também informações que revelam a organização do trabalho, como aquelas passadas em entrevistas com gestor do servidor em foco ou pelo departamento de Recursos Humanos (RH).

Além disso, escolhemos a conjugação de dois modos diferentes para identificar a negação. O primeiro refere-se ao que denominamos da interação do Eu com a organização do trabalho, o que nos remete à enunciação. Consideramos que a organização do trabalho é expressa nos procedimentos, exigências e normas apontados por gestores, pelo RH e pelo próprio servidor em atendimento clínico. O segundo consiste em identificar a negação nos enunciados emitidos pelos servidores nos atendimentos a partir da análise dos elementos gramaticais, o que se tornou possível em função do registro, durante o próprio atendimento, de algumas falas.

## **Vinhetas Clínicas**

### ***Vinheta clínica I***

Acompanhamos uma situação peculiar que nos permite comparar a ação negar enquanto defesa psíquica nos seguintes registros, *Verwerfen* e *Verleugnen*. Trata-se da

relação entre um gestor, que chamaremos de Garcia, e um servidor subordinado a ele, Sousa. Essa primeira vinheta clínica tem uma particularidade, já que ora o servidor, ora o gestor são focos da análise, pois não houve continuidade ao atendimento do servidor e oferecemos uma escuta clínica ao gestor.

Garcia recebeu Sousa em seu setor como uma “oportunidade de ajudá-lo”, pois Sousa encontrava-se à disposição do departamento de Recursos Humanos (RH) na espera de uma lotação e respondia a processo administrativo em função de suas frequentes ausências ao trabalho, que muitos colegas diziam ser consequência de problemas psicológicos. Sua família relatava um quadro crescente de isolamento/retraimento social, pois Sousa quase não saía de casa e, quando em casa, permanecia o tempo todo fechado em seu quarto. Além disso, seus familiares também demonstravam preocupação com sua situação no trabalho. Garcia, então, na condição de seu gestor imediato fez diversas tentativas de ajudar Sousa, inclusive no sentido de vinculá-lo a tratamentos ou, pelo menos, ao acompanhamento psicossocial institucional.

Garcia fez inúmeros contatos com o psicossocial da instituição que revelavam sua preocupação com seu subordinado e angústia diante da sua “inacessibilidade”, pois, mesmo com muitas conversas, Sousa, frequentemente, se ausentava do trabalho sem nenhuma justificativa. Constatamos que as estratégias do gestor consistiam em ‘acordos’, nos quais ele concedia certos benefícios a Sousa (como, por exemplo, uma vaga garantida no regime de escala, que a maioria de seus servidores gostaria de ter) desde que ele cumprisse algumas determinações geralmente em relação ao cumprimento de horário e realização de acompanhamento psicossocial.

Contudo, Sousa não respondia. Continuava se ausentando do seu posto de trabalho com atrasos diários e faltas sem qualquer aviso prévio. Garcia relata que Sousa parecia compreender e aceitar o que ele lhe propunha, mas nada mudava em seu comportamento, apesar das penalidades como corte de ponto. Observamos que Garcia é orientado pelas políticas do RH a apontar todas as ausências de seus servidores e também a não conceder-lhes tratamento diferenciado. Nos telefonemas, percebemos a angústia de Garcia em função da sua impotência frente a Sousa, que, de acordo com ele, estava “*padecendo*” (o gestor afirma ter essa impressão em função da palidez do servidor e perda de peso contínua – *sic*). A isso se mesclava seu medo e de que seu subordinado perdesse o trabalho (demissão) em função de faltas apontadas por ele próprio, pois acreditava que ele não precisava de punição, mas de ajuda.

Oferecemos um espaço de escuta para o gestor, que aceitou sem qualquer hesitação. Nesse encontro, diferente das vezes em que conversamos por telefone, Garcia procura ser objetivo, nos detalhando seu último acordo com Sousa e parecendo, em vários momentos, se justificar por concessões feitas ao seu subordinado. A (de)negação (*Verneinung*) é explícita, ao final do atendimento, quando o gestor diz “*eu não tenho dificuldades de falar com ele*”. Nessa asserção, Garcia nega o quanto a situação de Sousa lhe mobiliza e coloca-se, de volta, no lugar que a instituição lhe concede, o de gestor. Dessa forma, fica possível renunciar a sua vontade de ajudar Sousa e conseguir suportar ser o responsável por lançar no sistema suas inúmeras ausências, pois isso gera processos administrativos que podem levar a demissão ou aposentadoria de Sousa.

Assim, a negação, enquanto defesa psíquica, aparece no discurso de Garcia tamponando seus impulsos e afetos e lhe permitindo dar continuidade ao seu trabalho de gestor da forma que a organização do trabalho lhe impõe. Entretanto, com Sousa é bem

diferente, pois a negação está presente em outro registro. Primeiramente, inferimos, a partir dos relatos de Garcia e familiares, uma possível retração libidinal. Entramos, então, em contato com Sousa para contextualizá-lo da demanda de seu gestor e possivelmente dar início ao seu acompanhamento psicossocial. Sousa demonstrou estranhamento e não reconheceu qualquer problema no trabalho. Diante do nosso questionamento que trazia os dados fornecidos pelo gestor, de forma vaga e imprecisa, o servidor diz que, em alguns momentos, precisou faltar, mas que ele repõe esses horários. Contudo, Garcia já nos havia informado que essas reposições não são acordadas e nem mesmo avisadas.

Esclarecemos que os poucos encontros que tivemos com o servidor (Sousa) foram oriundos de muitas tentativas de contato. Por telefone, Sousa era monossilábico, não questionava as marcações e nem percebíamos qualquer alteração de entonação na sua voz. Questionado, comprometia-se em comparecer, mas quase não comparecia e sempre éramos nós que retornávamos o contato. Quando dizíamos, ao telefone, que ele não estava vindo, Sousa dizia que “continuará vindo às seções” (negação das suas ausências). Mandávamos carta com aviso de recebimento para “lembrá-lo” dos agendamentos. Quando ele não vinha, perguntávamos se ele havia recebido e ele nos dizia que não, parecendo não ter noção do que estávamos falando. Insistíamos, pois tínhamos o aviso de recebimento, e ele demonstrava esforço para se lembrar, fazendo confusão com outras sessões. Assim, também sentíamos muita dificuldade em ‘acessar’ Sousa.

Nos atendimentos, a sensação era de solidão. Sousa respondia de forma breve àquilo que perguntávamos e sua fala era desafetada, transparecendo um tom de formalidade que não expressava naturalidade. Quando tentávamos alguma coisa mais

concreta, como conhecer sua rotina, Sousa não sabia nos contar. É como se ele não soubesse onde estava nas horas fora do trabalho (e nem nas horas de trabalho!). Frisamos que parecia ser da ordem de um desconhecimento e não de um não querer relatar, pois sua fala não trazia elementos da retórica que revelasse qualquer argumentação da sua parte.

Garcia reside com a sua mãe e com um sobrinho, que tem um diagnóstico de esquizofrenia. Atribui suas faltas ao estado de saúde da sua mãe. No seu relato, a mãe é enfocada como uma pessoa que está com a saúde muito debilitada, o que não coincide com a realidade que ela e outros familiares nos relatam. Descreve sua mãe como uma pessoa muito preocupada e que se envolve nos problemas de toda a família enquanto ele procura não se envolver. Revela incômodo com esse jeito da mãe e avalia que, por isso, ela está morrendo aos poucos.

Percebemos que seu discurso em relação à mãe estava carregado de projeções que o aprisionavam, o que se repetiu em uma situação conosco. Uma vez, em uma sessão quando o servidor estava de férias, perguntamos a ele se iria viajar e ele disse que não. Diante da sua resposta, falamos “bom, então podemos dar continuidade ao acompanhamento psicossocial”. No atendimento seguinte, Sousa, face a um questionamento em relação a suas férias, afirma que não viajará naquelas férias em função do acompanhamento psicossocial.

Observamos que, nos nossos encontros, em nenhum momento Sousa trouxe qualquer perspectiva de futuro, não se remetendo inclusive a sonhos e projetos. Explicamos a ele a importância do acompanhamento psiquiátrico e a possibilidade de ele ser exonerado ou aposentado caso continue se ausentando do trabalho. Sousa não

demonstra preocupação, pois afirma que estava cumprindo seu trabalho, as faltas foram episódios isolados que ele já estava resolvendo. Contudo, constantemente, seu gestor nos informava novas ausências. Constatamos a indiferença e insensibilidade de Sousa em relação a essa situação. A angústia ficava conosco e a sensação era de que não compartilhávamos da mesma realidade. Aliás, essa também era a vivência de seus familiares e gestor.

Conforme já dito, a negação pode ser identificada na enunciação. Sousa não comparece ao trabalho e nem ao acompanhamento psicossocial. Os acordos, de fato, não são cumpridos e suas ausências parecem não ser nem mesmo computadas, registradas por ele. Na realidade factual, temos a ausência física, enquanto no seu processamento psíquico algo fica fora simbólico. Para o servidor, não faz sentido a nossa preocupação com sua saúde e situação funcional. Ao término de um dos atendimentos, ele relatou que é difícil mostrar para todos que é responsável.

### ***Vinheta clínica II***

Samantha é uma jovem de 20 anos recém-empossada em um cargo público da Justiça, seu primeiro emprego. Com poucos meses na Casa, é encaminhada pelo departamento de Recursos Humanos para acompanhamento psicossocial em função do relato de seu gestor que se queixava de desempenho insatisfatório caracterizado por lentidão excessiva e muitos erros na execução de suas tarefas. Samantha estava lotada em um setor de atividade cartorária, sendo responsável pela montagem de processos e por auxiliar em outras tarefas como, por exemplo, no atendimento ao público.

Vem de uma família simples com poucos recursos. Descreve a mãe como uma pessoa “nervosa”, com muitos afazeres e muito exigente com ela em relação às tarefas

domésticas. Tem um irmão mais velho com o qual se preocupa bastante, pois ele abandonou os estudos, praticamente não sai de casa e não se relaciona com ninguém. Seu pai tem problemas com uso de álcool etílico e, pela sua descrição, há indícios de comorbidade com outros transtornos.

Ao longo da sua vida, sempre foi uma aluna de destaque, tendo conquistado bolsas em colégios particulares e, no momento, cursando a graduação em Biologia em universidade federal. Desde os primeiros contatos, percebemos Samantha muito retraída e desconfortável. Em alguns momentos, tentava ser receptiva a ajuda que estávamos oferecendo e, em outros, deixava transparecer agressividade. Aos poucos, vai dando indícios de que “gostaria” de ser muito diferente do que é. Avalia-se como uma pessoa muito tímida e com “fobia social”, inclusive relata que já havia procurado uma fonoaudióloga para ajudá-la a aumentar o seu tom de voz. Essa profissional, contudo, a encaminhou para um tratamento psicoterápico que Samantha não conseguiu iniciar.

Percebemos que, apesar de aparentar uma serenidade e tranqüilidade, Samantha é muito rígida e severa consigo mesma e encontra-se em um momento de muita ansiedade. Samantha quer trabalhar 30 horas semanais sem diminuir o seu número de créditos na universidade. Assim, insere o trabalho em uma rotina de aulas/estágio que já ocupavam suas manhãs e, às vezes, suas noites. Soma-se as suas dificuldades no trabalho, um baixo rendimento nas disciplinas, o que a afeta intensamente e parece, na sua vivência, acabar de vez com o sonho de ser pesquisadora.

Nos atendimentos, fomos tentando compreender do que se tratavam esses “erros” apontados por seu gestor. A atividade prescrita à Samantha (montagem de processos) é mecânica, extremamente simples, mas bastante volumosa. A insatisfação

de Samantha em relação a essa tarefa fica explícita quando afirma preferir atender ao público, atividade extremamente desgastante e que esbarra justamente em suas dificuldades pessoais, a montar processos. Fomos percebendo que causa raiva em Samantha as demandas de agilidade vindas do gestor. Tentamos compreender como ela lida com essa raiva que não pode ser expressa nem mesmo nos nossos encontros. Constatamos que, nos momentos de maior tensão, a ‘distração’, o ‘pensar em outras coisas’ era a via de controle encontrada por Samantha, só que, como ela mesma percebe, isso a fazia errar mais. Portanto, a atividade fantasmática, o devaneio desconectado da realidade imediata, permitia Samantha suportar o tédio e a raiva, mas, em contrapartida, prejudicava seu desempenho.

Observamos que, na vivência da servidora, seu trabalho se reduz a emprego, já que vem da necessidade de complementar a renda familiar e concretizar o sonho de casa própria. Samantha não tinha, nem mesmo antes de ingressar no Tribunal, planos ou expectativas de seguir carreira na Casa. Além disso, aos poucos, seus interesses afetivos vão aparecendo nos atendimentos e percebemos um intenso sofrimento de uma jovem que vive um amor não correspondido.

A negação, no sentido de *Verleugnung*, aparece em um ato que revela o seu desejo não só de sair do setor em que está lotada como também de ser uma pessoa diferente. Samantha se inscreve em uma seleção interna para disputar uma função no cerimonial da instituição. Nessa seleção estão explícitos alguns requisitos, entre eles destacamos “flexibilidade para trabalhar fora do horário do expediente” e “bom relacionamento interpessoal”, por esbarrarem justamente nas dificuldades da servidora.

Buscamos, então, entender esse seu movimento e Samantha nos diz, referindo-se ao informativo da seleção, “*li, mas não analisei direito os critérios*” e que, pensou que a flexibilidade de horário seria de acordo com suas necessidades. Observamos que a conjunção “mas” caracteriza a negação discordancial, pois pressupõe uma afirmação anterior, expressando, então, o conflito interno de Samantha. Inferimos que Samantha viu os pré-requisitos, mas os interpretou conforme seu desejo, recusando a necessidade de ser uma pessoa que tenha bom relacionamento interpessoal. Ou seja, Samantha viu, mas mesmo assim quis tentar. O ato de inscrição nesse processo seletivo revela, em cena, o seu interesse de sair do setor em que estava e o desejo de ser diferente, a insatisfação com si mesma e com o trabalho.

### ***Vinheta Clínica III***

Servidora da Casa há 12 anos, Fátima possui um cargo técnico dentro da especialidade na qual tem formação superior, conquistado, aliás, quando ela ainda estava finalizando sua graduação. Ao longo desses anos, a servidora passou por várias localizações e, nesse momento, procura espontaneamente o acompanhamento psicossocial em função de estar passando por dificuldades. Havia sido colocada à disposição e impedida de trabalhar no setor em que ela escolheu e gostaria de continuar trabalhando.

Fátima revela-se muito bem qualificada tecnicamente e comprometida com seu trabalho, mas com medo e sentindo-se “*desarticulada*”, em função de não conseguir pensar em outro setor de trabalho. Além disso, a servidora relata histórico de relações complicadas no serviço, o que os servidores da Secretaria de Recursos Humanos atribuíam à ‘*insubordinação*’. Quando nos procura, Fátima já fazia outros tratamentos,

inclusive psicoterapia, e relatava ter fibromialgia e depressão com alteração do ciclo circadiano.

Já nos primeiros atendimentos, percebemos que é difícil cuidar de Fátima, pois, a princípio, seu sofrimento não nos despertava empatia (sic). Sua fala tende a ser extremamente técnica. Ela nos descreve detalhadamente os sintomas que apresenta e aspectos relacionados às condições e à organização do trabalho, faz críticas, aparentemente bem pertinentes, a gestões a que foi submetida, expressando um movimento que atacava, na sua concepção, os possíveis responsáveis pelo que estava vivendo. Observamos que, apesar de fazer muitas críticas em relação à instituição, inicialmente, Fátima não nomeia a insatisfação no trabalho e nem estabelece uma correlação com seu quadro clínico de dores. Quando tentamos implicá-la ou mesmo nos aproximar dela nomeando e validando o seu sofrimento, revela agressividade.

Assim, nos dispusemos a ouvi-la acerca das especificidades do seu trabalho, estabelecendo um espaço de interlocução para compreender e pensar junto com ela seus questionamentos em relação à organização do trabalho. Ao longo do acompanhamento psicossocial, compreendemos que, na experiência de Fátima, o trabalho era vivido como uma provação assim como nossos encontros. Na medida em que, na relação transferencial, Fátima foi se sentindo aceita e reconhecida, Fátima vai saindo de uma posição projetiva, podendo dar sentido a sua história e nomear seus afetos.

Fomos compreendendo que os ditos comportamentos de insubordinação, muitos ancorados na necessidade de se diferenciar tecnicamente, estão ligados à atualização de uma vivência de ameaça edípica. Fátima é a primeira filha do segundo casamento de seu pai, sendo que, na sua concepção, é seu nascimento que legitima essa relação. A

servidora, na sua infância, dividia e disputava a relação afetuosa com seu pai com a única filha mulher e caçula do outro casamento, 17 anos mais velha que ela. A servidora relata que era obrigada a gostar dessa irmã que lhe dizia que ela tomou-lhe o seu lugar. Além disso, Fátima se lembra do pai chorando com saudades dessa filha que não morava mais com eles e, ainda, se recorda de que, algumas vezes, ele a chamava pelo nome dela. Observamos também que seu pai prezava muito os estudos e que, de todos os seus filhos, no total sete, só Fátima e essa irmã fizeram curso superior.

Referindo-se a essa relação com a irmã, a servidora afirma “*eu não podia ser eu porque se eu fosse eu, eu incomodava alguém*”. Constatamos que a servidora atualiza essa vivência no trabalho, principalmente, na relação com chefias mulheres. Indubitavelmente, aspectos da organização do trabalho contribuem para isso. Destacamos a vulnerabilidade da autonomia técnica vivenciada por servidores que ocupam cargos especializados, que, em função da sobrecarga e competitividade, enfraquecem a dimensão coletiva do trabalho. Observamos ainda que a excessiva padronização, via encontrada por alguns gestores para lidar com a sobrecarga, incomoda bastante a servidora. Ao longo do acompanhamento psicossocial, aos poucos, com recursos da negação, foi possível, para Fátima nomear seus medos e desejos, sem se desestabilizar.

<b>IMPESSOALIDADE E (DE)NEGAÇÃO</b>	
<b>Enunciado/Enunciação</b>	<b>Análise</b>
“a <b>equipe</b> está muito chateada”	terceira pessoa
“ <b>todos</b> pisando em ovos”	pronome indefinido generalizante
“as <b>equipes</b> têm corrido muito”	terceira pessoa
“ <b>todos</b> farão as mesmas tarefas”	pronome indefinido generalizante como sujeito

“a vigilância na nossa seção está muito grande, as dores aumentaram e a <b>seção</b> é quase toda comprometida” (risos)	ausência do dêitico (omissão do pronome possessivo) quando se refere às suas dores, terceira pessoa e afeto distante
“nos detalhes, percebo como a <b>seção</b> está desmotivada e a <b>equipe</b> é muito boa”.	terceira pessoa
Ao longo de uma sessão, percebemos a empatia dela por um colega. Isso é apontado e ela responde: “tem <b>várias pessoas</b> com quem me identifico. Eu gosto muito da <b>equipe</b> ”	o "eu" aparece como sujeito, mas o objeto do verbo transitivo direto precisa ser generalizado
“ela (gestora) que decide as coisas e <b>a gente</b> não pode tomar decisão nenhuma”-	pronome indefinido como sujeito da oração
“ <b>a gente</b> não tem autonomia nem mais para ir ao banheiro”	pronome indefinido como sujeito da oração
“ <b>a gente</b> fica com medo disso (unificar a metodologia), <b>dá</b> medo de engessar”	pronome indefinido como sujeito da oração
“lá tem que <b>pedir</b> permissão para tudo”	omissão do sujeito e da desinência verbal (o verbo aparece no infinitivo)
A servidora relata que haverá um grupo de trabalho para definir as diretrizes. Aponto seu desejo de participar desse grupo e Fátima responde " <i>não, não, não estou pensando mais nisso</i> ".	a (de)negação se mantém, só que agora veiculada pelo “ <b>não</b> ”. A desinência verbal revela o Eu como sujeito da oração.

O quadro “impessoalidade e (de)negação” contém frases proferidas por Fátima na ordem em que foram expressas ao longo de algumas sessões, em que a impessoalidade veicula a negação no sentido de *Verneinung*. Constatamos que a impessoalidade aparece como meio de expressar seu sentir e outros conteúdos que causam desconforto ou desprazer ao Eu. O falar de si em terceira pessoa por meio de termos como “equipe”, “todos e “seção” substitui a projeção e viabiliza nomear a insatisfação, o medo, a sobrecarga e a vulnerabilidade, abrindo possibilidades de pensar e elaborar essas experiências que ganham intensidade por estarem ancorados em vivências edípicas. Destacamos também que o pronome indefinido “a gente” aparece como sujeito dos sentimentos de desvalorização, impotência e medo no trabalho.

Benveniste (2005) diferencia os pronomes relativos da terceira pessoa (ele) dos pronomes referentes à primeira (eu) e segunda pessoas (tu). A “terceira pessoa” é justamente a “não pessoa”, a forma não pessoal da flexão verbal, podendo expressar uma infinitude de sujeitos ou nenhum. O uso da terceira pessoa aumenta a distância entre o locutor e o alocutor, podendo inclusive fazer desaparecer o “tu”. Martins (2003) afirma que o pronome “eu” indica o lócus da enunciação e carrega a experiência e memória do corpo no momento em que se fala.

Observamos, a partir da análise do quadro impessoalidade e (de)negação, que há uma correta etiquetagem das suas vivências, mas o Eu utiliza recursos linguísticos que lhe servem de anteparo, ficando, assim, protegido dos afetos oriundos de tal etiquetagem. Os recursos usados expressam a indiferenciação em relação a seus colegas face às imposições da organização do trabalho. Assim, o Eu esconde-se no coletivo para não entrar em contato com a emergência de conteúdos recalcados despertados pelas vivências no trabalho, ao mesmo tempo em que possibilita iniciar um processo de elaboração desses conteúdos.

Na medida em que caminhamos no acompanhamento psicossocial, o “Eu” vai podendo ser explicitado no discurso, rumo ao poder falar de seus medos e tristezas em primeira pessoa sem se desestabilizar. Exemplificamos esse processo com as asserções seguintes: *“fiquei com medo de não ser ouvida no grupo de trabalho”, “semana passada eu fiquei muito, muito, muito chateada no trabalho. eu não to só triste, mas também pesarosa”*. Evidentemente, a (de)negação, ora ou outra, continua aparecendo, mas via outros recursos linguísticos diferentes da exclusão do Eu e, em relação, a outros conteúdos. No capítulo, seguinte objetivamos mostrar a importância dessa negação em uma adaptação menos mortífera do Eu ao trabalho.

## CAPÍTULO IV: A (DE)NEGAÇÃO COMO SUCESSORA DE DESTRUIÇÃO

Trabalhar implica, em maior ou menor grau, na renúncia; seja para cumprir as exigências de pontualidade, produtividade ou mesmo para suportar as injustiças e as limitações frente ao sonho de realização profissional. A rigidez das organizações de trabalho juntamente com o prejuízo na qualidade das relações interpessoais exigem do psiquismo esforços para que se alcance uma adaptação, nem que seja no sentido da resignação, que permita o cumprimento de algumas exigências e, logo, a manutenção do vínculo empregatício. Dependendo de como ocorre essa adaptação, considerando a esfera pulsional, podemos ter um intenso sofrimento psíquico, ou mesmo, um adoecimento, mas também o absenteísmo e/ou ao desempenho insatisfatório.

As noções apresentadas em “*Die Verneinung*” (1925/2007) são essenciais para pensarmos a adaptação do homem ao trabalho, pois consideramos que a negação permite a continuidade do devir do homem na civilização, porém, nem sempre no sentido da vida. Discutiremos, então, acerca da importância da (de)negação em uma adaptação menos mortífera do Eu no trabalho.

Nesse artigo, Freud (1925/2007) não só traz o conceito de (de)negação, mas trata das relações entre a negação, de forma geral, e o jogo pulsional. A (de)negação é considerada **sucessora** da destruição e o autor faz menção a uma relação entre o negativismo presente nas psicoses e a defusão pulsional. Isso nos permite inferências acerca do potencial sublimatório da linguagem em sua teoria, embora saibamos que, nessa época, ainda não tinham sido desenvolvidas as teorias do símbolo.

Freud (1923/1969b), estabelecendo uma analogia com a Biologia, usa a noção de construção-dissolução para pensarmos a pulsão de vida e morte. Rudge (1998) afirma

que a construção, do ponto de vista psicanalítico, só pode ser pensada a partir da linguagem e a desconstrução, fruto da atividade pulsional, como uma falência das integrações ancoradas na linguagem.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920) descreve o episódio que nos auxilia a pensar as relações entre as exigências da civilização e a linguagem. Trata-se de uma criança de um ano e meio que representa em uma brincadeira com seu carretel a experiência desagradável do afastamento da sua mãe. Essa brincadeira é acompanhada da verbalização de fonemas que indicam o afastamento e a aproximação da figura materna. Freud compreende que a renúncia pulsional torna-se mais tranquila na medida em que a simbolização permite uma apropriação ativa do sofrimento.

A noção de pulsão de vida denota a pulsão ligada e sua condição é a linguagem, que permite, portanto, a instauração do princípio do prazer. A linguagem dá forma e organiza a atividade pulsional e, para além disso, está na base da junção dos homens em famílias, comunidades, povos. O potencial da linguagem está muito além da formatação e organização da atividade perceptiva. A linguagem é uma forma de ação, portanto, constituinte da realidade, e não meramente representação (Austin, 1990).

A noção de pulsão de morte parte de observações de Freud da tendência presente em maior ou menor grau nos pacientes de repetirem certas experiências mesmo que essa repetição cause desprazer ao Eu. Observamos que a compulsão à repetição tem sua origem no recalco inconsciente que, na impossibilidade de ser manifestado pela palavra, aparece em atos, propiciando a descarga via processo primário, mas em direção à desorganização mental, destruição do Eu e até mesmo do organismo (rumo ao inanimado).

Conforme já visto, Hyppolite (1966/1998) nos alerta para o potencial sublimador do conteúdo intelectual na medida em que possibilita uma suspensão do conteúdo afetivo. Martins & Freitas (1995), em relação a (de)negação, afirmam que, o julgamento negativo representa o compromisso entre princípio da realidade e princípio do prazer, pois a conexão entre um substantivo e um adjetivo expressa o conteúdo recalcado enquanto que o não reflete o processo secundário.

Destacamos, então, a importância da (de)negação, na qualidade de sucessora da destruição, em uma adaptação menos mortífera às exigências da civilização. No caso seguinte, objetivamos explicitar a (de)negação favorecendo o intrincamento pulsional na condição de sucessora da destruição. Pensamos que o devir do homem no trabalho, expresso nas vivências do Eu em interação com a organização do trabalho dentro de um determinado período de tempo, nos traz indícios para analisar a defesa a favor da vida ou da desconstrução mortífera. A análise do devir será feita tendo como instrumento o pensamento *páthico*. Observamos ainda que o método usado para coleta de dados e análise foi o mesmo realizado nas vinhetas clínicas.

#### **4.1 – Apresentação do caso clínico**

Afonso, 46 anos, servidor da Casa há 25 anos, foi encaminhado para o acompanhamento psicossocial por sua gestora em função da “**irregularidade de sua frequência decorrente de questões pessoais, não condizentes com seu perfil profissional**”. Foi dito, informalmente, que o servidor estava fazendo uso abusivo de álcool etílico. Estivemos com Afonso por 11 meses e compreendemos seu devir em “*decadência*” na vida e no trabalho.

Logo na primeira sessão do acompanhamento psicossocial, o servidor revela que associa muito do que lhe está acontecendo a uma “*briga*” que teve com seu substituto. Afonso relata que se sentiu “*atropelado*” porque ele marcou suas férias antes do servidor e para o mesmo período que ele desejava gozar. Depois de quase chegarem à agressão física, a situação, mediada por sua gestora, se resolveu. Afonso gozou as férias no tal período e o substituto remarcou.

O servidor possui cargo técnico especializado. Ao longo dos seus anos no serviço, sempre manteve a mesma lotação e era supervisor de um setor que ele participou da criação e que, no atual momento, estava ameaçado de extinção em função de inovações tecnológicas. Constatamos também que essa supervisão não consistia de fato em uma atividade de gestão de pessoas, mas em uma gratificação pelo domínio de uma tecnologia específica.

Afonso demonstrava-se orgulhoso do conhecimento que possuía, insistindo em nos explicar os benefícios propiciados pela ferramenta tecnológica que dominava. Aos poucos, compreendemos que era esse conhecimento e trabalho que lhe dava o estatuto de profissional, pois para o servidor ser funcionário público não era profissão. Observamos que Afonso tinha o sonho de fazer cinema e o seu trabalho técnico comportava em um determinado aspecto uma similaridade com essa profissão.

Encontramos, entretanto, Afonso em um momento em que essa tecnologia tornou-se ultrapassada e estava sendo substituída por um serviço terceirizado. Além disso, o servidor faz muitas críticas à gestão ao qual está subordinado e aos seus colegas, revelando que não se identifica com as pessoas com quem trabalhava e a vivência de solidão. Além disso, Afonso não sentia mais que os colegas confiavam no

seu trabalho, já que ninguém lhe procurava e sua gestora tinha passado o trabalho diretamente para seu substituto. Sentia-se à margem, traído e boicotado. As asserções a seguir expressam esse sentir: *“me deixaram de lado... a culpa é minha...mas ainda assim...”*, *“eu sou um supervisor sem moral”*, *“eu estou fraco e só. Tá difícil de puxar de volta para mim”*.

Embora não explicitasse nenhuma oposição ao acompanhamento psicossocial, Afonso revelava muita resistência, o que, aos poucos, fomos compreendendo como algo ancorado no seu *pathos*. O servidor não demonstra fragilidade, mas uma tendência para o embate (*“vamos lá Fernanda, é sua vez do bombardeio”*). Percebemos que ficávamos no lugar de mais uma instância para inquiri-lo, julgá-lo e era difícil transpor isso para um espaço de ajuda. A impetuosidade e a dificuldade de entrar em contato com seus afetos funcionam como obstáculos para a realização de um trabalho terapêutico. Além disso, de fato, ocupávamos lugares institucionais, o que faz do acompanhamento psicossocial também um espaço de responsabilização.

Nos nossos diálogos, evidenciava-se o processamento do Eu numa série de defesas, negações e passagens ao ato, no sentido da destrutividade. Simultaneamente, acompanhávamos seu devir em ‘decadência’ (*“Por que a decadência?”*), não só no trabalho, mas na vida como um todo, rumo à autodestruição. Embora tivéssemos indícios de que, na sua história, o uso de álcool etílico tinha um peso significativo, não parecia ser o protagonista nesse momento. No momento em que encontramos Afonso, a peculiaridade em relação ao uso de álcool estava no *“descontrole”*.

Acompanhamos, portanto, Afonso em momentos de muita desorganização, em que ele percebe seu movimento decadente, mas não consegue frear. O servidor conta

que se prepara para “*resolver*”, mas não faz nada e se sente “*envergando*” e por isso tem ódio de si mesmo. Afirma que “*o que o consome é não resolver os problemas*”.

Afonso nos relata que nunca aconteceu de sua vida ‘*desorganizar*’ tanto e cita a separação conjugal, os processos judiciais aos quais está respondendo e o descontrole com a bebida. No trabalho, quando iniciamos o acompanhamento psicossocial, Afonso contava com 58 dias de faltas não consecutivas ao trabalho. Ele completou as 60 faltas, foi submetido a um processo administrativo disciplinar e perdeu a função de supervisor que tinha há 20 anos.

Observamos que, mesmo relatando uma série de comportamentos que poderiam culminar no que estava vivendo, Afonso tendia a pensar sempre que existia algo a mais, geralmente relacionado a questões espirituais (“*macumba*”), “*mitos*” ou “*amarras*” familiares, ou ainda a alguma desordem orgânica (no cérebro). Há, portanto, um estranhamento em relação a tudo que estava lhe acontecendo, como se esse destino não tivesse qualquer relação com seus próprios atos.

### ***História de vida***

Logo no início dos atendimentos, Afonso fez questão de nos relatar a história de sua avó materna, considerada, por ele, heroína. Ele diz que ela foi uma mulher muito bonita, descendente de holandês, com uma forte capacidade de liderança e de coragem inimaginável. Viveu no interior do nordeste com seu avô, que era coronel. Contudo vivia tão pressionada que, aos 30 anos, ateou fogo no próprio corpo em função do ciúme do marido.

Afonso demonstrava muito orgulho dessa história, pois entendia que foi a forma que sua avó encontrou para ter liberdade, expressando também sua imensa coragem.

Além disso, a força dessa avó é revelada pelo seu destino. Apesar de ter cerca de 90% do corpo queimado, viveu com saúde até os 97 anos, quando faleceu em função de um ponto da queimadura que não cicatrizava, não fechava. Afonso também nos relatou, com orgulho, sobre o avô paterno, descendente de índio, que morreu com 100 anos de uma picada de um besouro.

O servidor é o quarto filho mais novo de uma prole de nove, sendo três homens e seis mulheres. Afonso se considerava “*sobrevivente*” na medida em que se compara com seus amigos de infância. Viveu em um contexto marginal, sem recursos financeiros, “*sem pai*” e com uma “*mãe mão de ferro, irada*”. Sua mãe, cearense e católica, casou-se com 15 anos. O pai, alcoólatra, abandonou a família quando o servidor tinha quatorze anos. Foi para o Piauí, fez outra família e retornou recentemente, depois de mais de 30 anos. Observamos que, em vários momentos do acompanhamento, Afonso menciona que o pai o deixou no momento em que mais precisava dele. “*O cara foi embora e parou no momento em que eu tava achando bom*”, “*na hora que tava adolescente o cara caiu fora. Cadê o pai? Cadê o parceiro? Cadê o companheiro?*”.

Observamos que quando seu pai retornou para Brasília, “*para morrer aqui*”, acompanhamos Afonso se desorganizar, voltar a beber e a faltar ao trabalho, depois de um período de estabilidade em que estava retomando “*as rédeas*” de seu trabalho. Com mais essas faltas, Afonso é destituído do cargo de chefia, que possuía há 20 anos.

Afonso relata que sua mãe, apesar de ter sofrido muito por ser apaixonada pelo seu pai, foi “*mão de ferro*” e “*pai e mãe*”, no sentido da manutenção financeira e da ordem em casa. Era costureira e foi com muito trabalho que conseguiu propiciar estudo para todos os filhos. Afonso a qualifica como “*heroína*” por não ter tido outro homem.

Contudo, essa mesma condição levou todos os filhos a apanharem muito e por tudo (saía para jogar bola e quando chegava se deparava com o “*cinturão*”), conseqüência da interrupção da sua vida sexual ainda muito jovem (40 anos). Relata que sua mãe ficou “*de luto para sempre*” e ficou “*irada*”. Assim, Afonso imaginava que apanhava porque *o pai* foi embora e, de diversas formas, nos atendimentos, expressava seu desejo de ter tido um pai presente e culpa por não ter impedido o seu abandono.

O servidor nos conta que se pudesse voltar no tempo, voltaria ao ano da sua gestação para nascer mais sadio (“*Pai doente... muitos filhos*”) Depois diz que voltaria a 1980 e não deixaria o pai ir embora. Sem se dar conta, nos falava sobre os malefícios de se crescer sem pai. Mesmo com os esforços da sua mãe, “*passava fome, tinha que aprender tudo na rua*”, “*é infinito os benefícios que gera a presença de um pai*”. Contudo, lembra que era um pai “*gerador*” de medo. Descreve algumas cenas de agressão, nas quais ele ou um de seus irmãos eram as vítimas. Nomeia sua covardia por ter abandonado a família, concluindo que ficou um pai sem caráter.

Observamos que foi somente quando seu pai retornou para Brasília que Afonso nos conta pela primeira vez das “*ferramentas*” e da “*profissão*” do pai, que era um “*artesão de primeira, mascate, ourives*”. Afonso assume que, quando adolescente, o observava, “*era interessante... eu até queria aprender a arte*”, mas foi “*tolido*”. O pai saía para vender, “*ficava dias sumido e voltava duro e bêbado*”. Afonso afirma, então, que “*o cara foi embora e parou no momento em que eu estava achando bom*”. Aprendeu, então, outra ‘arte’, o manuseio de uma tecnologia.

## 4.2- Análise

### a- vivência *páthica* de poder e dever

Nos atendimentos, Afonso revela sua atração por uma vida no limbo, “*na corda bamba*”. No quadro “*pathos*”, encontramos enunciados cujo conteúdo expressa essa forma como o servidor se apresenta, e seu gosto de viver assim.

<i>PATHOS</i>		
Enunciado	Potência	Impotência
"Pensar mais do que agir gera margem de segurança"		x
"preciso de freio no cérebro, senão morro"		x
"é um defeito no cerebelo?" - retoma sua história de vida (passava fome, tinha que aprender tudo na rua e a mãe batia muito)		x
"eu sempre arrumava uma saída para evitar"	x	
"super-homem" - identificação com a avó	x	
"o quadro de ansiedade é antigo", "a culpa é do cara (pai)"		x
"era para ter sido bandidão"	x	
sobrevivente entre os amigos	x	
"eu sempre vivo no limite... Do cheque ouro, até na matemática... Tendendo ao zero ou ao infinito"	x	
"no zero você pode recomeçar ou pode ser o fim"	x	x
"a linha tênue me fascina"	x	
"sempre tive que jogar com a última cartada" " sempre vivi no limite"	x	
"foi tudo difícil, o limite viciou, mas agora preciso fazer de um outro jeito"		x
"perdi tudo, um pouco da dignidade também"		x
"é preciso colocar os vagões no trilho, maria fumaça ou trem bala"		x

O conteúdo expresso por Afonso para se apresentar revela principalmente as categorias *páthicas* expressas pelos verbos *Durfen* (ousar) e *Konnen* (capacidade natural). O servidor relata que sempre viveu no limite, seja do cheque especial ou do próprio corpo. Temos, então, um “*super homem*”, que sobrevive a um acidente fatal e que se envolve em brigas na rua, de fato, muito perigosas. Contudo, ao longo do

acompanhamento, encontramos alguém afundado em dívidas e “*envergando*” diante de tarefas cotidianas, inclusive as do trabalho. Questionamo-nos, então, primeiramente, acerca da vivência do poder.

Afonso se estranha e se percebe “*fora do eixo*”. O servidor afirma que “*tem muita coisa acontecendo ao mesmo tempo*” e que “*é uma fase de deslocamento mental... algo saiu do eixo*”. Explica que quando está no eixo é “*frio, calculista e inescrupuloso, sem sentimento*” e quando está fora é “*impulsivo*”. Compreendemos uma impossibilidade de suportar os afetos, pois ou não pode sentir (se afetar) ou precisa imediatamente reagir, o que aponta para o processo primário na teoria freudiana.

São poucos os momentos em que Afonso reconhece a fragilidade em que se encontra. Afirma que sua mente está fraca e que a impetuosidade pode lhe matar. Logo, precisa se afastar mais do “*precipício*”. O zero é visto como uma possibilidade real de fim. O quadro “*pathos*” apresenta alguns enunciados que denotam esse conteúdo.

Inferimos que as metáforas utilizadas pelo servidor para se autodenominar (quadro “*pathos*”), juntamente com o envolvimento em brigas, acidentes apontam para uma exacerbação da vivência de poder expressa pelos verbos *Durfen* e do *Konnen*. Contudo, o encontramos ‘desempoderado’, “*envergado*”. Como o próprio Afonso explica, viver no limite significa “*tendendo ao zero ou ao infinito. No zero você pode recomeçar ou pode ser o fim*”. Ele não conseguia recomeçar e sentia-se “*envergando*”.

Em alguns momentos do acompanhamento psicossocial, temos indícios da identificação do servidor com sua avó materna. Em relação aos processos de identificação, Mannoni (1994) afirma que mais importante do que buscarmos compreender as suas causa, interessa-nos o *como*. Propomos, então, apreendê-la

enquanto identificação com a posição do outro (objeto) em um suposto jogo interpessoal a partir de indicadores revelados pelas categorias *páthicas*.

O ato dessa avó de silenciar o ciúme descontrolado do marido ateando fogo em 99% do seu corpo e sobreviver indica uma elevação do *Durfen* e do *Konnen*. Assim, a agressão ao corpo próprio é usada na defesa dos próprios ideais e liberdade. O corpo transforma-se em um “*corpo armadura*”.

Afonso se orgulha de ter essa descendência, relata que também sobreviveu a um acidente de carro fatal e afirma que precisou colocar fios de aço em seu rosto, o que, no seu relato, o faz “*homem de ferro*” e o aproxima, no sentido da elevação do *Konnen*, do corpo, da avó. Além disso, ao longo do acompanhamento, em alguns momentos, a elevação do *Durfen* fica explícita principalmente quando o servidor reage aos limites impostos pela organização do trabalho.

Observamos, entretanto, que Afonso se acidenta, quando estava dirigindo uma moto a 160 km/h depois de ter ingerido bebida alcoólica. Além disso, o servidor demonstra preocupação com possíveis e desconhecidas seqüelas desse acidente ou de ter alguma desordem cerebral, o que aponta para uma fragilidade, caracterizando a diferenciação dessa avó. Por último, citamos a qualificação do pai como doente e o desejo de ter nascido mais sadio, contribuindo para o rebaixamento da vivência de poder no sentido de capacidade natural (*Konnen*).

O pai, mais do que isso, representa para Afonso a destrutividade (“*o cara destrói tudo por onde passa*”), e a frieza (“*o cara não sente nada*”). Na sua infância, foi um pai “*gerador de medo*”, “*alcoólatra*” e “*ausente*”. Quando se foi, tornou-se covarde. A covardia aponta justamente para o rebaixamento da vivência do poder, agora, no sentido

de ousar (*Durfen*). Observamos que encontramos Afonso em um momento em que sua vivência se aproxima daquilo que ele atribui a esse pai. Analisamos, então, as possíveis vias de identificação de Afonso com seu pai.

Conforme já mencionado, constatamos a necessidade do servidor de ser uma pessoa *fria* e transparecer isso. Muitas vezes, fica explícito que o servidor evita nomear, falar e pensar conteúdos ameaçadores, mesmo quando estão identificados na sua consciência, o que aponta para uma falha no processo secundário. A palavra não funciona como uma primeira negação. Além disso, a tendência ao embate apresentada pelo servidor em muitos atendimentos, principalmente no início do acompanhamento, indica a passagem ao ato (*acting*), em que Afonso coloca em cena sensações e sentimentos, ainda indizíveis, articulados a conflitos primitivos. Contudo, há momentos em que o servidor, com recursos da resistência e da (de)negação, consegue colocar em palavras aquilo que lhe afeta. Abaixo seguem dois trechos que exemplificam isso. Ambos os trechos referem-se à relação com seu pai.

Quando o servidor menciona o pai “*gerador*”, buscamos compreender os sentidos dessa metáfora. Primeiramente, o servidor reage dizendo que o termo foi usado no sentido de que o pai o gerou. Porém, continua e quebra a palavra dizendo que “*gerador*” e que aquilo que o pai gerava era medo mesmo. Menciona, em seguida, a dor de suas irmãs e faz a seguinte fala “*mas, eu não sinto nada disso*”, que comporta uma tripla negação gramatical, sendo que os dois primeiros vocábulos destacados veiculam a (de)negação dos seus afetos em relação ao pai.

Em outro momento, Afonso, de forma implícita, discorre sobre a falta que seu pai lhe fez, pois, além de apanhar muito, teve que aprender tudo na rua. O servidor

afirma: “*é infinito os benefícios que gera a presença de um pai*”. Apontamos, então, que ele deve ter sentido muita falta do pai. Porém, o servidor reage dizendo “*não senti, era adolescente*”, revelando também a (de)negação.

Constatamos que, para o servidor, é possível apenas depreciar esse pai e não falar do que ele lhe causou afetivamente. O incômodo do servidor com essa relação, também aparece na sua fala, na medida em que o parentesco entre eles fica velado.

NEGAÇÃO DA RELAÇÃO DE PARENTESCO
Enunciados
“se fosse hoje não deixaria o pai ir embora”
“gostaria que o <b>menino</b> de 14 anos tivesse mantido o <b>cara</b> ”
“Esse <b>cara</b> saiu daqui quando tinha 14 anos e só voltou quando tinha 43”.
“o <b>cara</b> foi esquecido”
“é o <b>cara</b> , é uma responsabilidade a mais, não posso deixá-lo morrer a míngua”
“ <b>cara</b> que não sente nada”
“ <b>cara</b> que destrói tudo por onde passa”

No quadro “negação da relação de parentesco” encontramos enunciados de Afonso em que ele corta qualquer vinculação com seu pai, pois se refere a ele ora de forma completamente indefinida (“*o cara*”) e ora como um pai qualquer (e não como seu pai) em função da omissão dos pronomes possessivos. Observamos que os pronomes indefinidos são dêiticos que funcionam como mediadores entre a situação comunicacional e o referente extralingüístico. Assim, não só são indicadores da subjetividade na enunciação como são essenciais para a compreensão da expressão

enunciada (Orecchioni, 1986). Nesse caso, sabemos, pelo contexto, que o servidor está falando de seu pai.

Observamos que, na relação transferencial, a negação da sua dor, seus medos e suas fragilidades também aparece. O acompanhamento psicossocial é feito em dupla e percebemos que Afonso demonstrava uma afinidade maior por minha colega (M). Tal afinidade é expressa por alguns fatores, destacamos a semelhança física percebida por ele entre ela e sua avó e, explicitamente, quando Afonso afirma que se sente mais compreendido por ela em função da proximidade de suas idades.

É interessante que, nessa fase, quando discutíamos o caso, geralmente, essa colega sempre ressaltava a riqueza daquilo que Afonso nos trazia e sua capacidade de trabalho psíquico, revelando seu encanto por esse caso. Entretanto, não tínhamos a mesma empatia. Embora, em nossas conversas, tentássemos compreender os possíveis sentidos dessa diferenciação que o servidor fazia entre nós, sentia meu trabalho desqualificado, o que possivelmente, freava o meu envolvimento com o caso. Foi só a partir dos atendimentos em que Afonso tem algum reconhecimento da sua fragilidade, que conseguimos compreender essa transferência.

Certa vez o servidor se confunde e aparece um dia antes do atendimento agendado. Conversamos um pouco. Ele demonstrava aceleração, diz que está “*sobrevivendo sem um arranhão*”, mas também fala de um corpo que não descansa e de uma mente que está para *fundir*. Nesta sessão, ele consegue nomear o seu incômodo comigo e compreendemos que Afonso projeta, em mim, aquilo que não pode sentir.

Ele afirma que eu lhe observo demais, que outras pessoas já o olharam assim e que é “*um olhar de pena*”. No dia seguinte, Afonso reconhece que sua “*mente está*

*fraca*”, e que precisa se afastar mais do “*precipício*”. O servidor fala sobre o seu fascínio pela “*linha tênue*” e por andar “*na corda bamba*”. Afirma, então, que eu pairo sobre ele na linha de segurança, como um anjo, enquanto M. está no chão, com uma corda, o segurando. Mais adiante, ele diz que M. é mais *exata* e que *eu me envolvo mais*. Percebemos, portanto, a identificação do servidor com M., seja pelo seu porte físico, idade ou por essa exatidão que Afonso atribui a ela. Comigo, diferentemente, o que é projetado é justamente aquilo que o servidor nega em si mesmo, seus afetos .

Pensamos que Afonso, negando seus afetos, seja via (de)negação ou atuações (*acting*), se aproxima mais do pai, tanto no sentido do “*cara que não sente nada*” quanto do “*cara que destrói tudo por onde passa*”. Além disso, impede que se possa dar um destino outro àquilo que lhe afeta, como a elaboração. Em relação à proposta de reflexão inerente ao acompanhamento psicossocial, Afonso afirma “*não penso em mudanças. Já estou atuando e não elaborando o roteiro*”, expressando agilidade, infelizmente, na direção da tragédia.

Com o retorno do pai para Brasília, temos o fracasso dessa negação. Encontramos Afonso tomado de angústia. “*Não é que eu deva lembrar de tudo. O fato é concreto, o cara tá lá. Só quando ele for que delete*”. Consequentemente, Afonso que estava retomando as rédeas de seu trabalho, volta a beber, ausentando-se no acompanhamento psicossocial e no trabalho, perdendo a função comissionada.

Contudo, nos chama a atenção o fato do servidor, muito angustiado e desorganizado, tomar para si, mesmo que a contra gosto, a obrigação de abrigar e cuidar do pai, agora com a idade avançada e a saúde debilitada (“*Eu to só nesse fardo, ninguém quer saber*”). O servidor afirma que “*é o cara, é uma responsabilidade a*

*mais, não posso deixá-lo morrer à míngua*”, expressando, assim, a experiência do dever. Pensamos que a análise do *Sollen* e do *Mussen*, enquanto categorias páticas, requer muita cautela. Da mesma forma que, na análise do poder, não nos deixamos levar apenas pelo conteúdo do enunciado, a vivência do dever não é revelada simplesmente pela análise dos fatos, senão, qualquer ato transgressivo ou um mero descompromisso revelaria um rebaixamento.

No caso de Afonso, não percebemos que essa vivência tenha funcionado como um freio, embora a responsabilização pelo pai aponte para elevação do *Sollen*. Ao longo do acompanhamento, essa responsabilização aparece também em outro momento, associada agora ao arrependimento por algo que não se fez, quando o servidor fala sobre o abandono do pai. Constatamos, no quadro “negação da relação de parentesco”, a vontade de Afonso de ter agido diferente e ter impedido isso.

Pensamos que essa vontade de ter mantido o pai em casa, juntamente com a culpa por não ter feito, revelam a cobrança moral sustentada na elevação do *Sollen*, mas também na elevação do *Durfen*. Afonso não só acredita que deveria ter impedido o pai, mas também que conseguiria (poder), mesmo sendo apenas um menino de 14 anos. Consequentemente, lhe resta a qualificação de covarde por não ter feito, identificando-se com o pai.

Por último, nos questionamos acerca da experiência do *Mussen*. Conforme já dito, Afonso foi encaminhado ao serviço de atendimento psicossocial em função de suas ausências ao trabalho e o acompanhamos em momentos em que ele não conseguia cumprir suas obrigações diárias, não só no trabalho, mas na vida (pagar contas, comprar comida, carro). Contudo, o que o incomodava não era esse descumprimento, mas o se

sentir impotente e, às vezes, conseqüentemente, sem moral (“*supervisor sem moral*”). Por outro lado, também estivemos com o servidor em momentos de elevação da experiência de poder e, da mesma forma, marcados pelo descompromisso com essas obrigações. Inferimos, portanto, que a experiência do *Mussen* não é tão significativa para o servidor, o que nos faz pensar no seu rebaixamento.

Em resumo, pensamos que o servidor vivência uma variação que vai bruscamente da impotência até a extrema potência, o que, associado à elevação do *Sollen*, traz muito sofrimento. A potência está ancorada na negação do sentir, e é representada pela postura desafiadora, pelo gosto por uma vida no limite. Na impotência, o servidor não se reconhece, entra em contato com a semelhança com seu pai, sente-se envergando e afere à macumba ou aos *mitos* familiares. A elevação do *Sollen* faz com que a vivência da impotência seja estranhada e muito sofrida. Além disso, diante de obrigações morais não cumpridas as tarefas diárias ficam sem valor.

#### **b – trabalho e alcoolização sob a perspectiva *pathica***

Afonso foi encaminhado ao psicossocial em função “da irregularidade da sua frequência não condizente com seu perfil profissional”. Seus familiares relataram, em contato com a instituição, que o servidor estava fazendo uso abusivo de álcool etílico.

Inicialmente, quando questionamos Afonso acerca desse uso, sua tendência era negar qualquer abuso ou dependência em relação ao álcool. Ao longo do acompanhamento psicossocial, em alguns momentos o servidor se permitiu pensar acerca disso. Pelo seu relato percebemos que a bebida constantemente esteve presente nas suas relações interpessoais e em diversas situações em que o servidor coloca sua vida em risco, como acidente de carro, moto e brigas. Afonso assume que o uso do

álcool o encoraja, o que denota a elevação da vivência do poder. Contudo, aos poucos, constatamos que, além desse efeito, a ingestão de álcool etílico funcionava também como anestésico, quando Afonso sente-se frágil e impotente.

Observamos que por mais que a ingestão de bebida alcoólica fizesse parte da vida do servidor, até o momento, não havia impactado no trabalho ou, conforme seu relato, não havia um “*descontrole*”. Pensamos que, por muito tempo, o destino de Afonso no trabalho o diferenciou e o distanciou de seu pai, que, apesar de ser “*um artesão de primeira*”, “*saía para vender, ficava dias sumido e voltava duro e bêbado*”. Há vinte anos, o servidor representava legitimamente a supervisão do setor em que trabalhava e, conforme afirma sua gestora, as ausências não eram condizentes com seu perfil profissional em vinte e cinco anos de serviço.

Para compreender a esfera do trabalho em sua vida, destacamos alguns pontos. Primeiramente, em função da sua história, Afonso se considera “*sobrevivente*”. Além disso, sonhava em ser cineasta, mas tornou-se servidor público, inclusive com função comissionada. A ideia de “*sobrevivente*” é explicada pelo servidor a partir do fato de ter crescido “*sem pai e com uma mãe irada*” em um contexto “*marginal*” e sem recursos. O sonho de ser cineasta, por sua vez, aponta para a vivência da potência enquanto o serviço público para a impotência. Conforme veremos, é a especificidade do seu trabalho, do ponto de vista técnico, que lhe dá o estatuto de profissional e lhe proporciona a vivência, ainda que não tão elevada, da potência.

Afonso faz muitas críticas ao serviço público. De fato, o servidor destoa muito dos costumes do trabalho nessa esfera. Estabilidade, burocracia e subordinação se contrapõem ao gosto por viver no limite. Entretanto, a insatisfação de Afonso com o

serviço público vai além disso. O servidor se queixa da falta de profissionalismo, afirmando que *“ser funcionário público não é profissão”*.

Em oposição ao profissionalismo, Afonso menciona o funcionamento familiar no serviço público. O servidor crítica o fato do poder ser distribuído conforme relações políticas e de confiança, e o estilo de gestão *“maternalista”* e centralizador. Além disso, revela seu incômodo com a *“indiferenciação”* entre os servidores de nível médio e com a falta de *“reciclagem”*, constatando a necessidade de cursos para que *“as pessoas não envelhecessem naquela rotina”*. Sente-se *“engessado e ameaçado de extinção”*.

A idéia de gesso refere-se à *“mesmice”*, a centralização por parte de sua gestora e a poucas possibilidades de progredir que caracterizam o setor público. A ameaça de extinção, por sua vez, revela a importância da especificidade técnica do seu trabalho, pois é essa tecnologia que lhe afere profissionalismo. Constatamos, então, a valorização do seu trabalho, mas também o menosprezo. A caracterização positiva refere-se à tecnologia com a qual trabalha enquanto a negativa refere-se a ser servidor público.

Além disso, conforme já dito, a função comissionada que recebe, embora denominada de supervisão, está atrelada ao seu conhecimento técnico. Assim, na medida em que esse conhecimento vai perdendo seu valor, só lhe resta a qualificação de um *“supervisor sem moral”*, *“a margem”*, ocupando, na sua concepção, um lugar que ninguém quer. Observamos a busca pelo profissionalismo quando Afonso, depois de ter um resultado positivo na execução de um projeto, faz as seguintes afirmações: *“tem que ter uma função para gente... psicólogo, negociador... o relações pública”*, *“tem que ter alguma coisa parecida para ficar profissional”*.

Portanto, é o domínio de uma tecnologia específica que qualifica positivamente o seu trabalho enquanto uma profissão. Além disso, é tal domínio, principalmente por sua especificidade, que o potencializa, apesar da condição de servidor público. Assim, a extinção de tal tecnologia ameaça o servidor. Afonso não consegue vir a ser profissional novamente, oscilando entre a insubordinação e ser um “objeto sentado”.

Inferimos que o trabalho não só diferencia Afonso do meio em que veio como também lhe dá acesso a outras formas de relações não permeadas pelo uso de álcool em que a potência pode ser vivenciada sem o estímulo dessa substância. O servidor relata que cresceu em um meio em que a bebida estava vinculada à sociabilidade, mas que, na faculdade, ficava isolado porque não tinha dinheiro para a cerveja com os colegas.

Assim, quando o trabalho perde essa função, o conflito interno entre as experiências de poder e de dever só encontra saída na atuação mortífera ou na embriaguês anestésica. Afonso, como seu pai, não está mais “*efetivo*” nem no seu trabalho, nem na vida. Assim, encontramos o servidor em um movimento de decadência e de auto-destruição.

### **c - devir e negação**

A compreensão das vivências do servidor no trabalho ao longo de um determinado período é viabilizada pela análise das categorias *páthicas*. Com os quadros “as vivências no trabalho” e “culpabilização e defesa”, essa compreensão é articulada com o potencial defensivo da negação, com o objetivo de mostrar como a possibilidade de colocar em palavras e, logo, a (de)negação modula a experiência *páthica*, freando a passagem ao ato (*acting*).

AS VIVÊNCIAS NO TRABALHO							
datas	O Eu e a organização do trabalho	Potência			Sollen	Devir	
		envergar-se	erguer-se	inflar	"sem moral"	ascender	decair
dez/08	Seu substituto marca férias antes de Afonso e para o período que ele (Afonso) queria	X			x		
dez/08	"briga" com substituto - falta de profissionalismo			x	x		x
jan/09	Afonso começa a responder um processo judicial que acredita ser conseqüência de uma denúncia de seu substituto por vingança.	X			x		x
jul/09	desorganização na vida pessoal e no trabalho						
out/09	descontrole com a bebida - faltas ao trabalho - ideação suicida	X			x		x
mar/10	início do acompanhamento psicossocial						
jul/10	seu substituto efetiva a compra de uma máquina para o setor	X			x		x
jul/10	Afonso se esquece de gozar suas férias. A gestora lhe avisa que para gozá-las agora é preciso abrir um processo administrativo. O servidor, porém, não abre tal processo e, por conta própria, entra de "férias"/ Ausências no acompanhamento.			x			x
ago/10	por conta do fato explicitado acima, Afonso completa 60 faltas injustificadas ao trabalho e instaura-se contra ele um processo administrativo sumário com a penalidade de demissão por abandono de cargo	X			x		x
set/10	no acompanhamento psicossocial, Afonso começa a nomear suas fraquezas e a impotência. Afirma que precisa se afastar mais do precipício, senão morre.		x		x	x	
set/10	sua gestora lhe confia a execução de um projeto de licitação de extrema importância em função do seu conhecimento técnico.		x			x	
ou/10	reorganização financeira - quitação de dívidas e planilha de gastos		x			x	
nov/10	engajamento no projeto: empolgação, 'mentira', medo			x	#	#	
dez/10	vivência de prazer no trabalho, resgate do profissionalismo – "o negociador"		x			x	
jan/11	retorno do pai - descontrole com a bebida, faltas	X			x		x
fev/11	destituição da função de supervisor	X			x		x
fev/11	mais faltas ao trabalho			x			x

A segunda coluna do quadro “as vivências no trabalho” descreve algumas situações experienciadas pelo servidor, enquanto a primeira as temporaliza dentro de um período de vinte e três meses. A escolha dessas situações teve como critério o impacto no devir do servidor, sendo que a primeira situação descrita é considerada por Afonso desencadeadora de todo processo de *decadência* que estava vivendo. Observamos que essas situações referem-se às reações do Eu na interação com a organização do trabalho. Observamos que, a partir do 13º mês, o servidor estava em acompanhamento psicossocial. A terceira coluna qualifica o movimento do servidor no trabalho (ir e vir de forma continuada). Refere-se, portanto, ao seu devir, que categorizamos em ‘ascender’ e ‘decair’ em função da expressão usada pelo servidor em relação ao seu movimento na vida: “*por que a decadência?*”.

O termo *decadência* provém de decair que, na tradição ocidental, nos remete ao sentido de declínio, com a conotação negativa de diminuição e/ou perda. A *decadência* reflete um ir e vir desconstrutivo, em que aquilo que advém pode levar a destruição do Eu. Em contrapartida, a ascensão caracteriza-se por um ir e vir construtivo, expresso nas diversas possibilidades de vir a ser. Pensamos que a análise do devir reflete o movimento pulsional e, logo, a *decadência* indica um maior desintrincamento pulsional, a pulsão de morte. Observamos que qualificamos como ascensão simplesmente a não *decadência*, denotando um maior intrincamento pulsional.

A compreensão da vivência do servidor nas situações relatadas perpassa pela experiência do poder e do dever. A quarta coluna expressa a vivência da potência enquanto que a quinta coluna indica o sentir-se “*sem moral*”, o que está ancorado na experiência do *Sollen*.

A quarta coluna é dividida em “envergar-se”, “erguer-se” e “inflar”. Essas categorias foram criadas a partir da fala do servidor quando ele afirma que se prepara para resolver suas tarefas diárias, mas não consegue e se sente *envergando*. Ressaltamos que são típicas metáforas ocidentais aquelas que expressam a experiência do sentir a partir da posição corporal. O termo *envergar-se* denota os sentidos de curvar-se ou arquear-se, expressando, assim, a vivência da impotência. Trata-se da diminuição da experiência do *Können* e do *Dürfen* a tal ponto que o servidor não consegue mais cumprir com suas obrigações. As categorias ‘erguer-se’ e ‘inflar’ foram criadas em oposição ao “envergar-se” para expressar outras vivências do poder. O “erguer-se” revela a vivência da potência moderada. Por último, a categoria ‘inflar’ denota a impetuosidade do servidor, ancorada na vivência exacerbada do *Dürfen* e expressa, muitas vezes, na tendência de se sentir desafiado, provocado e de responder a tal desafio, muitas vezes, em passagens ao ato (*acting*).

O quadro “as vivências no trabalho” mostra que, ao longo desses vinte e três meses, somente por um curto período de quatro meses pudemos qualificar seu devir em ascensão e a decadência caracteriza os outros períodos. A virada no devir na direção da ascensão acontece depois que sua gestora comunica suas faltas e, automaticamente, é instaurado contra ele um processo administrativo disciplinar sumário por abandono de cargo, cuja penalidade é demissão.

Trata-se um período em que Afonso começa, no acompanhamento psicossocial, a reconhecer sua fragilidade, desorganização, assumindo sentimentos de impotência e medo. Relata, por exemplo, que precisa se afastar do precipício, senão morre. Nessa mesma época, nomeia seu incômodo comigo (“olhar de pena”), e, em seguida, usando metáforas, fala da experiência de estar sendo ajudado. No trabalho, sua gestora, apesar

do processo administrativo, o mantém com a função de supervisor e lhe convoca para a execução de um projeto em função do seu conhecimento técnico. Trata-se da licitação para compra de máquinas específicas da tecnologia que domina. O devir em ascensão perdura até o retorno de seu pai para Brasília. Contudo, conforme assinalado de vermelho no quadro “as vivências no trabalho”, há um momento, relacionado à exacerbação da vivência do poder, em que quase há uma virada em seu devir que não se concretiza. Conforme veremos, nesse momento enfatizamos a importância da (de)negação como sucessora da destruição.

No quadro “as vivências no trabalho”, percebemos que o servidor *enverga* quando não consegue cumprir com suas obrigações. Constatamos que são situações em que Afonso não consegue se impor na relação com seu substituto ou quando está faltando, sem justificativa legal, ao trabalho. Temos, ainda, outros exemplos, que não estão expostos no quadro, referentes à organização da sua rotina, como pagar as contas e comprar alimentos, que denotam a vivência do *envergar*.

Em função da elevação do *Sollen*, se reconhecer nesse estado é uma experiência dolorida, pois Afonso fica “*sem moral*”. Consequentemente, o servidor abusava da ingestão de álcool etílico, buscando seu efeito anestésico e sedativo, o que o colocava em um círculo vicioso, pois ficava mais difícil ainda cumprir suas obrigações.

Por sua vez, a vivência do *erguer-se* aparece quando Afonso pôde assumir suas dificuldades em relações interpessoais que não o ameaçavam. No acompanhamento psicossocial, Afonso sai da postura de embate, e é possível colocar em palavras seu sentir. As relações no trabalho também ficam marcadas pela confiança e cooperação. Sua gestora lhe confia, apesar do processo disciplinar, a execução de um projeto e,

nessa execução, em um momento difícil em que sente medo, Afonso encontra “*verdadeiros parceiros*”, citando a seguinte afirmação de um colega “*vamos proteger os executores porque somos nós que penamos*”. Observamos, conforme explicitado no primeiro capítulo, que a qualidade das relações interpessoais também modula as vivências no trabalho.

Por último, a experiência do “inflar-se” aparece em diferentes situações: diante de um conflito ‘real’, quando seu substituto o atropela, marcando suas férias sem lhe consultar; diante de um limite imposto por sua gestora, o que faz parte das atribuições dela e ainda; quando o servidor simplesmente se empolga demasiadamente enquanto executor de um projeto. Diferentemente da categoria ‘envergar-se’, não há um estranhamento por parte do servidor dessa experiência. Muito pelo contrário, Afonso sente-se muito bem nesses momentos, inclusive em situações em que desobedece a determinações da sua gestora ou reage a essas determinações se ausentando do trabalho quando, por exemplo, é destituído da sua função de supervisor. São situações que não são vividas com culpa ou arrependimento. Assim, constatamos que a elevação do *Durfen* não gera a vivência do “sem moral”. Pelo contrário, essa vivência parece estar mais associada a impotência.

Para pensarmos a relação entre o devir do servidor, ancorado na experiência *páthica*, e a negação, partimos da nossa experiência com Afonso no acompanhamento psicossocial. Constatamos, em muitos momentos, a prevalência do processo primário. Na medida em que a palavra, na condição de uma primeira negação conforme já visto, adquire potencial sublimatório, Afonso pode dar outro destino àquilo que lhe impacta diferente da passagem ao ato (*acting*).

No quadro “as vivências no trabalho”, constatamos que a virada do devir no sentido da ascensão acontece depois de um limite imposto pelo trabalho. Porém, é também nesse momento que, no acompanhamento psicossocial, Afonso consegue tratar de seus medos e fragilidades, no sentido de nomear e iniciar um processo de elaboração.

Conforme já dito, a vivência do inflar é caracterizada pela impetuosidade e pela impulsividade, que leva, na maioria das vezes, ao devir em decadência. A reação, expressa na segunda coluna e 15ª linha do quadro “as vivências no trabalho”, denominada “engajamento no projeto: empolgação, 'mentira', medo” merece ser analisada. A ação do servidor, embora sustentada pela elevação do *Durfen*, não provoca uma nova virada no devir no sentido da decadência e constatamos a importância da (de)negação nisso.

Lembramos que, para o servidor, a execução desse projeto é uma forma de firmar novamente seu profissionalismo ameaçado. Afonso é quem detém o saber técnico, sendo o responsável pela especificação no edital do produto que será licitado. Constatamos que, nessa época, o servidor volta a ter assiduidade, trabalha muito e sente-se bem por estar em contato com pessoas de cargos elevados. Em contra partida, começa a faltar no acompanhamento psicossocial, até a sessão em que comparece ao acompanhamento muito agitado, com medo e angustiado. Com seu relato, percebemos que Afonso se empolgou demasiadamente e colocou “*a carroça na frente dos bois*”.

O servidor chega ao atendimento muito confuso. Com muita dificuldade, compreendemos que a licitação foi impugnada por um dos licitantes e, de acordo com seu relato, é Afonso quem se sente impugnado, mas não verbaliza porque se sente assim. Ao longo do atendimento, percebemos que se sente culpado em função de uma

“*meia mentira*”. A impugnação foi consequência das especificações técnicas não garantirem a concorrência e a “*meia mentira*” de Afonso consiste no fato dele afirmar que conhecia as máquinas, sendo que na verdade só conhecia o prospecto. Inferimos que essa “*meia mentira*” está ancorada na elevação do *Durfen* e a angústia na qual encontramos o servidor, na elevação do *Sollen*. O quadro “culpabilização e defesa” apresenta alguns enunciados do servidor nessa sessão na ordem em que foram expressos e que revelam o Eu no processo defensivo.

<b>CULPABILIZAÇÃO E DEFESA</b>	
<b>Enunciado/Enunciação</b>	<b>Processo de culpabilização e defesa</b>
<i>"houve um erro na feitura do edital" -</i>	O verbo haver no sentido de existir é impessoal, exclusão de qualquer possibilidade de ser sujeito dessa ação.
<i>"há um jogo de interesses, a gente, o funcionário fica sobrecarregado "</i> Nesse momento, Afonso ainda nos contou o que aconteceu, mas sua consciência já está lhe acusando.	A impessoalidade continua sendo usada como defesa, expressa pelo verbo haver no sentido existir, pelo pronome indefinido 'a gente' e pela terceira pessoa.
<i>"não resolve. Eu não conheço a máquina"</i> O servidor assume isso quando está extremamente angustiado e diante da nossa 'pressão' por entender o que está acontecendo. Depois disso, ele nos conta que disse que conhecia as máquinas, sendo que só conhecia o prospecto.	A primeira oração "não resolve", denota um Eu que não vê saídas. Na segunda oração o servidor desconsidera o conhecimento que possui das máquinas, caminhando para a posição de assumir totalmente a culpa.
<i>"você é o executor do projeto. Arrume uma solução" –</i> O servidor nos descreve o que sua consciência lhe diz.	Eu coagido pela ação da censura. A asserção está ancorada na vivência da obrigação moral ( <i>Sollen</i> )
Tentamos compreender qual era a máquina que o servidor queria que ganhasse e ele mostra-se muito confuso. Afirma, então: <i>"preciso que saia de qualquer jeito sem que isso atrapalhe minhas férias".</i>	Servidor não assume seus interesse profissionais na feitura do edital.
<i>"só que eu conheço a máquina digitalmente... Isso é tão verdade..."</i>	'só que' tem o mesmo sentido que 'mas', logo, denota a negação discordancial. O 'tão' intensifica o valor da verdade. Temos o servidor se defendendo da sua auto-acusação e reconhecendo o conhecimento que possui das máquinas.
Dizemos a ele que ele está <i>"numa agonia danada"</i> , Afonso responde: <i>"não, não... Eu tô tranquilo, eu dormi bem"</i> . Apontamos a aceleração e ele diz: <i>"não, não, eu tô na razão"</i> .	(de)negação.
<i>"Eu entendo e não entendo das máquinas. Quando eu comecei, eu não entendia, agora eu conheço"</i> .	Menos angustiado, o servidor sai de uma posição extrema, na qual ou conhece totalmente ou não conhece as máquinas e pode pensar no seu processo. Nesse momento, ele 'descola' do fato de ter afirmado que conhecia as máquinas, quando só conhecia o prospecto.
<i>"Eu coloquei a carroça na frente dos bois"</i>	O servidor pôde pensar e avaliar o que, de fato, aconteceu, saindo da dialética culpado ou não culpado. Pensamos que esse movimento do servidor de 'colocar o carro na frente dos bois' está ancorado na elevação do <i>durfen</i>
Afonso fala acerca de tudo que está vivendo: <i>"Responder a um processo administrativo, psicossocial envolvido, G.(gestora) pegando no pé e mais essa ainda.. E tudo dentro do trabalho, fora os extras"</i>	É uma fala que expressa a possibilidade de pensar tudo que está vivendo e também contextualizar sua última experiência.
Afonso repete várias vezes que está com a consciência tranquila, em asserções como <i>"eu tô levando numa boa"</i> .	(de)negação expressa na retórica.
Afonso compara o processo licitatório com sua situação no Tribunal. <i>"deve ser Eu o impugnado, desimpugnado, sei lá"</i>	A asserção revela como se sente em função da auto-acusação provocada pela elevação do <i>Sollen</i> .
O servidor conclui que a impossibilidade dele conhecer as máquinas tão bem quanto o concorrente e afirma: <i>"o Tribunal deveria criar condições para isso"; "são as empresas que sabem dos defeitos do concorrente"</i> .	Saída projetiva. A culpa agora é da instituição em que trabalha.

A partir da análise do quadro, inferimos, primeiramente, que a impessoalidade é usada para se defender da auto-acusação condenatória (*Sollen elevado*), só que sem eficácia, pois o servidor permanece angustiado e desorganizado. Nesse momento, o servidor projeta suas autoacusações e se defende de nós. Em um segundo momento, quando o servidor consegue, de forma confusa, nos contar o que aconteceu, ele assume completamente a culpa. O nível de angústia cresce, aproximando-se do desespero. Posteriormente, a (de)negação começa a aparecer como defesa e percebemos o servidor mais organizado, conseguindo refletir acerca do que aconteceu. Afonso saí, então, da dialética culpado ou não culpado e consegue relativizar sua *mentira* e elucidar toda a situação em que se encontra. O *Sollen*, contudo, ainda se impõe e Afonso conclui, que deve ser ele mesmo o impugnado (e não o edital). No final, na vivência da culpa, a saída encontrada é a projeção.

Conforme já dito, a (de)negação reflete o compromisso entre princípio do prazer e princípio da realidade, favorecendo o intrincamento pulsional diante das exigências da civilização. Nessa situação específica, o servidor chega extremamente culpado e angustiado, o que tende a levá-lo à embriagues anestésica. Ao longo do atendimento, percebemos como a (de)negação serve de anteparo aos afetos do servidor oriundos, nesse momento, da vivência da impotência.

Assim, trata-se de uma negação que o possibilita dar continuidade ao seu trabalho como executor do projeto e não iniciar, mais uma vez, o círculo vicioso de ausências e ingestão de bebida alcoólica. Seu devir, portanto, permanece em ascensão. Em outros momentos, a elevação do *Durfen* com a condenação oriunda da elevação do *Sollen* impulsionou o servidor para a decadência. Portanto, podemos constatar a (de)negação como sucessora da destruição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação ancora-se na inquietação oriunda do atendimento clínico de servidores que vivenciam conflitos e/ou sofrimento no trabalho. Indubitavelmente, como motor desse trabalho, se misturam angústias advindas dessa clínica, mas também da nossa vivência como trabalhador e servidor público. Os saberes teóricos usados nas nossas reflexões servem para dar contorno e sentido a esse sentir. Diante da complexidade do nosso objeto, a negação nas vivências do Eu em um órgão do poder judiciário, buscamos o diálogo entre algumas teorias com o objetivo de apreender minimamente o fenômeno. Consideramos que nossas reflexões podem auxiliar outros estudos cujo objeto comporte uma intersecção entre o psiquismo e o homem nas relações sociais, apesar da especificidade dos casos aqui analisados e do contexto dessa pesquisa.

Ao longo dessa dissertação, preocupamo-nos com a subjetividade e o sofrimento no trabalho. Assim, com servidores do Judiciário, palco apolíneo, voltamo-nos para o lado dionísico presente em cada um de nós. Considerando o conflito inerente à relação entre o Eu e a organização de trabalho, na medida em que tal organização vai de encontro à espontaneidade do trabalhador e impõe tarefas, rotinas e, às vezes, até mesmo modos operatórios específicos e mecanismos servo-reguladores, avaliamos que é de suma importância a reflexão acerca dos esforços do psiquismo em busca de uma adaptação que, nesse trabalho foi analisada a partir da noção de negação na psicanálise e sob a perspectiva clínica.

Além disso, as características do mundo do trabalho e das próprias organizações de trabalho podem contribuir para a vivência e aceitação de um trabalho limitado a

meio, em que não há espaço para as relações interpessoais e para o desejo. Seja em função do atual contexto sócio-histórico-econômico, de determinadas práticas de gestão, da ameaça de desemprego e de todos meios simbólicos de dominação em que se sustentam esses fatores, no cotidiano de muitos trabalhadores, o trabalho pode ficar reduzido a injunções e a regulação mortífera de vidas e interações, com prejuízo na dimensão do sentido e na integração entre os homens. A ação de trabalhar, portanto, perde seu potencial sublimador e afasta-se, assim, do sonho de realização profissional.

Consideramos, ainda, que o serviço público, contexto de realização dessa pesquisa, apresenta ainda peculiaridades que aumentam nossa preocupação, como, por exemplo, a tendência de muitos servidores permanecerem com vínculo empregatício apesar das insatisfações ou mesmo desempenhos insatisfatórios. A ação de trabalhar, assim, pode se aproximar da obediência cega, da resignação e, talvez até mesmo, da alienação. Por outro lado, podem emergir adoecimentos psíquicos ou no corpo, se configurar a ingestão periódica de substâncias químicas, além do absenteísmo e das reações violentas no trabalho.

Nesse contexto, nos questionamos sobre a negação na análise das vivências do Eu no trabalho. Vimos que, tanto no pensamento de Hegel quanto em Freud (a partir da noção de pulsão), a negação funda a ordem humana e cultural (ou da civilização), e também está atrelada ao poder sublimatório da linguagem. Assim, destacar a análise dessa variável no trabalho nos possibilitou refletir acerca da sua importância no impasse entre o Eu, com vontades e interesses específicos, e as exigências organizacionais, mas também acerca da possibilidade de uma adaptação menos mortífera, considerando o jogo pulsional.

Apesar do foco da nossa análise ser o Eu e o processamento psíquico, os casos elucidados trazem também aspectos da organização do trabalho, que são de suma importância para essa pesquisa, pois pensamos que a escuta clínica dentro das instituições de trabalho deve considerar tais aspectos. Dejours (1980/1992) nos alerta para o risco de fazermos leituras individualizadas, sob o ponto de vista apenas da clínica tradicional, quando tratamos do sofrimento no trabalho

Nessa dissertação, privilegamos uma compreensão do psiquismo ativo e processual, em oposição a um pensar mecanicista ou mesmo sistêmico que consideramos estar presente na teoria freudiana. As noções de princípio do prazer, pulsão, processo primário, processo secundário, princípio da realidade, princípio do nirvana e defesas nos indicam o psiquismo entre o desejo e a lei. O psiquismo opera na busca de escoar as excitações. O processo secundário viabiliza o processamento psíquico sob a égide do princípio da realidade e sua oposição com processo primário nos auxilia a compreender as reações do Eu e a defesa no sentido da vida ou da morte.

Vimos também que o Eu, na teoria freudiana, muito se distancia do sujeito cartesiano do pensar e que, por mais que em alguns artigos, Freud relacione essa instância psíquica à preservação da vida, também é objeto de amor em constante metamorfose. Constatamos que se trata de uma instância psíquica que se faz a todo momento a partir da defesa, por operações de introjeção e de negação. Enfatizamos, portanto, a sua desubstantivação em prol de uma concepção processual. Mostramos que o pensar *páthico* é compatível com essa concepção e, juntamente com as categorias *páthicas*, serviu de instrumental para apreensão dessa instância psíquica, o que é elucidado na análise de um caso clínico feita no último capítulo.

Propomo-nos, então, a pensar a negação e, apesar dos termos *Verwerfung*, *Verleugnung*, *Verneinung* não terem o estatuto de conceitos na teoria freudiana, o uso que o fundador da psicanálise faz deles serviu de norte para nossa reflexão. Constatamos que ação de negar opera, na constituição do Eu e, logo, no processo defensivo nos seguintes registros: ausência de inscrição simbólica, prejuízo na capacidade de significação e não aceitação. Consideramos que esses diferentes registros, sob a perspectiva clínica, refletem a saída do psiquismo frente às exigências civilizatórias, caracterizando três posicionamentos diferentes: a indiferença ou insensibilidade, a recusa da realidade em prol dos desejos e a renúncia aos desejos. As vinhetas clínicas revelaram que esses diferentes tipos de negação no trabalho indicam às reações do Eu, histórico, personalizado e único a cada momento, face às adversidades, aos constrangimentos e às imposições vividas na organização do trabalho.

Por último, tendo como ponto de partida as ideias de Freud apresentadas em “*Die Verneinung*” (1925/2007), abordamos as relações entre a negação e o jogo pulsional, pois a operação de negar, enquanto processo defensivo, promove o alívio tensional, mas nem sempre a prevalência da pulsão de vida. A (de)negação é considerada por Freud sucessora da destruição. Logo, a partir de um caso clínico em que as vivências do Eu são analisadas tendo como referência o pensar *páthico*, constatamos a sua importância na adaptação à organização do trabalho.

Concluimos que esse estudo nos fornece uma leitura, sob a perspectiva clínica, acerca do Eu no trabalho e da negação e serve de norte para pensarmos a interação dessa instância psíquica com a organização do trabalho. Além disso, embora nosso foco na análise dos casos tenha sido o psiquismo, enfatizamos a importância das pesquisas, na área do trabalho, que articulem essa variável com a análise das relações intersubjetivas.

Estudos em psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1993/2008, 1994/2008) têm apontado para a importância dessas relações na modulação do sofrimento e, até mesmo, do desejo no trabalho.

## V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunês, R. (2005). O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. *Latin America Studies Association of Korea*, 18, 137-156.
- Araújo, J. N. G. (2008). Entre a servidão e a sedução do trabalhador: uma secular insistência do capital. In A. M. Mendes (org.). *Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá Editora.
- Austin, J. L. (1962/1990). *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barus-michel, J. (2004). *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- Benveniste, E. (1966/2005). *Problemas de linguística geral I* (5ª ed.). Campinas: Pontes Ed.
- Dejours, C. (1980/1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré.
- Dejours, C. (1980/2009). A carga psíquica do trabalho. In M. I. S. Betiol (coord). *Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Editora Atlas.
- Dejours, C. (1989/1991). *Repressão e subversão em psicossomática – pesquisas psicanalíticas sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Dejours, C. (1992/2008). Patologia da comunicação – situação de trabalho e espaço público: a geração de energia com combustível nuclear. In S. Lacman & L. I. Snelzmar (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (1993/2008). Addendum. Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho. In S. Lacman & L. I. Snelzmar (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.

- Dejours, C. (1994/2008). Entre o sofrimento e a reapropriação: o sentido do trabalho. In S. Lacman & L. I. Snelzmar (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (1995/2008). Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In S. Lacman & L. I. Snelzmar (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (1998/2006). *A banalização da injustiça social* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (1999). Violence ou domination? *Travailler*, 3, 11-29. Recuperado em 24 outubro, 2011, de <http://ww1.cnam.fr/depts/te/psychanalyse/recherche/revue/textedejours3.pdf>
- Dejours, C. (2004). Trabalho, subjetividade e ação. *Revista Produção*, 14(3), 027-034.
- Dejours, C. (2006/2008). Alienação e clínica do trabalho. In S. Lacman & L. I. Snelzmar (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2008). Novas formas de servidão e de suicídio. In A. M. Mendes (org.). *Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá Editora.
- Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1982/2009). Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica sobre o trabalho. In M. I. S. Betiol (coord). *Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Editora Atlas.
- Dejours, C & Molinier, P. (1994/2008). O trabalho como enigma. In S. Lacman & L. I. Snelzmar (orgs). *Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Ferreira, A. B. H. (2010). *Mini Aurélio dicionário da língua portuguesa* (8ª ed.). São Paulo: Positivo Editora.
- Figueiredo, L. C. (2008). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

- Fiorin, J. L. (2008). Linguagem e interdisciplinaridade. *Alea*, 10(1), 29-53. Recuperado em 27 outubro, 2011, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2008000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100003)
- Florence, J. (1994). As identificações. In A. Roitman (org.). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Freud, S. (1893/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 2. Casos Clínicos*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1894/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 3. As neuropsicoses de defesa*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1896/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 1. Carta 52*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1900/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vols 4 e 5. A Interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1905/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 8. Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1910/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 11. Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1911/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 12. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1913/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 13. Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1914/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 14. A história do movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

- Freud, S. (1917/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 14. Luto e melancolia*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1918/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 17. História de uma neurose infantil*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1920/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 23. Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1921/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 18. Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1923/1969a). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 19. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1923/1969b). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 18. Dois verbetes de enciclopédia*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1923/2007). O Eu e o id. *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol 3*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1924/2007). A perda da realidade na neurose e na psicose. *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol 3*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1925/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 19. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1925/2007). A negativa. *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol 3*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1926/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 20. Inibição, sintoma e angústia*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

- Freud, S. (1927/2007). Fetichismo. *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol 3*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1930/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 21. Mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1937/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 23. Construções em análise*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1938/2007). A cisão do Eu no processo de defesa. *Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1940/1969a). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 18. A cabeça de medusa*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1940/1969b). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 23. Esboço de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Freud, S. (1950/1969). *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Vol 1. Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Garcia-Roza, L. A. (1987). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Garcia-Roza, L. A. (1988). *Freud e o inconsciente* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Hanns, L. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Hanns, L. (1999). *A teoria pulsional na clínica de Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Hegel, G. W. F. (1806/2008). *Fenomenologia do Espírito* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.

- Heloani, R. & Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, 14(3), 077-086.
- Hyppolite, J. (1966/1998). Comentário falado sobre verneinung de Freud. In J. Lacan (coord.). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Karam, H. (2008). Centralidade do trabalho e saúde mental pública. In A. M. Mendes (org.). *Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá Editora.
- Karam, H. (2010). *Da alcoolizção ao verbo: ensaio de psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Lacan, J. (1966/1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lacan, J. (1981/2002). *O seminário, livro 3: as psicoses* (2ª ed. rev.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Lancman, S. & Uchida, S. (2003). Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 6, 79-90.
- Laplanche, J. (1970/1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1980/1988). *Problemáticas II: Castração-Symbolizações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J & Pontalis, J. B. (1967). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA.
- Mannoni, O. (1994). A desidentificação. In A. Roitman (org.). *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Martins, F. (2000). Acerca da verdade e (de)negação na clínica psicanalista. *Psychê*, IV(6), 33-43.
- Martins, F. (2003). *Psicopatologia II – semiologia clínica: investigação teórica clínica das síndromes psicopatológicas clássicas*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Martins, F. (2005). *Psicopatologia I – prolegômenos*. Belo Horizonte: PUC Minas.

- Martins, F. (2008). Racism in brasilian aquarelle – the place of denying. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 4, 37-46.
- Martins, F. (2011). Violência e ninguemidade. In M. Souza, F. Martins & J. N. G. Araujo (orgs.). *Dimensões da violência – conhecimento subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, F. & Freitas, M. (1995). Acerca da DeNegação. *Universa*, 3(2), 466-488.
- Martins, F., Magalhães, A. C., Antunes, C., Versiani, E. & Beltrão, I. (1994). A perda da realidade na psicose. *Revista de Psicologia (Fortaleza)*, 11, 65-75.
- Martins, F. “Da condensação ‘tio de barba amarela’ a operação de referência nos sonhos” in Seminário [2010, setembro] inédito, Brasília, Laboratorio de Psicopatologia e Psicanálise, 2010
- Martins, F. “A Pulsão pulsa e smoke gets in your eyes” in Seminário [2010, OUTUBRO] inédito, Brasília, Laboratorio de Psicopatologia e Psicanálise, 2010
- Martins, F. “O pensamento clínico” in Seminário [2010, OUTUBRO] inédito, Brasília, Laboratorio de Psicopatologia e Psicanálise, 2010
- Marx, K. (1844/2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editora.
- McDougall, J. (1982/1992). *Teatros do Eu: ilusão e verdade no palco psicanalítico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Neto, A. S. & Nagel, L. H. (2002). A transformação social e concepções de homem e de trabalho (de Homero a Hesíodo). *Revista eletrônica de ciências da educação*, 1(1). Recuperado em 27 outubro, 2011 de <http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/download/483/372>
- Orecchioni, C. K. (1986). *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Talleres Graficos Color EFE.
- Rudge, A. M. (1998). *Pulsão e linguagem: esboço de uma concepção psicanalítica do ato*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Schlachter, L. C. (2005). *A Verdrängung, a verwerfung e a verleugnung: um estudo psicanalítico a partir das modalidades semióticas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Szondi, L. (1975). *Introdução à Psicologia do Destino*. São Paulo: Editora Manole.

Ver Eecke, W. (2005). *Denial, Negation and the forces of Negative*. Albany, NY: State University of New York Press.

Weizsaecker, V. (1958). *Le cycle de la structure*. Bruges: Desclée de Brouwer.